

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Ciência Política

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

GRAUS DE COESÃO PARTIDÁRIA NO BRASIL:

Os Níveis de Convergência Programática das Elites

Parlamentares Subnacionais

Carlos Eduardo de Moraes Freitas

BELO HORIZONTE

2015

CARLOS EDUARDO DE MORAIS FREITAS

GRAUS DE COESÃO PARTIDÁRIA NO BRASIL:
Os Níveis de Convergência Programática das Elites Parlamentares
Subnacionais

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciência Política da
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Minas Gerais como requisito
parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Ranulfo Melo

BELO HORIZONTE

2015

320

F866g

2015

Freitas, Carlos Eduardo de Moraes

Graus de coesão partidária no Brasil [manuscrito] : os níveis de convergência programática das elites parlamentares subnacionais / Carlos Eduardo de Moraes Freitas. - 2015.

173 f.

Orientador: Carlos Ranulfo Melo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1.Ciência política – Teses. 2.Partidos políticos - Teses..
3.Coesão - Teses. I.Melo, Carlos Ranulfo. II.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

UFMG

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO CARLOS EDUARDO DE MORAIS FREITAS

Realizou-se, no dia 27 de fevereiro de 2015, às 09:00 horas no Auditório Prof. Baesse da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada "*Graus de Coesão Partidária no Brasil: os Níveis de Convergência Programática das Elites Parlamentares Subnacionais*", apresentada por CARLOS EDUARDO DE MORAIS FREITAS, número de registro 2012656700, graduado no curso de COMUNICAÇÃO SOCIAL, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em CIÊNCIA POLÍTICA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof. Carlos Ranulfo Felix de Melo - Orientador (DCP/UFMG), Prof. Manoel Leonardo Wanderley Duarte Santos (DCP/UFMG) e Profa. Marta Mendes da Rocha (UFJF).

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2015.

Prof. Carlos Ranulfo Felix de Melo – Orientador
(DCP/UFMG)

Prof. Manoel Leonardo Wanderley Duarte Santos
(DCP/UFMG)

Profa. Marta Mendes da Rocha
(UFJF)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Professor Carlos Ranulfo, pela indispensável contribuição à minha formação acadêmica durante o mestrado e durante os projetos do Centro de Estudos Legislativos dos quais participei. Sem ele não teria sido possível trilhar este caminho.

Agradeço aos professores Marta Mendes da Rocha e Manoel Santos por terem aceitado participar da banca de mestrado.

Os agradecimentos também se estendem aos professores do Departamento de Ciência Política da UFMG com os quais tive o prazer de aprender.

À Professora Mara Telles agradeço pelos incentivos durante minha trajetória acadêmica.

Agradeço ao Centro de Estudos Legislativos (CEL-DCP) pela oportunidade de participar dos seus projetos acadêmicos e por disponibilizar os dados que tornaram possível esta dissertação.

A convivência prazerosa e os diálogos instigantes com os colegas de pós-graduação também enriqueceram minha formação.

À minha mãe agradeço pelos incentivos.

Ao meu avô agradeço pelos instigantes debates políticos durante a adolescência.

RESUMO

Esta dissertação tem o objetivo de apresentar os graus de coesão programática de seis partidos políticos brasileiros (PT, PSDB, PMDB, PDT, PSB e DEM), o que é obtido por meio da mensuração dos níveis de convergência programática dos deputados estaduais que compuseram estas seis bancadas em doze assembleias legislativas nos anos de 2007/08 e 2012. Tais dados nos permitem não apenas apresentar um Índice Geral de Coesão (IGC), bem como relacionar os resultados obtidos à presidencialização das disputas eleitorais, ao caráter *office* ou *policy-seeking* das organizações partidárias, à ideologia dos partidos e ao tempo de filiação dos deputados estaduais. A proposta é verificar em que medida estes quatro fatores combinados são capazes de explicar os graus de coesão programática intrapartidária.

A principal fonte de dados quantitativos utilizada resulta de *surveys* que fazem parte da primeira e da segunda rodadas do projeto “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”, coordenado pelo Centro de Estudos Legislativos da UFMG. Por meio de tais dados foi possível mensurar o posicionamento dos parlamentares estaduais acerca de três dimensões programáticas: intervenção do Estado na economia, representação e sistema político, e direitos humanos e direitos civis. Além disso, por meio da complementação dos dados quantitativos com informações qualitativas oriundas de fontes documentais e teóricas, foi possível apresentar os fatores que explicam os índices de coesão.

Ao considerar os graus totais de coesão aqui analisados, foi possível perceber que se o PMDB desponta como o partido mais heterogêneo, conforme esperado de maneira consensual pela literatura; PT e PDT apresentam índices de coesão bastante superiores, demonstrando que parcela significativa das elites políticas brasileiras estratificadas em partidos compartilham mais do que o interesse de ampliar seu espaço político.

Palavras-chave:

Partidos; Sistema partidário; Coesão; Convergência programática; Deputados Estaduais.

ABSTRACT

This dissertation aims to present the degree of programmatic cohesion of six Brazilian political parties (PT, PSDB, PMDB, PDT, PSB and DEM), which is obtained by measuring the programmatic convergence levels of state lawmakers who composed these six parties in twelve legislative assemblies in 2008 and 2012. These data allow us to present a General Index of Cohesion (GIC) and relates the results to presidentialization of electoral disputes, the office or policy-seeking character of the party organization, ideology party, and affiliation time of state lawmakers. The proposal is to check to what extent these four factors combined are able to explain the degree of intra-party programmatic cohesion.

The main source of quantitative data used results from surveys that are part of the first and second rounds of the "Trajectories, profiles and patterns of interaction of state lawmakers in twelve units of the federation", coordinated by the Legislative Studies Center of UFMG. Through such data was possible to measure the position of state lawmakers on three programmatic dimensions: state intervention in the economy, representation and political system, and human rights and civil rights. Furthermore, through the completion of the quantitative data with qualitative information from documental and theoretical sources, we propose the factors that help us to explain the index of cohesion.

When considering total degrees of cohesion analyzed, it was revealed that the PMDB emerged as the most heterogeneous party, as expected in a consensual manner in literature; PT and PDT have far superior cohesion indices, showing that a significant portion of the Brazilian political elites in stratified parties share more than the interest of expanding its political space.

Keywords:

Political parties; Party system; Cohesion; Programmatic convergence; State Lawmakers.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fatores explicativos da coesão	94
Quadro 2 – Número de respondentes	96
Quadro 3 - Graus de coesão - Variáveis econômicas.....	99
Quadro 4 - Nível de intervenção do Estado na economia.....	109
Quadro 5 – Classificação dos partidos quanto ao progressismo/conservadorismo.....	111
Quadro 6 – Resultado total para a classificação quanto ao progressismo/conservadorismo.....	112
Quadro 7 – Graus de coesão na Dimensão direitos humanos e direitos civis	113
Quadro 8 - Graus de Coesão Programática por partido na rodada 2007/08.....	138
Quadro 9 - Graus de Coesão Programática por partido na rodada 2012.....	139
Quadro 10 – Índice de coesão por partido na Dimensão Representação e Sistema Político.....	140
Quadro 11 - Graus de coesão na rodada 2007/2008.....	141
Quadro 12 - Graus de coesão na rodada 2012.....	141
Quadro 13 - Coesão Total – Rodadas 2007/2008 e 2012.....	142
Quadro 14 - Índice de Coesão - Rodada 2007/2008.....	142
Quadro 15 – Índice de Coesão - Rodada 2012.....	143
Quadro 16 - Índice Geral de Coesão.....	145
Quadro 17 - Fatores explicativos da coesão.....	145
Quadro 18 – Capacidade explicativa dos fatores causais da coesão.....	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ideologia deputados estaduais – legislaturas 2007/2011 e 2011/2015.....	88
Tabela 2: Tempo de filiação partidária para os deputados estaduais – Rodada: 2012.....	91
Tabela 3: Tempo de filiação partidária para os deputados estaduais- Rodada: 2007/2008.....	92
Tabela 4 Variável 1“Você é mais favorável a uma economia regulada pelo Estado ou pelo mercado?” Posicionamento médio dos partidos (2007/08).....	106
Tabela 5 Variável 2“Você é favorável a uma economia regulada pelo Estado ou pelo mercado?”. Posicionamento médio dos partidos (2012).....	107
Tabela 6 Variável 3“Que nível de controle o Estado deve ter sobre os recursos naturais como gás, petróleo ou os minerais?” Posicionamento médio dos partidos (2012).....	107
Tabela 7 Variável 4 “Qual é o nível de controle que o Estado deve ter sobre a gestão de serviços públicos como água, eletricidade ou transporte, entre outros?”. Posicionamento médio dos partidos (2012).....	108
Tabela 8 Cláusula de barreira de 5% dos votos nacionais como condição para o funcionamento parlamentar dos partidos. Distribuição das respostas e fragmentação por partido (2007/2008).....	122
Tabela 9 Recursos do fundo partidário Distribuição das respostas e fragmentação por partido (2007/2008).....	123
Tabela 10 Modelo de distribuição do tempo no horário de propaganda eleitoral gratuita. Distribuição das respostas e fragmentação por partido (2007/2008).....	124
Tabela 11 Existência do voto secreto nas decisões legislativas para a apreciação do veto do governador. Distribuição de resposta e Rice por partido (2007/2008).....	125

Tabela 12 Existência de voto secreto nas decisões legislativas para a apreciação do veto do governador Distribuição das respostas e Rice por partido (2012).....	125
Tabela 13 Existência do voto secreto nas decisões legislativas para decisões relativas à perda de direitos do parlamentar Distribuição das respostas e Rice por partido (2007/2008).....	126
Tabela 14 Existência do voto secreto nas decisões legislativas para decisões relativas à perda de direitos do parlamentar Distribuição das respostas e Rice por partido (2012).....	127
Tabela 15 Existência do voto secreto nas decisões legislativas para eleição da Mesa Diretora Distribuição das respostas e Rice por partido (2007/2008).....	127
Tabela 16 Existência do voto secreto nas decisões legislativas para eleição da Mesa Diretora Distribuição das respostas e Rice por partido (2012).....	128
Tabela 17 Existência do voto secreto nas decisões legislativas para escolha ou exoneração de autoridades. Distribuição das respostas e Rice por partido (2007/08).....	128
Tabela 18 Existência do voto secreto nas decisões legislativas para escolha ou exoneração de autoridades. Distribuição das respostas e Rice por partido (2012).....	129
Tabela 19 Sistema de representação política mais adequado à escolha dos deputados e vereadores no Brasil. Distribuição das respostas e fragmentação por partido (2007/2008).....	130
Tabela 20 Sistema de representação política mais adequado à escolha dos deputados e vereadores no Brasil Distribuição das respostas e fragmentação por partido (2012).....	131

Tabela 21 Lista de candidatos para deputados e vereadores Distribuição das respostas e fragmentação por partido (2007/2008).....	132
Tabela 22 Lista de candidatos para deputados e vereadores. Distribuição das respostas e fragmentação por partido (2012).....	133
Tabela 23 Coligações nas eleições proporcionais. Distribuição das respostas e fragmentação por partido (2007/2008).....	134
Tabela 24 Coligações nas eleições proporcionais. Distribuição das respostas e fragmentação por partido (2012).....	135
Tabela 25 Financiamento das campanhas eleitorais. Distribuição das respostas e fragmentação por partido (2007/2008).....	136
Tabela 26 Financiamento das campanhas eleitorais. Distribuição das respostas e fragmentação por partido (2012).....	137
Tabela 27 - Nível de intervenção do Estado na economia: distribuição das respostas e fragmentação por partido (2007/08).....	166
Tabela 28 - Nível de intervenção do Estado na economia: distribuição das respostas e fragmentação por partido (2012).....	166
Tabela 29 - Nível de controle do Estado sobre a gestão dos serviços públicos: distribuição das respostas e fragmentação por partido (2012).....	167
Tabela 30 Nível de controle o Estado sobre os recursos naturais como gás, petróleo ou os minerais: distribuição das respostas e fragmentação por partido (2012).....	167
Tabela 31 - União civil de pessoas do mesmo sexo: distribuição das respostas e Rice por partido (2007/08).....	168
Tabela 32 - Eutanásia: distribuição das respostas e Rice por partido (2007/08).....	168
Tabela 33 - Descriminalização do uso de drogas: distribuição das respostas e Rice por partido (2007/08).....	169

Tabela 34 - Experiência com células tronco embrionárias: distribuição das respostas e Rice por partido (2007/08).....	169
Tabela 35 - Proibição da venda de armas de fogo: distribuição das respostas e Rice por partido (2007/08).....	169
Tabela 36 - Redução da maioria penal: distribuição das respostas e Rice por partido (2007/08).....	170
Tabela 37 - Pena de morte. Distribuição das respostas e Rice por partido (2007/08).....	170
Tabela 38 - Aborto: distribuição das respostas e fragmentação por partido (2007/08).....	170
Tabela 39 - Redução da maioria penal: distribuição das respostas por partido e índice de Rice (2012).....	171
Tabela 40 - União civil de pessoas do mesmo sexo: distribuição das respostas por partido e índice de Rice (2012).....	171
Tabela 41 – Pena de morte: distribuição das respostas por partido e índice de Rice (2012).....	171
Tabela 42 - Eutanásia: distribuição das respostas por partido e índice de Rice (2012).....	172
Tabela 43 - Descriminalização do uso de drogas: distribuição das respostas por partido e índice de Rice (2012).....	172
Tabela 44 - Proibição da venda de armas de fogo: distribuição das respostas por partido e índice de Rice (2012).....	172
Tabela 45 - Legalização do aborto: distribuição das respostas por partido e índice de Rice (2012).....	173

LISTA DE SIGLAS

Arena - Aliança Renovadora Nacional (Brasil)

Arena - Alianza Republicana Nacionalista (El Salvador)

DEM- Democratas

FMLN - Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

PAN - Partido de Avanzada Nacional

PCdoB- Partido Comunista do Brasil

PDS- Partido Democrático Social

PDT- Partido Democrático Trabalhista

PFL- Partido da Frente Liberal

PJ – Partido Justicialista

PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP- Partido Progressista

PRD - Partido Revolucionario Dominicano

PSB- Partido Socialista Brasileiro

PSD- Partido Social Democrático

PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira

PT- Partido dos Trabalhadores

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 AS METAMORFOSES DOS PARTIDOS	22
1.1 Transformações nos tipos partidários: das organizações de notáveis aos modelos eleitoralistas contemporâneos.....	22
1.2 Diferenciação programática em tempos de cartelização dos sistemas partidários.....	28
1.3 Votos, políticas e cargos: o que querem os partidos?.....	31
1.4 Diferenciação ideológica e seu caráter substantivo nos partidos contemporâneos...34	
1.5 Delimitação conceitual da coesão partidária.....	38
1.6 Partidos políticos: atores unitários ou organizações complexas?.....	42
CAPÍTULO 2 OS PARTIDOS NO BRASIL: FATORES GERADORES DA COESÃO	47
2.1 A trajetória dos partidos políticos no Brasil: um caminho acidentado.....	47
2.2 Consolidação ou fluidez: perspectivas distintas sobre o sistema partidário brasileiro	50
2.3 Fatores geradores da coesão programática.....	60
2.3.1 A interação partidária nas disputas eleitorais nacionais e subnacionais: autonomia e subordinação.....	61
2.3.2 <i>Office</i> ou <i>policy</i> : a relação entre os tipos partidários e a homogeneidade de preferências.....	68
2.3.3 - A coesão programática e sua relação com a ideologia e a socialização partidária	87

2.3.4 Combinação de fatores causais: as condições necessárias para a geração de um alto grau de coesão programática.....	93
--	----

CAPÍTULO 3 A CONVERGÊNCIA PROGRAMÁTICA

INTRAPARTIDÁRIA.....	95
3.1 Os graus de coesão programática em seis partidos brasileiros.....	95
3.2 Procedimentos para a mensuração da distribuição de preferências programáticas nos partidos em análise.....	96
3.3 Graus de coesão dos partidos: o nível de intervenção do Estado na economia.....	98
3.3.1 O posicionamento médio dos partidos na dimensão “Intervenção do Estado na Economia”.....	105
3.4. Graus de coesão dos partidos: Dimensão Direitos Humanos e Direitos Civis	110
3.5 Graus de coesão dos partidos: Dimensão Representação e sistema político.....	121
3.6 Índice Geral de Coesão e capacidade explicativa dos fatores causais.....	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	157
ANEXOS.....	166

INTRODUÇÃO

A análise de que os legisladores brasileiros não se organizam em partidos minimamente coesos em torno de programas nacionais é recorrente na literatura (Ames, 1995; Carey e Shugart, 1995; Geddes, 1994; Geddes e Ribeiro Neto, 1992). Para estes autores, os incentivos ao personalismo e ao individualismo gerados pela legislação eleitoral estariam entre os principais fatores a inibir a coerência programática interna dos partidos.

Outros elementos do arcabouço institucional brasileiro como o federalismo, o presidencialismo, e a legislação permissiva para a criação de partidos são fatores elencados por boa parte da literatura – Mainwaring (1991, 1993, 2001); Lima Junior (1993); Sartori (1993); Lamounier (1994); Mainwaring e Torcal (2005); Lamounier e Meneguello (1986); Hagopian (1996); Mainwaring e Liñan (1998); Ames (2003) – como contribuintes para a conformação de um cenário onde bancadas partidárias indisciplinadas e sem coesão programática levariam a crises de governabilidade.

Se, por um lado, estudos empíricos e teóricos vêm demonstrando que a disciplina partidária no Brasil é similar à de democracias consolidadas, que o sistema partidário nacional vem se estruturando, e que a governabilidade tem se mantido ao longo do atual período democrático (Figueiredo e Limongi 1994; 1999; 2007; Melo e Câmara, 2012), as investigações empíricas e teóricas acerca do grau de coesão programática dos partidos têm sido escassas.

A falta de estudos sobre o tema não está associada à irrelevância da coesão programática para a democracia, tendo em vista que ela impacta tanto na governabilidade (Tsebelis, 1997; Ruiz Rodriguez, 2006), quanto na relação entre representantes e representados (Kitschelt, 2000; 2002; 2010). Já a falta de acesso a dados que permitam uma análise sistemática do tema pode ser uma resposta para a lacuna neste campo de estudos.

Diante da relevância do tema em foco para a democracia e da escassez de investigações empíricas sistemáticas a esse respeito no Brasil, esta dissertação procura cumprir dois objetivos. Em primeiro lugar, apresenta uma tentativa de analisar os níveis de coesão de seis das maiores legendas brasileiras: PT, PMDB, PSDB, PSB, PDT e DEM. Para tanto, a convergência intrapartidária – mensurada por meio da distribuição

de preferências de deputados estaduais de doze unidades federativas acerca de 38 questões programáticas – será tomada como uma *proxy* da coesão, entendida aqui como a diferenciação de posições políticas dentro de um mesmo partido (Tsebelis, 1997). O segundo objetivo será o de discutir os possíveis fatores causais a gerar os diferentes graus de coesão dos seis partidos em análise

De modo a cumprir os objetivos propostos, apresentamos, no primeiro capítulo, a distinção analítica entre os conceitos de coesão e disciplina partidária, relacionando esta última com a capacidade de um partido em controlar os votos de seus membros no Legislativo, a despeito das preferências individuais de seus parlamentares (Tsebelis, 1997; Marengo dos Santos, 2000). Assim, quanto mais homogêneas forem as preferências dos parlamentares filiados a determinado partido, menor a necessidade de alteração do comportamento mediante a ameaça ou a aplicação de sanções (Limongi; Figueiredo, 1998).

Além de apontar o problema da recorrente indistinção analítica que permeia os conceitos de disciplina e coesão, o Capítulo 1 trata de apresentar os partidos contemporâneos não como atores unitários, mas como organizações complexas, que atuam em diferentes arenas (eleitoral e parlamentar), apresentam objetivos diversos (implementar políticas, conquistar cargos e votos) e são compostos por uma pluralidade de estratos (elites parlamentares e militantes de diferentes níveis na organização), resultando em agremiações que abarcam diversas preferências acerca de um mesmo tema (Ruíz Rodriguez, 2007).

Além de demonstrar que os partidos apresentam diferenças internas, outra preocupação do Capítulo 1 é explicitar a diversidade entre os tipos partidários, salientando o fato de que a adaptação das agremiações contemporâneas a um modelo de organização claramente voltado para a disputa eleitoral não necessariamente elimina as diferenças programáticas e ideológicas entre os atores em disputa.

Já o Capítulo 2 apresenta o estado do conhecimento sobre o caráter programático dos partidos e do sistema partidário brasileiro. Por meio da operacionalização de conceitos e teorias, são explicitadas quatro variáveis que, supõe-se, ajudam a explicar os graus de coesão partidária a serem testados no Capítulo 3. São elas: a subordinação do comportamento partidário a um projeto nacional – presidencialização, o caráter *office* ou *policy-seeking* das agremiações analisadas, a ideologia partidária e o tempo de filiação dos deputados.

No que tange ao estado do conhecimento acerca dos partidos e do sistema partidário brasileiro, destaca-se que o país não teve as condições de experimentar o período classificado por Bernard Manin (1995) como das democracias de partidos. E, tendo em vista a conjuntura contemporânea, onde vige “uma nova divisão do trabalho, na qual as organizações de interesses canalizam a representação, enquanto os partidos se ocupam da governação” (Mair, 2003, p.291), não há evidências empíricas ou teóricas de vulto que apontem para um processo de enraizamento dos partidos na sociedade brasileira.

Além disso, apresentamos as principais perspectivas analíticas do debate acerca do grau de coesão nos partidos legislativos. A esse respeito, foi possível identificar uma corrente, predominante até meados da década de 1990, que enfatiza a incoerência ideológica e programática e destaca dados que sugerem a inconsistência dos partidos e do sistema partidário, propondo amplas reformas do arcabouço institucional brasileiro; e, outra perspectiva, atualmente predominante, que busca evidenciar o fortalecimento dos partidos, a tendência à maior estruturação do sistema partidário e a relevância das dimensões ideológica e programática.

Quanto aos fatores causais da coesão, o primeiro a ser tratado refere-se à subordinação do comportamento partidário a um projeto nacional. O argumento apresentado é o de que *um maior nível de coordenação de um partido em torno de um projeto político nacional é um fator a contribuir para um maior grau de homogeneidade programática de suas elites subnacionais*. A construção deste argumento baseou-se nos estudos acerca do grau de estruturação das competições pela presidência da República e nas investigações sobre a presidencialização das disputas subnacionais.

O segundo fator causal diz respeito à tipologia *office* e *policy-seeking*, que se constitui como uma importante ferramenta analítica a permitir a distinção entre os partidos que não guiam seu comportamento a partir de diretrizes programáticas coerentes, daqueles que buscam o cargo eletivo com o objetivo maior de implementar as políticas públicas mais caras à organização partidária. A partir desta tipologia, foi apresentado o argumento de que *a maior aproximação com o tipo ideal policy-seeking é um dos fatores a contribuir para um grau de coesão programática mais elevado*.

O terceiro fator causal está relacionado à ideologia partidária e foi construído com base no argumento de que *quanto mais à esquerda um partido se posicionar na escala ideológica, maior será o seu nível de coesão programática*. O suposto aqui é o

de que os partidos de esquerda buscam transformar a sociedade e a opinião pública, visando mudanças nas condições vigentes, o que os obriga a adotarem uma postura mais programática e menos flexível do que a de seus pares conservadores (Przeworski; Sprague, 1986).

O quarto fator causal da coesão programática se refere ao tempo de filiação partidária. Nesse caso, a suposição é de que *quanto maior o tempo médio de filiação dos parlamentares à sua agremiação, maior será o grau de coesão programática interna do partido*. Isso ocorreria por que, segundo a literatura (Marengo dos Santos, 2000), os partidos são agências de socialização política capazes de influenciar as atitudes dos parlamentares.

Tendo em vista que a coesão é gerada pela interação de diferentes variáveis, os quatro fatores causais elencados serão combinados, de modo que, no Capítulo 3, seja possível perceber em que medida eles são capazes de explicar o grau de homogeneidade de preferências dos partidos.

No Capítulo 3 os graus de coesão programática dos partidos são apresentados a partir de três diferentes dimensões programáticas: (1) Intervenção do Estado na economia, (2) Direitos Humanos e Direitos Civis e (3) Representação e Sistema Político.

Na seção referente à dimensão econômica são mensurados os graus de coesão dos partidos em quatro variáveis que compõem as rodadas 2007/08 e 2012 da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”. Além disso, é verificado se partidos que expressam com maior clareza o grau desejável de intervenção do Estado na economia em seus documentos programáticos também apresentam níveis de coesão mais altos acerca desse tema. Tal hipótese se baseia no argumento de que “os ‘objetivos oficiais’ não podem ser reduzidos a uma mera fachada nem a um produto contingente dos equilíbrios organizativos” (Panbianco, 2005, pp. 16 e 17), de modo que, mesmo em organizações partidárias consolidadas, os objetivos oficiais delineados nos programas deverão continuar a exercer um peso efetivo tanto no que diz respeito às relações do partido com o ambiente, como no que concerne aos processos internos da organização.

Outro objetivo desta seção é verificar se partidos de direita e de esquerda apresentam maior coesão programática quanto a questões econômicas do que as agremiações de centro. Tal expectativa se justifica tendo em vista o fato de que uma classificação “quase universalmente conhecida como exata” afirma que “a extremidade

esquerda da escala (ideológica) representa controle governamental pleno e que a extremidade direita significa um mercado completamente livre” (Downs;1999, p. 137). Já ao centro político faltaria a mesma clareza conceitual presente na definição dos termos esquerda e direita.

Ainda na dimensão econômica, é verificado se o posicionamento médio dos partidos quanto ao nível desejável de intervenção do Estado na economia encontra relação com seu posicionamento na escala esquerda-direita.

Já na seção referente às variáveis que compõem a dimensão Direitos Humanos e Direitos Civis, é empreendida uma análise longitudinal dos graus de coesão dos partidos, de modo a demonstrar se há estabilidade ou mudança de uma legislatura para outra. Além disso, os partidos são classificados na díade progressista-conservador a partir de 15 temas concernentes aos direitos humanos e aos direitos civis. Outra meta desta seção é comparar a distribuição dos partidos na escala esquerda-direita com o seu posicionamento na díade progressista-conservador. Ainda no que tange a esta dimensão, os graus de coesão dos partidos são apresentados a partir da agregação dos dados obtidos por meio das duas rodadas da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”, que aconteceram nos anos de 2007/08 e 2012.

Quanto à dimensão Representação e sistema político são apresentadas as preferências dos parlamentares estratificados em partidos no que tange a onze temas que integram, de maneira recorrente, os debates acerca de possíveis reformas do sistema político brasileiro. Entre os temas em análise estão: o sistema de representação política para a escolha dos deputados e vereadores, o sistema de listas e as coligações em eleições proporcionais. Outra meta desta seção é perceber se houve diferenças nos posicionamentos partidários e nos níveis de homogeneidade de preferências entre as duas legislaturas. Ao final, são apresentados os graus de coesão dos partidos no cômputo das variáveis que compõem esta dimensão programática.

Na última seção do Capítulo 3 é empreendida uma análise longitudinal dos dados obtidos por meio da primeira e da segunda rodadas da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”. Serão 20 variáveis da primeira rodada e 18 da segunda. Além disso, é apresentado o Índice Geral de Coesão (IGC) composto pelas 38 variáveis analisadas ao longo desta dissertação. Ao final, é verificado em que medida a subordinação do comportamento partidário a um projeto nacional – presidencialização, o caráter *office* ou *policy-seeking* das

agregações, a ideologia partidária e o tempo de filiação dos deputados são fatores capazes de explicar os resultados apresentados no IGC.

Nas Considerações finais, as conclusões obtidas em cada capítulo são articuladas com os objetivos e os argumentos sumarizados nesta Introdução. Além disso, as análises empreendidas a partir dos resultados expressos pelo Índice Geral de Coesão são situadas dentre as perspectivas analíticas que compõem o campo de estudos acerca do sistema partidário brasileiro.

CAPÍTULO 1 AS METAMORFOSES DOS PARTIDOS

1.1 Transformações nos tipos partidários: das organizações de notáveis aos modelos eleitoralistas contemporâneos

Os primeiros partidos políticos surgem durante o processo de ampliação do sufrágio no curso do século XIX. Anteriormente à ampliação do direito de voto, não se fazia necessário mobilizar e organizar um grande número de cidadãos para garantir vitórias eleitorais, uma vez que os pleitos excluía as mulheres e adotavam, para os homens, critérios de exclusão relativos à escolaridade, propriedade, renda e raça.

O número restrito de votantes tornava dispensável a formação de comitês que atuassem junto ao eleitorado de modo a planejar campanhas, organizar e mobilizar os votantes em torno de candidaturas. Contudo, com a ampliação dos direitos de cidadania política e a inclusão de um número cada vez maior de sujeitos no processo eleitoral, tais comitês passaram a ser imprescindíveis para que os diferentes grupos políticos conquistassem apoiadores na sociedade e elessem seus candidatos (Duverger, 1970).

É neste contexto que as organizações de notáveis, representantes dos interesses das elites econômicas e políticas, situadas ou no centro ou na direita do espectro ideológico veem surgir os partidos de massas. Eles nascem com o objetivo de representar os interesses daqueles que, até então, estavam alijados do processo político: a classe trabalhadora. Este modelo de partido é caracterizado como sendo ideológico, de origem extraparlamentar, programático, classista, representante de uma clivagem específica da sociedade, possuidor de bases eleitorais estáveis e claros vínculos identitários com o eleitorado, além de militância ativa e relevante na estrutura e no financiamento da organização (Duverger, 1970).

Quando a luta de classes passa a expressar-se eleitoralmente, com a progressiva incorporação das classes populares ao sistema político por meio dos partidos de massa, também os comitês de parlamentares de direita e de centro - até então agrupados em governistas e oposicionistas e sem diferenças programáticas substantivas entre si - veem a necessidade de se organizarem junto à nova cidadania ampliada. Dessa maneira, as

organizações de notáveis buscam adaptar-se aos novos tempos, constituindo máquinas partidárias mais fortes e enraizadas na sociedade.

Convém salientar que no modelo hegemônico anterior à emergência dos partidos de massas, quando a maior parte da população adulta não tinha direito ao voto, vigia pouca diferenciação programática entre as organizações partidárias, uma vez que os partidos representavam um eleitorado que não abarcava em seu conjunto as diversas clivagens (de classe, de gênero e étnicas) presentes na sociedade. Além disso, as organizações de notáveis possuíam baixa disciplina partidária (Sardica, 1997) e não ofereciam elementos capazes de propiciar coesão interna a seus membros, tais como: um intenso processo de socialização político-partidária, com a realização de congressos e encontros para o debate de programas e a formulação de políticas públicas; um padrão endógeno de treinamento dos dirigentes partidários e dos candidatos; um programa político bem definido, com a distribuição de fortes incentivos coletivos.

Se, em um primeiro momento, portanto, os partidos de origem parlamentar, representantes das elites econômicas, não precisam de uma organização com as características dos partidos de massa para obterem o poder político, o sucesso eleitoral destes últimos faz com que organizações partidárias de centro e de direita tenham que se adequar à nova dinâmica adquirida pela competição eleitoral.

Em meio a este processo de transformação, Duverger, ao analisar os sistemas partidários dos países europeus até os anos 1960, chama a atenção para o que considerava uma “contaminação pela esquerda” das organizações que ocupavam o centro e a direita do espectro ideológico, isto é, dos partidos de quadros. Segundo o autor, as características organizacionais dos partidos de massas socialistas e social democratas tenderiam a tornar-se hegemônicas também entre as demais organizações, com a superação do modelo elitista de partidos¹.

Entretanto, se o movimento delineado por Duverger é válido para parte das organizações partidárias até meados da década de 60 do século passado, o andamento da história demonstra que os partidos de massas não se tornam o modelo hegemônico nem na direita nem na esquerda. Ao contrário, o que se nota é o movimento caracterizado

¹ Cabe salientar a proposição de Robert Michels (1911) a partir de sua “Lei de Ferro das Oligarquias”: toda organização tende à oligarquização, inclusive os partidos de massa de esquerda. Para o autor, os revolucionários de hoje serão os reacionários de amanhã e o partido que seria um meio para a revolução torna-se um fim em si mesmo. Dessa maneira, os dirigentes do partido deixam de representar os interesses das classes trabalhadoras, dissociam-se desta e visam à conservação dos interesses do partido.

por Epstein² (1967) como um “contágio pela direita”, com os partidos de esquerda adotando tanto em sua face eleitoral, quanto em suas organizações burocráticas um perfil mais flexível e adequado à nova dinâmica das disputas eleitorais.

Os principais fatores a explicar o arrefecimento dos atributos típicos dos partidos de massas estão relacionados a questões de ordem estratégica, social e tecnológica. Neste processo de transformação das organizações partidárias, cabe destacar a aceitação da via eleitoral pelos partidos de massa como meio para a obtenção do poder e não apenas como um fórum para propagandear seus ideais, conscientizar e organizar a classe proletária. Com essa mudança de estratégia diante do processo eleitoral, ocorrida entre fins do século XIX e a primeira metade do século XX, os partidos de massa socialistas e social-democratas ampliaram seus apelos para além de sua *classe gardée*, uma vez que os proletários nunca foram numericamente majoritários na composição do eleitorado de nenhum país³. Assim, estes partidos, ao privilegiar a conquista do sucesso eleitoral, vão convertendo-se em organizações que defendem os interesses e buscam os votos de diferentes clivagens sociais, perdendo o caráter classista de outrora (Przeworski, 1988).

Além disso, a partir de meados do século passado, a linha divisória entre as classes começa a esvanecer no que tange à tomada de decisão eleitoral. O amadurecimento do Estado de Bem-Estar Social, a melhoria das condições de vida da população, o crescimento no número de vagas para a execução de tarefas gerenciais e de empregos no setor de serviços e a redução do uso de mão-de-obra operária pela indústria fazem com que a polarização social e política se reduzam. Já com relação às mudanças sociais que levam a transformações nos partidos de massa confessionais, cabe destacar o processo de laicização da sociedade e o aumento do nível educacional. Como bem aponta Panebianco (2005, p.517):

“As transformações da estrutura social, que a teoria sociológica contemporânea tenta decifrar com ênfases diversas e sob uma grande variedade de rótulos (sociedade complexa, sociedade pós-industrial, sociedade capitalista tardia, etc.), repercutem nos partidos,

² Ao apresentar a trajetória dos partidos norte-americanos, Epstein demonstra que nos Estados Unidos, diferentemente da Europa, não estiveram presentes as condições necessárias para o surgimento de partidos de massa classistas. Naquele país, as organizações partidárias não chegaram a constituir-se como máquinas burocráticas que funcionassem para além do período eleitoral. Nos Estados Unidos, os partidos se materializam na identificação do eleitor com a atuação dos políticos eleitos mais do que em estruturas burocráticas formais.

³ De acordo com Przeworski (1988), a exceção é a Bélgica onde o proletariado chegou a 50,1% do eleitorado em 1912.

modificando as características dos seus territórios de caça e agindo sobre a sua arena política. O eleitorado, por exemplo, torna-se social e culturalmente mais heterogêneo, menos controlável pelos partidos mediante a organização. E isso cria uma poderosa pressão para a transformação organizativa” (Panebianco, 2005, p. 517).

Outro fator que contribui para a proliferação dos partidos profissionais-eleitorais é a crescente relevância dos meios de comunicação social, em especial, da televisão no processo político. Com a centralidade que a mídia adquire, principalmente a partir dos anos 60 do século passado, nem os candidatos precisam dos partidos para fazer campanhas e conquistar votos como antes, nem os eleitores dependem tanto dos partidos para terem acesso a informações sobre as diversas alternativas eleitorais em disputa.

Em campanhas nas quais os postulantes a cargos eletivos podem se comunicar com os eleitores sem a intermediação dos partidos, mas por meio da mídia eletrônica, a escolha do representante passa a depender cada vez mais de suas características pessoais, em detrimento do peso das plataformas programáticas, o que contribui para tornar o eleitorado menos dependente dos partidos, favorecendo o aumento da volatilidade eleitoral. Conforme salienta Panebianco (2005, p. 518)

“Pouco a pouco, o papel central universalmente assumido pela televisão na disputa política, começa a exercer efeitos poderosos sobre as organizações partidárias. Mudam-se as técnicas de propaganda e isso leva a um terremoto organizativo: os antigos papéis burocráticos perdem terreno como instrumento de organização do consenso; novas figuras profissionais adquirem um peso crescente”.

As mudanças sofridas pelos partidos em função das transformações no ambiente onde operam e de suas decisões estratégicas são apresentadas por autores como Kirchheimer (1966) e Panebianco (2005). Classificadas como partidos *catch-all* pelo primeiro e como profissionais-eleitorais pelo segundo, estas organizações têm como características o deslocamento da ideologia pelo cálculo eleitoral, o fortalecimento dos representantes públicos e dos especialistas *vis a vis* os membros da direção, o afrouxamento dos laços verticais e a diminuição da participação, o discurso dirigido a um eleitorado mais amplo e o financiamento das atividades partidárias pelos grupos de interesse. Estes partidos teriam por principal meta, maximizar votos, ganhar eleições e governar, adaptando suas propostas programáticas às demandas dos eleitores, em uma

atuação próxima à apresentada por Downs (1957) em “Uma teoria econômica da democracia” (Gunther e Diamond, 2003).

Além disso, de acordo com Kirchheimer, o objetivo de atrair uma clientela socialmente diversificada, faz com que os partidos *catch all* evitem comprometer-se com propostas programáticas concretas muito específicas, optando por apelos gerais o suficiente para não se converterem “em peças de ataques contra o partido que primeiro as mobilizou” (2012, p. 379). Ainda segundo Kirchheimer (2012, p. 366), “os partidos *catch-all* na Europa apareceram num tempo de desideologização, o qual contribuiu substancialmente para sua emergência e proliferação”. Dadas as características expostas, o esperado é que o seu grau de convergência programática interna diminua em relação aos partidos de massas e que os partidos *catch all* se tornem ideológica e programaticamente menos distantes entre si.

Em relação à transformação dos partidos observada por Kirchheimer (2012), Gunther e Diamond (2003) distinguem os processos relativos à dimensão organizacional dos aspectos concernentes à dimensão ideológico/programática. Nessa perspectiva, os autores apresentam três diferentes tipos de partidos eleitoralistas, quais sejam: *catch-all*, personalista e programático. Segundo Gunther e Diamond (2003), do ponto de vista organizacional, eles diferem do tipo ideal do partido de massas por apresentar queda no número de filiados, ruptura nos laços com associações da sociedade civil, inexistência de meios de comunicação próprios e relevantes e estruturas organizacionais mais enxutas. No entanto, os autores entendem que “a previsão de Kirchheimer de que essas mudanças organizacionais seriam acompanhadas por uma redução progressiva dos compromissos ideológicos dos partidos não se tornou realidade, ao menos não em países como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha”⁴ (2003, p.191, tradução nossa).

O que gostaríamos de salientar ao trazer a crítica de Gunther e Diamond (2003) ao modelo proposto por Kirchheimer é o entendimento de que a diferenciação ideológica continua a ser um aspecto relevante para a compreensão do comportamento

⁴ Gunther e Diamond citam o partido Conservador Britânico durante o governo Thatcher e o partido Republicano norte-americano desde a década de 1980 como exemplos de organizações onde houve recrudescimento de compromissos ideológicos e exacerbação do confronto com adversários. No caso brasileiro, pode ser citado o PSDB como partido que tem recrudescido em posturas conservadoras e ocupado um espaço cada vez mais à direita no espectro ideológico com a defesa da diminuição do papel do Estado na economia, da flexibilização dos direitos trabalhistas, de políticas contrárias aos direitos de decisão das mulheres no que concerne à interrupção da gravidez e no engajamento contra projetos de lei anti-homofobia.

dos partidos políticos, ainda que reconheçamos os muitos exemplos de organizações que se movimentam em direção ao centro e a conseqüente diminuição da distância entre os partidos na escala esquerda/direita em diversos cenários. A questão em foco é: em um mesmo sistema de partidos encontramos organizações que se enquadram em diferentes modelos partidários. Em outras palavras: partidos ideológicos interagem com outros para os quais a disjuntiva esquerda/direita é pouco relevante; partidos com alto grau de coerência programática interna disputam eleições com organizações clientelistas, sem apreço pela formulação e execução de plataformas programáticas específicas.

Esta diversidade de modelos de partidos nos sistemas políticos contemporâneos é contemplada pelo esquema classificatório proposto por Gunther e Diamond (2003) e, tendo em vista o interesse desta dissertação no grau de relevância dos posicionamentos programáticos, iremos apresentar o *programmatic party*, ao mesmo tempo em que apontaremos suas diferenças em relação aos dois outros tipos de partidos eleitoralistas propostos pelos autores: *catch all* e *personalistic party*.

O *programmatic party* detém estrutura organizacional enxuta, o que o aproxima de seus congêneres eleitoralistas, e tem por objetivo conduzir campanhas que, muitas vezes, exploram as características pessoais do candidato. Entretanto, sob alguns aspectos ele se aproxima do clássico partido de integração de massas. O *programmatic party* detém uma agenda programático-ideológica mais coerente, diferenciada e consistente do que a do *catch-all* e do *personalistic party* e incorpora esses apelos em suas campanhas eleitorais e em suas agendas legislativas e de governo. Em sistemas proporcionais, ele pode, ainda, definir mais claramente sua base social e firmar ligações com a sociedade civil (Gunther e Diamond, 2003).

Já o *personalistic party* é o tipo mais puro de partido eleitoralista, uma vez que sua função é servir exclusivamente como um veículo para a disputa do governo por uma liderança carismática nacional. Esse modelo de partido baseia seus apelos eleitorais nas características pessoais do candidato, que é apresentado nos meios de comunicação como um “salvador da pátria” indispensável à resolução dos problemas do país. O *personalistic party* tem mais chance de êxito eleitoral em sistemas partidários fracamente institucionalizados e em momentos de crises socioeconômicas que não são satisfatoriamente solucionadas pelas agremiações tradicionais. Alberto Fujimori, no Peru, e Silvio Berlusconi, na Itália, são exemplos de líderes que fundaram organizações que se enquadram neste tipo ideal.

Outro modelo apresentado por Gunther e Diamond (2003), o *catch-all party*, detém ideologia vaga e superficial, orientação predominantemente eleitoral e estrutura burocrática reduzida. Neste modelo, o partido é conduzido pelas lideranças e candidatos nacionais mais votados, entretanto, diferentemente do *personalistic party*. Uma importante diferença deste tipo partidário para o homônimo desenvolvido anos antes por Kirchheimer reside no fato de que o *catch-all* proposto pelo autor alemão é derivado do partido de massas e sua definição é dada por aspectos que deixam de existir no modelo que o sucede. Tal fato restringe o uso deste tipo classificatório na categorização dos partidos contemporâneos, especificamente, nos países da Terceira Onda Democrática, que não viveram o período de ouro dos partidos de massas.

Com as tipologias expostas gostaríamos de salientar que, se, por um lado, há um movimento de convergência ao centro, em busca da ampliação do eleitorado, como apontam Downs (1957) e Kirchheimer (1966), por outro, a relevância da dimensão programático-ideológica não deve ser menosprezada.

O surgimento de partidos competitivos à esquerda da social-democracia e, ainda, o crescimento dos partidos da nova direita, na Europa, apontam que há espaço para alternativas partidárias com posições ideológicas distintas e claramente identificáveis pelo eleitorado, ocupando os espaços deixados pelos grandes partidos estabelecidos, que convergem ao centro da escala ideológica com o objetivo de ampliar seu eleitorado potencial.

Enfim, o objetivo desta seção é demonstrar que as transformações sociais, políticas e tecnológicas que levam os partidos a se adaptarem a um modelo de organização claramente voltado para a disputa eleitoral não necessariamente eliminam as diferenças programáticas e ideológicas entre os atores em disputa.

1.2 Diferenciação programática em tempos de cartelização dos sistemas partidários

Um dos mais relevantes estudos a nos auxiliar na tarefa de perceber a relevância da dimensão programática nos partidos políticos contemporâneos foi proposto por Katz e Mair (1995; 2002). Os autores salientam a tendência à indiferenciação das agremiações tanto no que concerne aos aspectos ideológico e programático quanto no que diz respeito a suas características organizacionais. O modelo proposto – intitulado *cartel party* – refere-se mais precisamente ao sistema partidário, isto é, aos padrões de

interação entre partidos, do que à descrição de um tipo partidário individual (Koole, 1996).

Conforme propõem Katz and Mair (1995; 2002), com a chegada de praticamente todos os partidos de origem socialista ou social-democrata aos governos de seus países, os sistemas partidários estariam adquirindo um padrão de atuação próximo a um cartel. O exercício do governo em alternância estaria produzindo uma aproximação cada vez maior entre os competidores relevantes – à esquerda e à direita –, os quais passariam a apresentar maior grau de cooperação entre si e a estabelecer os limites de uma competição aceitável para os principais atores em disputa. Neste contexto, ainda segundo os proponentes de tal tese, os representantes do partido na esfera pública - os ocupantes de cargos eletivos - passam a controlar em definitivo a organização partidária uma vez que detêm o poder decisório sobre a maior parte dos recursos – sejam os concedidos às bancadas parlamentares, sejam aqueles repassados diretamente aos partidos pelos fundos públicos. Neste modelo, o Estado passa a ser o principal financiador da atividade partidária, diferenciando-se do tipo *catch-all*, fortemente financiado por grandes grupos de interesse, e também do partido de massas, que depende especialmente das contribuições de seus filiados. Se os autores estão corretos, esta maior dependência em relação ao Estado estaria contribuindo para corroer, aos olhos dos cidadãos, a legitimidade dos partidos como canal de ligação entre suas reivindicações e o sistema político.

No contexto da cartelização, o tempo e os recursos anteriormente gastos pelos partidos para cultivar ligações com clivagens eleitorais passam a ser investidos, cada vez mais, na obtenção e no gerenciamento de cargos públicos. Isto é, se na passagem do modelo do partido de massas para o *catch all party*, as organizações abandonam os esforços voltados para o enquadramento intelectual e moral das massas e passam a concentrar-se “mais completamente no cenário eleitoral, na tentativa de trocar a efetividade do debate mais aprofundado por uma audiência mais ampla e pelo sucesso eleitoral mais imediato” (Kirchheimer 2012, 362), no modelo do *cartel party*, “mais relevante do que vencer eleições, é garantir o acesso aos recursos estatais vitais para a sobrevivência das organizações” (Amaral, 2013, p. 18).

Em relação à diferenciação programática, cabe salientar que em um cenário onde não estão disponíveis alternativas ao modo de produção capitalista e a globalização impõe novas restrições à atuação dos estados nacionais, a agenda partidária passa a

conter, cada vez mais, questões pontuais em vez de posicionamentos macro-políticos (Mair, 2007; Patterson 2003).

Esta convergência entre partidos de esquerda e de direita que compõem o *mainstream* político teria como um de seus resultados o que os proponentes do *cartel party* chamam de promiscuidade na formação de coalizões, tornando-se concebíveis - tanto na teoria, quanto na prática - um governo composto por partidos oriundos das mais diversas tendências ideológicas. Indo mais além, os autores entendem que os eleitores têm, cada vez mais, a percepção de que as políticas públicas implementadas pelos governos serão basicamente as mesmas, independente do partido que ganhe a eleição (Katz e Mair, 1995; Mair, 2007).

A menor diferenciação ideológica, programática e organizacional entre os partidos, associada à interpenetração com o Estado, possibilitariam, ainda, uma ação coordenada dos concorrentes, dificultando o êxito de novos competidores⁵ como acontece analogamente no processo de cartelização das relações comerciais, quando empresas, em conluio, adotam práticas conjuntas para a ocupação do mercado. Ainda segundo Katz e Mair (1996), os eventuais novos partidos com sucesso eleitoral poderiam ser socializados junto aos demais, aprendendo a jogar dentro das regras existentes e sendo, a partir daí, absorvidos pelo cartel, dando continuidade ao modelo.

Entretanto, como bem aponta Wolinetz (2002, p. 149), os próprios idealizadores do modelo do *cartel party* percebem que as características dos sistemas partidários por eles delineadas podem possibilitar o surgimento de organizações que lhes sejam contrárias: “Katz e Mair argumentam que o *cartel party* não é o ponto final do desenvolvimento partidário, mas que seu modelo é capaz de gerar sua própria resposta na forma de sentimento anti-partidário e de partidos capazes de mobilizar tal sentimento” (tradução nossa).

Devemos atentar, portanto, para o fato de que ao diminuir os vínculos dos partidos com a sociedade, ao reduzir sua legitimidade perante o eleitorado, ao restringir o espaço que separa partidos oriundos da esquerda daqueles advindos da direita, a cartelização tem como resposta o surgimento e crescimento de partidos ideológicos e, algumas vezes, antissistema. Exemplos disso podem ser observados em vários países da Europa, como na França e na Áustria, que vivem o recrudescimento da extrema-direita,

⁵ É cada vez mais comum verificar partidos de esquerda e de direita unidos na formação de governo, como ocorre na Alemanha de Ângela Merkel, na Grécia sob o partido Syriza e no Brasil durante os governos petistas.

ou na Grécia e na Alemanha, que experimenta o crescimento da extrema-esquerda. A ascensão de novos partidos, bem como o fracasso de organizações tradicionais como a Democracia-cristã na Itália tem levado estudiosos do tema a defenderem a existência de um processo de desalinhamento partidário na Europa (Dalton, McAllister, Wattenberg, 2001; Norris, 2005).

Em um momento em que, nos diferentes sistemas partidários europeus, vemos o surgimento e fortalecimento de partidos programáticos, que ocupam as extremidades da escala ideológica e que se negam a compor coalizões de governo com as demais siglas, devemos dar mais relevo à ponderação trazida pelos próprios Katz e Mair (1996) ao responder a algumas das críticas de Koole (1996) à tese do partido cartel. Os autores em “*Cadre, catch-all ou cartel*” defendem a existência simultânea de uma pluralidade de tipos partidários e afirmam discordar da ideia de que exista apenas um modelo evolucionário a produzir um único tipo de partido dominante.

Diante do entendimento de que diferentes modelos partidários, que trazem consigo diversos graus de coerência programática, estão em interação nos sistemas contemporâneos, buscaremos explorar a seguir um esquema classificatório capaz de nos auxiliar na tarefa de refletir sobre a variação no nível de homogeneidade interna nos partidos políticos.

1.3 Votos, políticas e cargos: o que querem os partidos?

Os partidos políticos são classificados por Strom (1990), Muller e Strom (1999) e Wollinetz (2002) a partir dos objetivos primordiais perseguidos por suas elites dirigentes, quais sejam: a obtenção de cargos (*office-seeking party*), a maximização de votos (*vote-seeking party*), a implementação de políticas públicas (*policy-seeking party*). Uma das características que torna este esquema classificatório atrativo é sua capacidade de expor a diversidade de preferências e comportamentos existentes nos diferentes tipos de partidos eleitoralistas (*catch all*, *personalistic* e *programmatic*, para usar a terminologia proposta por Gunther e Diamond, 2003). Tal qualidade evidencia que, a despeito dos incentivos de ordem tecnológica, social e política à emergência de organizações profissionais-eleitorais e à cartelização dos sistemas partidários, as agremiações contemporâneas apresentam diferenças substantivas entre si, especialmente, no que concerne à relevância do programa partidário para os simpatizantes e membros da organização.

Apesar das vantagens expostas, este modelo traz consigo problemas conceituais que dificultam sua operacionalização. O principal deles diz respeito à caracterização do tipo partidário *vote-seeking*, uma vez que a busca do voto nunca é um fim em si mesma, mas, sim, um instrumento, seja para garantir as gratificações e os demais benefícios privados propiciados pela ocupação de cargos públicos (objetivo típico de partidos *office-seeking*), seja para influenciar a formulação e a execução de políticas públicas (caso dos partidos *policy-seeking*).

Desse modo, entendemos que o intento de classificar os partidos de acordo com seus objetivos primordiais será cumprido com mais apuro caso a taxonomia em foco seja composta por apenas duas categorias *office* e *policy-seeking*. A alternativa proposta tornar-se-á especialmente adequada se o interesse em tela for analisar a relevância do programa partidário como um elemento capaz de mobilizar os membros e simpatizantes da organização, orientando o seu comportamento nas arenas eleitoral (formação de coligações, construção de retóricas de campanha com a defesa de claros posicionamentos programáticos e rechaço a pontos de vista contrários), parlamentar (formação de coalizões e decisão de voto em plenário e nas comissões) e governativa (execução de políticas públicas).

A esse respeito, cabe salientar os apontamentos de Wolinetz (2002, p. 155). segundo os quais não há diferenças entre os partidos *vote* e *office-seeking* no que concerne ao caráter de seu debate político interno: em ambos, ele é apenas *pro forma*, difuso e sem foco programático. Além disso, a consistência das posições políticas assumidas por estes modelos de partidos varia de média a baixa, enquanto nos tipos *policy-seeking* é alta.

Além disso, apesar de Wolinetz (2002, p.151) e Muller e Strom (1999) classificarem o tipo *vote-seeking* como o clássico partido downsiano, entendemos que as características definidoras deste último - tais como, adaptar a plataforma programática de acordo com a flutuação da opinião pública e formular “políticas a fim de ganhar eleições e não ganhar eleições a fim de formular políticas” (Downs, 1999, p. 50) - não são capazes de distingui-lo do *office-seeking party*. Já os típicos partidos *policy-seeking* enfrentariam sérias resistências internas se tivessem que abrir mão de suas principais políticas para garantir a participação em coalizões de governos ou para ampliar sua base de eleitores.

Devemos lembrar, ainda, que em democracias liberais representativas a conquista dos votos necessários para a obtenção de cargos eletivos é o principal instrumento para assegurar o acesso aos recursos provenientes do Estado. E um partido *office-seeking* só será convidado a integrar uma coalizão de governo caso detenha cadeiras no parlamento em número suficiente para se fazer necessário à obtenção da governabilidade.

Ainda em relação aos partidos *office-seeking*, cabe salientar que, ao apresentá-los, Müller e Strom (1999) estão, a partir de estudos de coalizão, fazendo um adendo à afirmação de Downs (1999) de que os partidos maximizam votos. Tendo em vista a perspectiva de Riker (1962), Müller e Strom (1999) propõem que os partidos buscam maximizar votos apenas até o ponto necessário para obterem a certeza da vitória. Quando Riker constrói este argumento, ele se refere à lógica de construção de maiorias em democracias parlamentaristas. Assim, o governo ampliaria o número de partidos integrantes da coalizão até o limite necessário para aprovar seus projetos, de maneira a evitar uma desnecessária divisão do poder. Essa hipótese pode também ser testada na construção de maiorias parlamentares no presidencialismo de coalizão brasileiro bem como no comportamento partidário durante disputas eleitorais.

Outra característica dos partidos *office-seeking* é a ausência de críticas ferozes aos seus adversários, de modo a não impedir a sua participação em futuras coalizões. Do mesmo modo, este tipo partidário também não costuma assumir a defesa de compromissos programáticos que possam atrapalhá-lo na obtenção de cargos em futuros governos (Wolinetz, 2002; Amaral, 2010; Amaral, 2013).

Além disso, os grandes partidos *office-seeking* tendem a se dividir em facções em competição pelos recursos estatais. Também é característica deste tipo partidário a capacidade de atuar como estabilizador do sistema político, participando regularmente das coalizões de governo, independentemente do viés ideológico-programático do grupo no poder. Muitas vezes, ainda, este tipo partidário é construído sobre redes clientelistas, cuja manutenção exigiria a permanência no controle de cargos públicos, de modo a assegurar a manutenção de um contínuo fluxo de benefícios (Wolinetz, 2002).

Já o modelo de partido *policy-seeking* é derivado dos estudos de coalizão que apontam para o fato de que o processo de formação e consolidação de um governo tem mais chance de prosperar caso os partidos participantes tenham posicionamentos ideológicos e programáticos próximos entre si (Axelrod, 1970). Neste modelo, a

ocupação dos cargos públicos seria necessária para maximizar a influência do partido sobre a execução das políticas públicas.

Também no que concerne à relação representante-representado, há diferenças entre os modelos partidários. Ao contrário do cenário de desinteresse do cidadão pela política ao qual está associado o fortalecimento de um sistema composto majoritariamente por partidos *office-seeking*; em contextos onde os partidos adotam um comportamento *policy-seeking*, “os cidadãos das democracias tornam-se politicamente engajados porque suas escolhas importam, e eles apoiam certos partidos políticos no lugar de outros porque estes partidos fazem a diferença” (Strom e Muller, 1999, p. 8).

Nesta perspectiva, o tipo de comportamento *policy-seeking* corresponde ao ideal normativo que boa parte das pessoas espera dos partidos. Nas palavras de Wolinetz (2002, p. 150), “the policy-seeking party corresponds to a civics book image of what many people think that parties should be like in a liberal democracy”.

A partir da tipologia proposta, defendemos que no partido onde a busca por cargos é um instrumento para influenciar a formulação e a execução de políticas públicas, de acordo com o que dispõe a plataforma programática da agremiação, os níveis de coesão programática são mais altos do que nas organizações que privilegiam a conquista de cargos com o objetivo primordial de obter as gratificações e outros benefícios privados propiciados pelos mesmos. Portanto, entendemos que quanto mais características *policy-seeking* um partido reunir, mais coeso ele será.

Após a reflexão acerca de cada um dos tipos ideais em tela, cabe retomar a questão proposta no título desta seção para salientar que um mesmo partido político busca cargos, políticas e votos em diferentes medidas. A escolha de qual desses objetivos e em que tipo de situação decorre não apenas das preferências dos líderes políticos, mas, também, dos constrangimentos gerados pelos ambientes organizacional e institucional onde os partidos operam.

1.4 Diferenciação ideológica e seu caráter substantivo nos partidos contemporâneos

Nos diferentes estudos sobre modelos partidários que vimos até agora, análises de que há um arrefecimento ou uma crise das ideologias são contraditadas por teorias e

estudos empíricos que apontam para a relevância da disjuntiva esquerda-direita. A discussão em tela não é nova e Bobbio (1998) cita a hipótese de uma possível superação da clivagem esquerda-direita no momento mesmo em que Downs escrevia o clássico “Uma teoria econômica da democracia”. Segundo o autor italiano, “em 1955, Raymond Aron destacava o declínio do fanatismo associado às crenças políticas, a perda de importância, a progressiva erosão das Ideologias tradicionais, outrora rígidas e imperativas (...)”. (p. 590). Vê-se, portanto que, além de não ser novo, este debate é bem anterior à queda do Muro de Berlim.

Com a chamada “hegemonia neoliberal” dos anos 1990 e os impactos cada vez maiores da globalização econômica o discurso da indistinção entre esquerda e direita ressurge com força (Haupt, 2010). Estudos como o de Haupt (2010) e Volkens (2004) demonstram, no entanto, que, apesar de os partidos de direita e esquerda apresentarem a tendência de se moverem na mesma direção em resposta às mudanças da economia global, eles não convergem em torno das mesmas políticas, isto é, os partidos concorrentes mantêm suas distâncias ideológicas. Esses resultados relativos a 17 países da Europa Ocidental demonstram a persistência da diferenciação substantiva entre as políticas de esquerda e de direita, ao mesmo tempo em que apontam para a influência de variáveis sistêmicas sobre o posicionamento ideológico dos partidos, complementando – não contradizendo – o argumento de Downs de que as elites partidárias se adaptam às flutuações da opinião pública.

Muitos estudos, entretanto, recorrem a eventos históricos, a pesquisas teóricas e empíricas para atestar - senão a irrelevância da ideologia na contemporaneidade - certa aproximação entre os partidos de direita e de esquerda. Para Mair (2007), por exemplo, os partidos têm cada vez mais perdido o caráter *policy-seeking* e adotado metas tipicamente *office-seeking*. Como aponta este autor, “a combinação do fim da Guerra Fria, a vitória da democracia, e a ausência de qualquer alternativa contemporânea séria à economia de mercado, levam os partidos de direita e de esquerda a compartilharem mais e mais as suas prioridades políticas” (Mair, 2007, p.215) (tradução nossa). Nesse cenário, cabe perguntar: até que ponto se pode falar em diferenciação programática entre os partidos? E mais ainda: qual o caráter substantivo dos termos esquerda e direita? Mesmo que não haja a intenção de elucidar tais temas, cabe analisá-los brevemente de maneira que as causas e impactos dos diferentes graus de coesão dos partidos políticos brasileiros possam ser mais bem compreendidos nos próximos capítulos.

Desde o trabalho de Downs (1957), é comum que os estudos sobre o comportamento político e as estratégias partidárias distribuam os partidos em um espaço de competição unidimensional, que vai da esquerda à direita. Mais do que isso, estudos comparativos de análise política em vários países demonstram (Ruiz Rodríguez, 2007; Mair, 2007; Melo e Nunes, 2009; Roma, 2003) que as elites políticas e parcela do eleitorado são capazes de se reconhecer na escala ideológica e utilizam-na para definir suas estratégias de ação.

Com relação à ideologia no eleitorado cabe citar o estudo empreendido pela *European Social Survey*, no ano de 2004. De acordo com ele, uma média de 88% dos respondentes em mais de 20 países pesquisados eram capazes de localizar-se em termos de esquerda e direita (Mair, 2007).

Já no Uruguai, Selios e Vairo (2012) demonstram que os eleitores que se autoclassificam como sendo de esquerda na escala ideológica (1 a 3, em uma escala de 10 pontos) possuem 30% mais chance de votar na Frente Ampla (FA) que eleitores de direita; enquanto aqueles que se classificam como sendo de direita (acima de 7) possuem 49% menos chance de votar na FA e 50% mais chance de votar nos partidos tradicionais (Colorado e Nacional).

No que diz respeito ao Brasil, Tarouco e Madeira (2012) demonstram que os resultados de *surveys* aplicados a especialistas com o objetivo de classificar os partidos na dimensão esquerda-direita coincidem com o autoposicionamento dos políticos nesta mesma escala, permitindo concluir “que a localização dos partidos brasileiros na dimensão esquerda-direita é suficientemente uniforme para ser considerada válida” (p.1).

A disjuntiva esquerda/direita também é capaz de explicar o comportamento parlamentar brasileiro. De acordo com Roma (2003, p. 34), para os sete partidos com mais cadeiras na Câmara dos Deputados nas legislaturas 48 a 51 (1987-2003), “a ideologia prediz corretamente quase a totalidade dos votos registrados em Plenário”. Ainda segundo ele, tendo em vista que partidos e deputados pautam seu comportamento a partir de orientações ideológicas, “os eleitores têm os meios necessários para avaliar a reputação ideológica das organizações partidárias e seus respectivos candidatos que competem por seu voto”.

Estudos citados nesta seção (Ruiz Rodríguez, 2007; Mair, 2007; Melo e Nunes, 2009; Tarouco e Madeira, 2012; Selios e Vairo, 2012; Haupt, 2010; Volkens, 2004; Roma, 2003) apontam que a dimensão ideológica é um fator explicativo relevante para

o comportamento dos partidos. Estes estudos chegam a tais conclusões a partir das análises de resultados empíricos obtidos junto a elites parlamentares, experts e eleitores; bem como por meio da análise das plataformas políticas e dos dados econômicos de 25 países, no caso da pesquisa empreendida por Haupt.

Mas, se os cidadãos, conforme propõe Downs, sentem-se satisfeitos quando o partido incumbente adota políticas coerentes com a ideologia que serviu de atalho para a decisão de voto, cabe retomar a pergunta: qual o caráter substantivo dos termos esquerda e direita, isto é, o que cada posição na escala representaria em termos de preferências por programas e políticas públicas? Uma resposta plausível estaria na proposição do próprio autor que afirma que “a extremidade esquerda da escala representa controle governamental pleno e que a extremidade direita significa um mercado completamente livre”. Esta seria uma classificação “quase universalmente conhecida como exata”, destaca ele (Downs, 1999, p. 137).

Entretanto, para além do critério econômico relativo ao nível de intervenção estatal desejado, outras características podem ser usadas como definidoras dos conceitos de direita e esquerda. Como aponta Sartori (1982), os partidos de esquerda podem ser caracterizados por apoiar políticas de bem-estar social e de nivelamento socioeconômico, enquanto a direita as rejeita. Nesse mesmo sentido, Mair (2007, p.213), a partir das proposições de Fuchs e Klingemann (1990), lembra que, a despeito de outras correlações possíveis, a esquerda é associada a mudanças em direção a maior igualdade social, política e econômica, e a direita é classificada como oposta a tais alterações.

É importante perceber, contudo, que os significados dos termos esquerda e direita variam de acordo com o contexto histórico no qual estejamos inseridos. Se, como aponta Sartori (1982), na década de 1950, a esquerda era associada à mudança e a direita à manutenção do *status quo*; por outro lado, como lembra Mair (2007), nas repúblicas socialistas europeias, no período da transição para o capitalismo no fim do século XX, não cabia à direita a manutenção do *status quo*. A mudança naqueles países estava associada à redução da igualdade e à diminuição da intervenção estatal.

Ainda assim, vemos a resiliência dos termos esquerda e direita, o que, segundo Mair (2007), pode ser explicado por duas razões principais: a primeira diz respeito ao fato de que apesar de a dimensão esquerda-direita ter perdido muito de sua essência e potência, não há um conjunto de referenciais potencialmente mais adequado para substituí-la. A segunda razão remete ao fato de que, a despeito das várias ambiguidades

que os termos possam ter, eles continuam a explicar diferentes padrões de coalizão, tendo sucesso em explicar diferentes resultados das políticas, além de escolhas e mudanças eleitorais.

E, nesse sentido, pode-se defender que não é a despeito da flexibilidade exposta que os termos esquerda e direita se mostram tão duradouros, mas sim que é justamente essa capacidade de acomodar novas questões e novos padrões de competição que faz com que eles continuem relevantes ao longo do tempo (Mair, 2007; Sartori, 1982). E, como bem aponta Sartori (1982), “embora as pessoas se localizem, e aos partidos, em pontos diferentes do espectro esquerda-direita por múltiplas e confusas razões, elas fixam realmente – sempre que as opções ou o calor ideológico aumenta – posições espaciais”. Portanto, a partir do exposto, entendemos que os termos esquerda e direita continuam relevantes para explicar o comportamento de boa parcela dos partidos em uma grande quantidade de países, possibilitando estudos comparativos e, ainda, sendo possível associá-los a questões substantivas em variadas dimensões como a econômica, constitucional (liberdades civis, direitos individuais), igualdade e bem-estar.

1.5 Delimitação conceitual da coesão partidária

Neste momento cabe refletir acerca do conceito de coesão adotado por esta pesquisa. Por que medir a coesão a partir do grau de convergência programática intrapartidária? O comportamento disciplinado em plenário poderia ser utilizado como *proxy* da coesão? Por que não trabalhar com o conceito de “coesão pragmática”, isto é, se os deputados de um partido hipotético X seguem a orientação do seu líder partidário, isso levaria a crer que o partido X é coeso, ainda que tal comportamento não adviesse de preferências programáticas homogêneas intra-partido, mas, sim, decorresse das regras e instituições que permitem a recompensa dos parlamentares disciplinados e a punição dos infiéis?

Para responder a tais questões, devemos atentar para a distinção analítica entre coesão e disciplina. A coesão aqui é entendida nos termos propostos por Tsebelis, como referindo-se “à diferenciação de posições políticas dentro de um partido antes que se proceda a discussão e votação da posição em seu interior” (1997, p.103). A disciplina, por sua vez, “refere-se à capacidade de um partido para controlar os votos de seus membros no Parlamento” (Tsebelis, 1997, p.103).

A esse respeito, cabe recorrer aos achados de Figueiredo e Limongi acerca do comportamento dos deputados federais brasileiros em plenário. Os autores informam que, “a coesão partidária no período pós-1988 é consideravelmente maior (que a de 1946-1964) em todos os partidos” (Figueiredo; Limongi, p. 170, 2007). A afirmação acima está baseada em dados que tratam do comportamento majoritariamente homogêneo dos membros das bancadas partidárias em votações nominais de projetos de lei que fizeram parte da agenda do Executivo no período 1988-2006.

Essa indistinção entre coesão e disciplina é recorrente na literatura sobre comportamento legislativo, ainda que a maioria dos autores reconheça a diferença analítica entre os termos, como o fazem os próprios Figueiredo e Limongi em *Bases institucionais do presidencialismo de coalizão*:

“Analiticamente, a coesão partidária deve ser distinguida da disciplina partidária. A coesão depende da distribuição das preferências. Quanto mais homogêneas forem as preferências dos parlamentares filiados a determinado partido, tanto maior a coesão. (...) A disciplina depende da alteração do comportamento diante da ameaça ou aplicação de sanções. Empiricamente, não é fácil distinguir um caso do outro. Nossos dados não permitem distinguir a coesão da disciplina partidária” (Limongi; Figueiredo, 1998, p. 96).

Nesse sentido, cabe dizer: se em determinado partido a totalidade de seus membros segue a orientação do líder da bancada, não há como afirmar que a bancada é programaticamente coesa. Para tanto, seria necessário mensurar as preferências dos parlamentares acerca dos temas que compõem a agenda política.

Entendemos, por outro lado, que as preferências não são os únicos fatores determinantes do comportamento em plenário, uma vez que os constrangimentos institucionais também impactam na orientação de voto dos parlamentares. Assim, devemos entender que as preferências dos parlamentares estão em interação com as regras e normas que regulam o funcionamento da Câmara e a sua relação com o Executivo, resultando no voto em plenário.

Tendo em vista tal argumentação, compartilhamos com Bowler, Farrell and Katz (1999;) o entendimento de que “Presumably discipline is needed when cohesion is low and is not needed in its more coercive forms when cohesion is high”.

O conceito de coesão aqui adotado, portanto, impede a ideia de “coesão pragmática”, uma vez que a coesão refere-se à homogeneidade de preferências e não à

disciplina partidária. Conforme propõe Kitschelt (2000, p. 2): “a party is programmatically cohesive when information on one of its politicians' (or legislators') policy preference schedules is a strong predictor of preference schedules shared by all other politicians inside the party”. Nesse sentido, podemos dizer que se os parlamentares seguem a orientação de voto do líder, mas não apresentam preferências homogêneas, a bancada partidária não é coesa; ela é disciplinada.

Uma vez exposta a delimitação conceitual da coesão e salientada a distinção analítica entre esta e a disciplina partidária, buscaremos refletir sobre os impactos dos diferentes graus de coesão programática na governabilidade e na qualidade da representação democrática.

No que concerne ao primeiro ponto, cabe dizer que o governo é a arena onde o papel dos partidos menos se alterou ao longo do tempo, desde a superação das organizações de notáveis pelos partidos de massas. Afinal, as organizações partidárias continuam sendo relevantes para a coordenação do comportamento de seus parlamentares, para a organização das relações entre os poderes Executivo e Legislativo e para a distribuição de cargos entre as diversas forças políticas. A relevância dos partidos nas arenas governativa e parlamentar é tal que nas democracias em que eles perdem a capacidade de cumprir suas funções precípuas o processo de tomada de decisão torna-se crítico, contribuindo para a conformação de um cenário de instabilidade institucional.

Essa capacidade de coordenação e previsibilidade do comportamento das bancadas parlamentares está relacionada ao grau de coesão programática dos partidos. Ao chamar a atenção para o efeito da coerência programática⁶ no comportamento partidário em plenário Ruiz Rodríguez aponta que:

“La coherencia programatica es una suerte de fuente de unidad natural. De ahí que en temas donde haya una gran coherencia es más fácil predecir el contenido del voto y las posibilidades de generar una mayoría dentro do partido en una determinada dirección.” (Ruíz Rodríguez, 2006, p.285).

⁶ Ruiz Rodríguez (2007) apresenta e defende a distinção entre coesão e disciplina nos mesmos moldes que fazemos aqui, no entanto, dado o uso recorrente dos termos como sinônimos pela literatura, a autora, com a justificativa de evitar confusões conceituais, adota a expressão coerência programática no lugar de coesão programática. Cabe salientar, que outros autores que trabalham com a temática, como Kitschelt, utilizam a terminologia coesão programática para designar o grau de homogeneidade de preferências programáticas intrapartidárias.

Ao funcionar como a antessala do comportamento em plenário, o grau de homogeneidade de preferências nos partidos detém a capacidade de influenciar o nível de estabilidade das políticas públicas. De acordo com Tsebelis (1997, p. 22), a existência de muitos partidos, altamente coesos, distantes entre si e com poder de veto às proposições do Executivo seriam um empecilho à implementação de um plano de governo que demande mudanças no *status quo*.

Entretanto, cabe salientar que, caso os partidos sejam altamente coesos e mantenham posições próximas entre si e às do Executivo, têm-se uma situação extremamente favorável para a manutenção da governabilidade, quer ela demande ou não alterações no status quo. Nesse contexto, os custos com patronagem poderiam ser reduzidos. Assim, é possível perceber que a coesão não é *a priori* boa ou ruim para a governabilidade.

Já a relação entre coesão programática e qualidade da representação política foi tematizada pelo *Comittee on Political Parties* da *American Political Science Association*, que, em 1950, publicou *Toward a More Responsible Two-Party System*. Nesse artigo, que, até hoje, é referência para os estudiosos do tema, a APSA afirma que a coesão programática dos partidos afeta positivamente a qualidade da representação democrática. Os defensores da coesão como ideal normativo propõem que os partidos norte-americanos deveriam não apenas apresentar programas distintos para o escrutínio popular, como também possuir coesão interna suficiente, seja para implementar seu programa, em caso de vitória eleitoral, seja para criticar o governo e apresentar propostas alternativas no pleito seguinte em caso de derrota. Dessa maneira, a coesão programática deveria assegurar que cada partido se comportasse como um único ator legislativo, de modo a garantir, durante o interstício eleitoral, o cumprimento da plataforma apresentada aos votantes no período de campanha⁷.

Também para Downs (1957), as eleições disputadas por partidos organizados como atores unitários funcionam como um importante mecanismo de *accountability* por assegurar que os eleitores serão capazes de avaliar retrospectivamente o governo, reelegendo-o ou trocando seus incumbentes. Ao mesmo tempo, por terem interesse em

⁷ Uma das críticas que pode ser feita ao modelo de sistema partidário apresentado pela APSA está no fato de que a coesão em torno de *issues* programáticos nos partidos legislativos poderia levar à ingovernabilidade: nos momentos em que o presidente não conta com maioria congressual, são as defecções do partido opositor que garantem a aprovação dos projetos de interesse do governo. Fosse ambos os partidos – Democrata e Republicano – altamente coesos, em contextos de governos minoritários, a tendência seria a paralisia decisória.

permanecer no poder, os políticos tenderiam a agir no sentido de efetivar as preferências dos cidadãos.

Entretanto, esta perspectiva teórica apresenta limitações relacionadas ao déficit informacional a que o eleitor está sujeito no momento de decidir seu voto retrospectivamente, uma vez que os custos da informação política são, em todas as democracias representativas, maiores que os benefícios advindos deste conhecimento.

Cabe salientar, ainda, que em cenários onde operam partidos com baixa coesão programática, a relação principal-agente tende a ser personalizada e construída com base em trocas diretas de benefícios materiais por votos (Kitschelt, 2000). Estas são situações em que as funções clássicas dos partidos junto ao eleitorado, tais como a simplificação da decisão de voto, a criação de símbolos políticos, a promoção da identificação eleitoral, o aumento da previsibilidade eleitoral e a diminuição da volatilidade não são desempenhadas de acordo com o ideal normativo defendido pela literatura apresentada.

Se, conforme propõe Kitschelt (2000; 2002; 2010), a coesão funciona como um estímulo para que a competição partidária se dê em termos programáticos, e, conforme salienta Tsebelis (2007), a coesão impacta na governabilidade, devemos pensar em que medida os partidos políticos contemporâneos estão organizados como atores unitários em torno de um foco programático comum. Este é o tema da próxima seção.

1.6 Partidos políticos: atores unitários ou organizações complexas?

Parte da Ciência Política contemporânea apresenta os partidos políticos como atores unitários reunidos em torno de objetivos comuns. Uma das abordagens que adota tal perspectiva está baseada no modelo de competição espacial downsiano, que toma o partido com um ator unitário que age com base em um conjunto claro de objetivos (renda, prestígio e poder) e persegue uma estratégia racional para atingi-los, qual seja, ocupar o espaço ideológico capaz de atrair o maior número possível de votos e, quando no poder, implementar a plataforma programática preferida pelo eleitorado de modo a obter a reeleição.

Há, entretanto, vasta literatura que, ao analisar a estrutura organizativa e as disputas internas nos diferentes tipos partidários, prefere tomá-los como atores complexos. Esta é a perspectiva adotada por Duverger (1970, p. 34), que, diferentemente de Downs (1957), propõe que “um partido não é uma comunidade, mas um conjunto de comunidades, uma reunião de pequenos grupos disseminados por todo o país (seções, comitês, associações locais, etc.) ligados pelas instituições coordenadoras”. Adepto de analogias com as ciências biológicas, o autor salienta que os partidos passam de seres unicelulares em seus primórdios para organismos complexos já no século XX. Assim, contrariando a ideia de que um partido atua como um ator unitário, Duverger apresenta um modelo formal para a análise estrutural das organizações, que continua válido, a despeito de a tipologia por ele apresentada não ser mais um retrato realista das atuais organizações partidárias. A mudança na anatomia dos partidos pode, contudo, ser explicada a partir da própria teoria de Duverger, segundo a qual o surgimento e a evolução das organizações partidárias dependem do contexto histórico e institucional onde estão inseridos.

Trinta e seis anos após Duverger publicar sua obra clássica, Angelo Panebianco (2005) dá continuidade à análise da estrutura interna dos partidos a partir da sociologia das organizações. Assim como Ostrogorski, Michels e Duverger, o autor italiano entende que os principais recursos de poder das organizações partidárias estão concentrados em grupos restritos. À esta elite dirigente que controla as zonas de incerteza mais fundamentais em um partido político, tais como o financiamento, o recrutamento, a comunicação, as regras organizativas, o saber especializado e as relações com o meio externo, Panebianco dá o nome de coalizão dominante⁸.

Ainda de acordo com Panebianco, os partidos são formados por “diversas coalizões de decisão ao menos potenciais”, cada qual com estratégias e interesses próprios. Além disso, as disputas de poder se desenvolvem não apenas entre a coalizão dominante e as elites minoritárias, como também dentro do próprio grupo majoritário. Isso significa que a maior capacidade de distribuir incentivos coletivos e seletivos pode alternar-se tanto entre os diferentes grupos que compõem a coalizão dominante quanto entre esta e as diversas elites alternativas em disputa.

⁸ A elite dirigente que Panebianco denomina coalizão dominante, Michels chama de oligarquia, Duverger de círculo interno e Ostrogorski dá o nome de ditadura cesarista-plebiscitária.

Para verificarmos se a coalizão dominante é coesa, sob a perspectiva da sociologia das organizações, devemos analisar o grau de concentração de poder nas trocas verticais, isto é, entre a elite e seus seguidores. Assim, caso o controle sobre as zonas de incerteza esteja disperso nas mãos de múltiplos líderes, diz-se que a coalizão é dividida. Ou seja, se em um partido os grupos internos são fortemente organizados, diz-se que há uma dispersão entre diferentes facções no controle sobre as zonas de incerteza. Já se os jogos de poder horizontais são disputados por grupos que apresentam uma organização precária, com vínculos frágeis entre seus membros, temos uma elite dirigente coesa.

Assim, ao analisarmos o grau de coesão de um partido, devemos ter em mente “que tanto uma coalizão dominante coesa quanto uma coalizão dominante dividida são o resultado de alianças entre grupos: o que varia é o grau de organização dos próprios grupos (que, como veremos, está em relação inversa ao nível de institucionalização do partido)” (Panebianco, 2005, p. 76).

Tal argumentação nos leva à conclusão semelhante à obtida por Laver e Shepsle ao tratar da relação entre coesão partidária, disciplina e formação de governos (1999), isto é, a de que nenhum partido político pode ser considerado totalmente coeso. Segundo os autores: “The most fundamental reason why political parties are not unitary actors is that different politicians have different tastes” (1999, p.26).

Também o modelo analítico proposto por Key em *Politics, Parties and Pressure Groups* (1964), ao apresentar didaticamente três dimensões das organizações partidárias - os partidos no eleitorado, os partidos como máquinas burocráticas e os partidos nos governos -, nos ajuda a perceber as divisões e conflitos de interesses que permeiam estas organizações.

Além dos autores elencados, Katz e Mair (1995), ao apresentar o que consideram as três faces principais das organizações partidárias – o partido nas bases, a direção nacional e sua face pública (a disputar e ocupar postos no governo e no parlamento) – também contribuem para romper com a visão unitária dos partidos políticos.

Outros estudos, como aqueles baseados na lei de disparidade ideológica curvilínea de May (1973), também apontam – como o próprio nome do postulado nos

faz crer – para diferenças no interior da organização partidária. Desta vez, contudo, a divisão aventada é de ordem ideológica, mais especificamente, entre o posicionamento das figuras públicas do partido, dos militantes que ocupam cargos na máquina partidária e da base eleitoral. Segundo essa teoria, filiados com posições na burocracia partidária seriam ideologicamente mais radicais do que os candidatos do partido, uma vez que estes últimos tenderiam a posicionar-se em espaços mais próximos do centro da escala ideológica, com vistas a angariar o maior número possível de votos.

Já de acordo com Kitschelt (2000; 2002; 2010), a hipótese de que um partido se comporta como ator unitário em torno de um foco programático comum não sobrevive a testes empíricos, especialmente, nas novas democracias. O autor, ao mensurar os graus de coesão programática por meio de *surveys* aplicados às elites partidárias em países da América Latina e em repúblicas pós-comunistas, encontrou níveis variados de homogeneidade programática, reforçando empiricamente o argumento teórico-analítico de que os partidos nos países da Terceira Onda Democrática não atuam como blocos homogêneos.

Ruíz Rodriguez (2007), por sua vez, também aponta que a compreensão dos partidos como atores unitários não proporciona uma fotografia real da dinâmica intrapartidária. Um mesmo partido atua em diferentes arenas (eleitoral e parlamentar), apresenta objetivos diversos (implementar políticas, conquistar cargos e votos) e é composto por uma pluralidade de estratos (elites parlamentares e militantes de diferentes níveis na organização), o que resulta em diferentes motivações e em diversas opiniões programáticas e ideológicas. A autora defende, ainda, que, ao se pensar o partido como ator dividido, torna-se necessário conhecer as vontades que coexistem em seu interior por meio de análises atitudinais de seus membros.

Tendo em vista que os partidos contemporâneos são organizações complexas que, diferentemente dos partidos de massa, abarcam em seu interior grupos com interesses distintos e objetivam atrair os votos de uma clientela socialmente diversificada, não é factível que esperemos encontrar altos níveis de coesão nos mesmos. Especialmente em relação aos países da América Latina, Ruiz Rodriguez demonstra, por meio de testes empíricos, que os graus de coesão programática são variados entre os partidos: enquanto o FMLN de El Salvador, o PRD da República Dominicana, e a Frente Ampla do Uruguai encabeçam a lista dos partidos mais

homogêneos, a Arena de El Salvador, o PAN da Guatemala e o PJ argentino estão entre aqueles com menor homogeneidade interna. Conforme Ruiz Rodriguez (2006, p. 310):

“Los partidos elegidos exhiben niveles variables de coherencia programática que, aunque en algunos casos son mínimos, sugieren una cierta comunidad de intereses en el plano programático de la competición partidista. Ello no excluye el reconocimiento de la fuerza de otras dinámicas en la region latino-americana, como el personalismo y el clientelismo, que son compatibles y en ocasiones más poderosas sobre el juego entre partidos”.

Tendo em vista que os partidos políticos contemporâneos são organizações complexas que abarcam posicionamentos diversos e dado que nos países da Terceira Onda Democrática os graus de coesão programática tendem a ser inferiores aos das democracias consolidadas da Europa Ocidental, cabe verificar, no que tange ao Brasil, se os incentivos institucionais e históricos contribuem para incrementar ou minorar a coesão programática.

CAPÍTULO 2 OS PARTIDOS NO BRASIL: FATORES GERADORES DA COESÃO

2.1 A trajetória dos partidos políticos no Brasil: um caminho acidentado

Desde a Independência até os dias de hoje é possível distinguir sete períodos históricos caracterizados por diferentes sistemas partidários no Brasil, havendo, inclusive, períodos em que inexistiu um sistema partidário nacional⁹ (Melo, 2007, p. 270). Tais mudanças têm dificultado, ao longo da História, a criação de vínculos fortes entre partidos e eleitores, ao contrário do que ocorreu, por exemplo, na Inglaterra e nos Estados Unidos, que contam com partidos centenários.

Bone e Ranney (1966) em seu livro “A política e o eleitor” apontam que a preferência partidária é herdada assim como a preferência religiosa, entre gerações. Ainda que a longevidade de um partido fosse o principal definidor de sua taxa de identificação junto ao eleitorado, tese que como veremos não se ancora nas evidências empíricas contemporâneas, fato é que o Brasil, pela primeira vez, vive um período de ampla participação democrática que ultrapassa uma geração. Em decorrência das sucessivas rupturas institucionais, um mesmo partido nunca chegou, nem mesmo, a completar o período de duas gerações.

Além disso, os sistemas partidários formados até a deposição de Vargas em 1945 não se ancoravam nas diversas clivagens presentes na sociedade brasileira, como, por exemplo, no conflito capital-trabalho. De 1822 até aquele ano, “as condições para que os conflitos sociais se traduzissem em um sistema de partidos simplesmente não existiam” (Melo, 2007, p.269).

De acordo com Lipset (1967, p. 231) “em todas as democracias modernas, o conflito entre os diferentes grupos é expresso através de partidos políticos que representam basicamente uma ‘tradução democrática da luta de classes’”. Até 1945 o Brasil não conhece, portanto, a democracia. Isto é, nos primeiros 120 anos de

⁹ Os períodos apontados por Melo são: 1822-1889, 1889-1930, 1930-1937, 1937-1945, 1945-1964, 1982-hoje.

⁹ Os casos em que houve manutenção da sigla não se aplicam, como no caso do PTB, pois não há, efetivamente, vinculação entre o partido do período de 1945-64 e aquele que se utilizou da mesma sigla na democracia pós-regime militar.

Independência brasileira, as demandas dos segmentos majoritários da população não se constituíram em razões para o surgimento de partidos, assim como seus interesses não foram canalizados pelas organizações partidárias durante a atuação das mesmas. Ao contrário, os principais partidos no Brasil, inclusive no regime democrático de 1945, foram criados de “cima para baixo”. Dominados por oligarquias políticas desde seu nascimento, eles não se constituíram como atores capazes de instaurar uma representação de caráter programático em um país predominantemente rural, analfabeto, com economia majoritariamente agrária e que contava com uma organização da sociedade civil incipiente. Outra característica do período foi a centralidade da burocracia estatal como a principal formuladora de políticas públicas.

Apesar da instauração da democracia com a deposição de Vargas em 1945, o papel central que o corpo técnico do Executivo deteve na formulação de políticas públicas durante o período autoritário não fora abalado. Essa concentração de poderes nos órgãos burocráticos do Estado fora decisiva para que eles se mantivessem como atores centrais na construção dos projetos de nação e esvaziassem as funções governativa e representativa dos partidos no Brasil (Campello de Souza, 1976).

Outra característica do regime de 1945 a dificultar o processo de fortalecimento dos partidos como um dos principais canais de mediação entre Estado e sociedade foi o alijamento de grande parte da população do processo político com os analfabetos estando impedidos de votar¹⁰. O sufrágio eleitoral torna-se realmente universal no Brasil, incluindo toda a população adulta, apenas com o fim da ditadura militar, em 1985, sendo este um direito que fora mantido com a promulgação da Constituição de 1988, segundo a qual, o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os iletrados.

Além disso, em boa parte das democracias consolidadas, a ampliação dos direitos sociais foi resultado da pressão de organizações da sociedade civil que, após a ampliação do sufrágio, passaram a atuar eleitoralmente em defesa da garantia de direitos sociais aos segmentos recém-incorporados ao processo político. No Brasil e em grande parte dos países latino-americanos, entretanto, a incorporação social e política das massas esteve a cargo não de partidos, mas de líderes populistas.

No Brasil, a conquista dos direitos políticos em 1945 foi precedida pela ampliação dos direitos sociais na década de 1930 e na primeira metade dos anos 1940. As liberdades de expressão, organização, reunião e o direito ao voto secreto são posteriores

¹⁰ De acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE, a taxa de analfabetismo na população com 15 anos ou mais em 1950 era de 50,6%.

à aquisição de direitos previdenciários e trabalhistas. A obtenção destes últimos não foi fruto do embate de forças entre os diversos setores da sociedade organizados em partidos. As organizações partidárias não foram protagonistas no processo de integração política e social das massas. Ao contrário, a integração das massas ocorrida até meados do século passado se deu por meio da liderança populista de Getúlio Vargas.

O que gostaríamos de demonstrar é que os partidos que atuam entre 1945 e 1964 são atores coadjuvantes no exercício de duas das funções precípua dos típicos partidos de massas (Panebianco, 2005, pp. 522 e 523): a formulação das políticas públicas e a integração das massas ao sistema político. Outra das funções destacadas por Panebianco (2005, pp. 522 e 523) – formação e fornecimento das elites governamentais – também não é exercida prioritariamente pelos partidos, ao menos no que tange à formação dos quadros dirigentes do Estado, uma vez que a carreira das elites selecionadas tanto para concorrer a cargos eletivos, quanto para assumir os postos de alto escalão é exógena aos partidos recém-criados.

Por fim, as oportunidades para que os partidos criados em 1945 se consolidassem como agências de formação da elite política brasileira, como centros formuladores de projetos de nação e cumprissem uma função integrativa, formando identidades coletivas por meio do uso da ideologia, organizando as demandas sociais e atuando como os principais canais de ligação entre Estado e sociedade, se esfacelam de vez com o golpe militar de 1964.

O Brasil, portanto, não deteve as condições de viver, no período classificado por Bernard Manin (1995) como das democracias de partidos, o fenômeno dos partidos de massas¹¹. E, tendo em vista a conjuntura contemporânea, onde vige “uma nova divisão do trabalho, na qual as organizações de interesses canalizam a representação, enquanto os partidos se ocupam da governação” (Mair, 2003, p.291), não há evidências empíricas ou teóricas de vulto que apontem para um processo de enraizamento dos partidos na sociedade brasileira. Ao contrário, temos uma baixa legitimidade dos partidos perante parcelas expressivas do eleitorado e das elites políticas, disputas eleitorais personalizadas, uma alta fragmentação nos legislativos nacionais e estaduais, elevados índices de volatilidade e uma parcela considerável de políticos que não apresenta lealdades organizativas aos seus partidos.

¹¹ A única experiência partidária que pode ser classificada como um fenômeno aproximado a esse é o surgimento, ainda que extemporâneo, do Partido dos Trabalhadores.

Os partidos, conforme temos procurado argumentar, se adaptam às necessidades dos atores políticos e às condições do ambiente onde operam e, a partir do final dos anos 1970, quando começam a tomar corpo as estratégias para a formação de um novo sistema partidário no Brasil, as condições sócio-estruturais, tecnológicas e institucionais necessárias ao surgimento de organizações com alto grau de enraizamento social não se faziam presentes no país.

Em outras palavras: o grau de enraizamento dos partidos na sociedade depende mais da data em que o sistema partidário surge do que de sua longevidade (Mainwaring e Zoco, 2007). Não há, no Brasil, uma tendência de aumento da identificação partidária com o passar dos anos. Além disso, a alta volatilidade nas eleições legislativas e na maior parte das disputas para cargos executivos reforçam a ideia de que os vínculos entre eleitores e candidatos no Brasil são de ordem mais personalista do que programática e ideológica.

2. 2 Consolidação ou fluidez: perspectivas distintas sobre o sistema partidário brasileiro

O estado do conhecimento sobre o caráter programático dos partidos e do sistema partidário brasileiro, tanto na arena legislativa e governamental, quanto na arena eleitoral não é consensual. Em relação a uma sistematização da literatura dedicada a analisar o papel dos partidos e a importância da coesão para o sistema partidário, é possível traçar algumas linhas distintivas. Boa parte da literatura – Mainwaring (1991, 1993, 2001); Lima Junior (1993); Sartori (1993); Lamounier (1994); Mainwaring e Torcal (2005); Lamounier e Meneguello (1986); Hagopian (1996); Mainwaring e Liñan (1998); Ames (2003) – identifica na conjunção de sistema presidencialista, federalismo, legislação permissiva para a criação de partidos, eleições proporcionais com possibilidade de coligação e nas listas não ordenadas as características que levariam a uma estrutura partidária frágil. Tais características do arcabouço institucional brasileiro contribuiriam para a conformação de um cenário onde bancadas partidárias indisciplinadas e sem coerência ideológica ou coesão programática levariam à ingovernabilidade.

A esse respeito, Lucas e Samuels (2011, p.64) apontam que “o seminal artigo de Sérgio Abranches (1988), assim como os livros de Fernando Abrucio (1988), Scot Mainwaring (1999), Barry Ames (2001) e David Samuels (2003), entre outros,

reforçaram a conclusão de que praticamente todos os aspectos das instituições políticas do Brasil (presidencialismo, sistema eleitoral ou federalismo) atrapalham o surgimento de organizações fortes com perfis ideológicos coerentes (...)”.

Conforme salienta a literatura citada, de fato, há, no Brasil, poucos entraves à constituição de partidos. O país conta com 32 partidos políticos registrados junto ao Tribunal Superior Eleitoral, com a tendência de aumento deste número caso sejam mantidas as atuais regras. No que tange especificamente à representação parlamentar, a fragmentação partidária também é alta: atualmente, 21 legendas detêm cadeiras na Câmara dos Deputados e, em 2012, o número efetivo de partidos chegou a 10,7 (Melo e Santos, 2013). Uma das razões que explica esse grande número de organizações concorrendo às eleições e com presença na Câmara dos Deputados é a vigência do sistema proporcional com distritos de ampla magnitude.

Se, por um lado, a representação proporcional confere maior representatividade ao sistema político ao permitir que segmentos sociais minoritários, desde que organizados politicamente, participem do processo decisório, por outro, não podemos perder de vista que, como propõe Maria Dalva Kinzo (2007, p.158), “(No Brasil) temos uma pluralidade de partidos cuja razão de ser não pode ser explicada por clivagens societárias dado que elas não dividem os partidos – nem por clivagens ideológicas – dado que não são todos os partidos que se diferenciam segundo a dimensão socioeconômica”. Ou seja, apesar de haver notável distância ideológica entre certos partidos, outros tantos não são distinguíveis na escala esquerda-direita. Assim, o cálculo do quociente eleitoral e das chances de sucesso em determinado estado pode explicar o fato de um político competir pelo PR e não pelo PP, mas a distância ideológica não parece ser um fator explicativo relevante. Entretanto, a filiação ao PT ou ao PC do B e não ao DEM ou ao PSDB têm grandes chances de ser explicada por motivações programáticas. Da mesma maneira, a clivagem ideológico-programática é uma boa preditora do comportamento legislativo para alguns partidos, ainda que não o seja para todos eles.

Outra característica relevante do sistema eleitoral brasileiro a impactar na constituição do sistema partidário é o modelo de listas. No Brasil, vigora o modelo de lista aberta. Este sistema, ao promover a personalização nas disputas eleitorais, contribui para as baixas taxas de identificação partidária e para a fluidez do sistema de partidos. Sem a possibilidade de ordenarem seus candidatos nas listas, os partidos perdem relevância na competição eleitoral e as chances de essas organizações se enraizarem na sociedade diminuem. Adotada no país desde a primeira experiência democrática, esta

modalidade de lista, ao incentivar os políticos a competirem mais como indivíduos ou facções do que como partidos unificados, promove a formação e a manutenção de organizações partidárias pouco coesas em que os diferentes candidatos de uma mesma sigla apresentam propostas programáticas divergentes entre si e perseguem seus próprios sistemas de trocas clientelistas, a despeito dos vínculos partidários (Ames 1995; Kitschelt, 2000).

A possibilidade de coligações em eleições proporcionais é outro fator que contribui para que o cenário partidário torne-se indistinto para o eleitorado, que se vê diante de verdadeiros amontoados de siglas amarradas por uma denominação genérica. A análise das coligações para os cargos de deputado federal e deputado estadual de 1986 a 2010 demonstra que a inconsistência ideológica cresce ao longo do tempo. Enquanto nas três primeiras eleições do período os percentuais de coligações sem coerência ideológica não ultrapassam 10% do total para deputado federal e 14% para deputado estadual, no pleito de 2010 a proporção de coligações ideologicamente inconsistentes atinge 35,9% na disputa para a Câmara dos Deputados e 26,8% nos pleitos para os parlamentos estaduais. Quando a análise recai apenas sobre as alianças realizadas pelos seis principais partidos em atuação no período - PFL/DEM, PP, PMDB, PSDB, PDT, PT -, a tendência encontrada também é de crescimento das coligações ideologicamente inconsistentes (Carreirão, 2012).

Tendo em vista que a coligação em eleições proporcionais faz com que o número de cadeiras distribuídas não reflita a votação obtida pelo partido individualmente, o que esses dados demonstram é que, ao votar em um candidato de determinada legenda, o eleitor tem boas chances de acabar elegendo não apenas um concorrente de outro partido, como também de garantir uma cadeira a um candidato com posicionamentos programáticos opostos aos seus. Ademais, como as coligações são diferentes a cada pleito, a perda de referências partidárias pelo eleitorado é ainda maior.

Outra característica do sistema eleitoral brasileiro que favorece a criação e manutenção de pequenos partidos pouco representativos de segmentos da sociedade ou de ideologias e programas específicos é o acesso gratuito ao rádio e à TV e aos recursos do Fundo Partidário. Quaisquer partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral, mesmo aqueles que nunca elegeram nenhum representante, têm direito a uma parcela do tempo no HGPE e aos recursos do Fundo. O incentivo aí contido é claro: compensa

criar e manter sob controle uma micro legenda para efeito de negociação no mercado eleitoral.

Por fim, cabe mencionar que, na maior parte das unidades federativas, os sistemas partidários diferem daquele encontrado em nível nacional. Isto é, o padrão de interação entre os partidos em nível nacional não é capaz de estruturar as disputas eleitorais em nível estadual. A relativa autonomia das estratégias adotada pelas elites políticas regionais frente à dinâmica política nacional faz com que os partidos sejam, ao mesmo tempo, muito fortes em alguns estados e extremamente fracos em outros.

Em afirmação que se adequa ao caso brasileiro, Bardi e Mair (2010, p. 240) apontam que onde as divisões horizontais não são negligenciáveis:

“pode haver um ou mais atores partidários com presença muito significativa em âmbito regional ou estadual, mas que não operam com a mesma importância no âmbito nacional, em consequência do que a configuração do sistema partidário local pode mostrar-se muito diferente da configuração do sistema partidário no sistema político como um todo”.

Devemos salientar ainda, que, a incapacidade de o sistema partidário nacional estruturar as dinâmicas políticas regionais, como ocorre no Brasil, tende a promover, além da fragmentação partidária, a divisão interna dos partidos. Isso ocorre porque “regional organizations of the same party may pursue diverse appeals and electoral strategies because each faces unique configurations of competition in its own locale and tends to adjust its electoral pitches to local voters preference” (Kitschelt, 2000, p. 7).

No arranjo federalista brasileiro, a insubmissão de um partido às dinâmicas políticas regionais poderia torná-lo menos competitivo, especialmente em disputas que têm como distrito eleitoral as subunidades federativas (isto é, em todas as eleições, exceto a presidencial). Negligenciar as dinâmicas regionais contrariaria a lógica das organizações partidárias eleitoralistas contemporâneas, que têm como características a adaptação da plataforma eleitoral às demandas dos votantes e a maior autonomia dos grupos regionais em relação a um aparato central.

Todas essas características do arcabouço institucional brasileiro analisadas até o momento - federalismo, legislação permissiva para a criação e sobrevivência de partidos, eleições proporcionais com possibilidade de coligação e listas não-ordenadas - são amplamente citadas pela literatura como incentivos para a fraqueza das

organizações partidárias, bem como para a conformação de um quadro partidário altamente fragmentado.

A constatação de tais elementos não impediu, por outro lado, que começassem a surgir análises apontando para a coerência – em graus variados – do sistema partidário brasileiro. Este é o caso de Lyne (2005), que testa o argumento recorrente (Ames, 1995a, b, 2001; Carey e Shugart, 1995; Geddes, 1994; Geddes e Ribeiro Neto, 1992; Mainwaring, 1999; Shugart and Carey, 1992 *apud* Lyne 2005) de que os legisladores brasileiros não se organizam em torno de programas nacionais em decorrência dos incentivos ao personalismo e ao individualismo gerado pela legislação eleitoral. Para tanto, a autora faz um estudo comparativo entre dois períodos democráticos brasileiros (1945-1964 e 1989-2002) e conclui que, a despeito da manutenção do sistema eleitoral, os atuais partidos apresentam um comportamento mais programático e são atores coletivos mais coerentes do que boa parte da literatura até então supunha.

Análises como a de Lyne (2005) eram raras até meados da década de 1990, quando a perspectiva analítica predominante no Brasil defendia que a reprodução da base institucional da democracia de 1946 a 1964 (notadamente presidencialismo, federalismo, eleição proporcional com lista aberta) tendia a precipitar uma situação de ingovernabilidade e paralisia decisória, incentivando o surgimento e a criação de partidos que não se pautavam pela coerência ideológica ou programática.

Nas palavras de Lucas e Samuels (2011, pp. 61 e 62), até meados da década de 1990 “estudiosos que não aceitavam a tese de que os partidos brasileiros eram pouco coerentes e fracamente institucionalizados corriam o risco de serem relegados a uma versão do inferno para acadêmicos: ignorados e nunca citados”. Cabe dizer ainda que para além do arcabouço institucional brasileiro tido como inadequado à consolidação do sistema partidário, grande parte dos mais relevantes estudos publicados até a metade da última década do século passado enfatizava também a inexistência das condições socioestruturais necessárias ao surgimento de partidos enraizados nas diferentes clivagens sociais em disputa (Lamounier, 1989 *apud* Lucas e Samuels, 2011).

O divisor de águas veio com as análises teóricas e os achados empíricos de Figueiredo e Limongi (1994; 1999; 2007). De acordo com os dados desses autores, a até então propagada indisciplina partidária não se fazia presente no Congresso e o presidencialismo de coalizão brasileiro estava longe de uma situação de paralisia decisória. Segundo eles, “em média, 89,4% do plenário vota de acordo com a orientação de seu líder, taxa suficiente para predizer com acerto 93,7% das votações nominais”

(1998, p.83). Em seus estudos, eles demonstram que os poderes de agenda do presidente da República garantidos pela Constituição de 1988 e a centralização dos processos legislativos nas mãos dos líderes partidários pelo Regimento Interno da Câmara de 1989 – que não haviam tido a devida atenção nos estudos precedentes - garantem não só altos níveis de disciplina partidária, como também altas taxas de sucesso e dominância dos projetos do Executivo. Nesse sentido, o Congresso não seria um *veto player* de fato à agenda do governo e eventuais problemas sociais e econômicos persistentes não deveriam ser creditados ao arranjo institucional e à relação Executivo-Legislativo.

Em relação à distribuição de preferências e à ideologia nas bancadas parlamentares, Limongi e Figueiredo (1998), com base nos estudos de Kinzo (1993) e de Tavares de Almeida e Moya (1997) defendem que “deputados não se distribuem de maneira aleatória pelos partidos e, portanto, líderes partidários têm opiniões políticas e interesses comuns a representar” (p. 95). O estudo de Maria D’Alva Kinzo em questão é “Radiografia do quadro partidário brasileiro”. Neste trabalho, a partir de dados relativos às preferências de deputados estaduais, a autora foi capaz de distribuir os partidos em um contínuo direita-esquerda, que incluía, até mesmo, os pequenos partidos. Já Maria Hermínia Tavares de Almeida e Maurício Moya buscaram verificar, a partir de *surveys* aplicados junto a deputados federais no período de 1991-1995, se houve relação entre os resultados das votações no processo de privatização de empresas e serviços públicos empreendido nos anos 1990 e as preferências dos parlamentares no que concerne à intervenção do Estado em uma série de setores como petróleo, telecomunicações, energia elétrica, rodovias e ferrovias. De acordo com as conclusões desses autores, a explicação do comportamento dos legisladores no processo de privatização reside “na distribuição de preferências dos parlamentares, aproximando-os significativamente da agenda reformista dos governos que se sucederam a partir de 1990” (Tavares de Almeida e Moya, 1997, p.122).

No livro publicado em 1999, “Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional”, Figueiredo e Limongi defendem que “as votações costumam dividir o plenário de acordo com padrões ideológicos clássicos: há uma direita, um centro e uma esquerda. Além disso, há uma centro-direita e uma centro-esquerda. Dito de outra maneira: o que temos é uma alta fragmentação nominal a esconder uma baixa fragmentação real” (p.93).

Mais adiante, os autores nos informam que “os partidos políticos apresentam grau de coesão interna suficiente para tornar a ação do plenário previsível. Maiorias

tendem a se formar a partir da coalizão de partidos que ocupam posições contíguas no ordenamento ideológico. Em suma o ordenamento do plenário é previsível e consistente” (p. 93).

Como dito anteriormente, os achados de Figueiredo e Limongi a respeito do comportamento disciplinado das bancadas e das taxas de sucesso e dominância do Executivo colocaram, desde meados dos anos 1990, a discussão sobre a dinâmica legislativa brasileira em um novo rumo; entretanto, como era de se esperar, novos dados e argumentos foram trazidos à cena, dando continuidade ao debate.

No que concerne às altas taxas de sucesso do Executivo, parte das problematizações levantadas questiona o fator causal das mesmas. Ames (2003) sustenta que negociações prévias entre o Executivo e o parlamentar individual e a aprovação de emendas orçamentárias ajudariam a explicá-las. Além disso, em “Os entraves da democracia no Brasil” (2003), o mesmo autor defende que o sucesso presidencial na aprovação de sua agenda no Congresso encobre um fato relevante: o Executivo antecipa as reações dos parlamentares às suas propostas e, percebendo, de antemão, a impossibilidade de aprová-las, não chega nem mesmo a apresentá-las ao Legislativo. Ames, por sua vez, não consegue apresentar evidências conclusivas a respeito de seus argumentos.

No que diz respeito às reações às conclusões de Figueiredo e Limongi, no entanto, nosso interesse maior está no debate acerca do grau de convergência programática existente no parlamento brasileiro. De acordo com estes autores, o grau de coesão partidária é uma função da organização do processo decisório, mais do que um efeito da legislação eleitoral (2007, p. 170). Segundo eles, os elementos garantidores da coesão são os fortes poderes legislativos e de agenda do presidente da República e a grande capacidade dos líderes partidários em controlar o processo legislativo.

Devemos, contudo, fazer um reparo ao uso corrente que Figueiredo e Limongi fazem do termo coesão em sua obra. Para sermos conceitualmente corretos, devemos afirmar que a centralização do processo decisório impacta não a coesão, mas o comportamento dos parlamentares, de modo a assegurar bancadas disciplinadas. E, diferentemente do que a indistinção conceitual poderia nos fazer crer, os elementos garantidores da disciplina não são capazes de contribuir para a homogeneidade de preferências no interior das bancadas legislativas. Ao contrário, a tendência é que o sistema de punições e premiações utilizado pelas lideranças para disciplinar as bancadas não se faça necessário caso elas sejam coesas.

Uma forte evidência empírica de que os partidos não apresentam o alto grau de coesão defendido por Figueiredo e Limongi foi trazida por Melo (1999) ao demonstrar que, em média, 30% dos deputados eleitos entre 1985 e 1998 mudaram de partido e que, em casos extremos, a bancada original chegou a ser reduzida pela metade durante uma mesma legislatura em decorrência da migração partidária. (p. 175). Ora, se os deputados divergem a ponto de mudarem de agremiação, não é possível sustentar a tese de que os partidos brasileiros são coesos, como argumentam Figueiredo e Limongi a partir da análise das votações nominais em plenário.

Melo (2004; p.111) propõe, nessa perspectiva, que é suscetível de questionamento “a possibilidade de que o comportamento disciplinado em plenário possa ser transformado no atributo por excelência para um diagnóstico sobre os partidos brasileiros no Legislativo”.

Já em relação ao padrão ideológico das migrações, Melo (1999, p.59) informa que enquanto “21,9% dos migrantes eleitos por partidos de direita ultrapassaram as fronteiras de seu campo”, 79,4% entre os migrantes eleitos pela esquerda dirigiram-se para organizações situadas ao centro ou à direita. Ainda segundo o autor, enquanto apenas 3,1% dos migrantes da direita cruzaram o espectro ideológico em direção à esquerda, 36,5% dos parlamentares migrantes de esquerda fizeram o caminho inverso. Assim, ele (1999, p.179) conclui que “apenas no caso dos congressistas eleitos pela direita é verdade que a maioria das migrações teve como destino um partido situado no interior do mesmo campo ideológico – à esquerda e ao centro, e com mais ênfase ainda no primeiro caso, a maior parte dos migrantes dirigiu-se a um partido situado fora das fronteiras de seu campo”.

Portanto, os achados empíricos de Melo contrariam, ao menos em parte, as conclusões de Figueiredo e Limongi (1998; 2007) de que os partidos brasileiros são coesos. Além disso, a afirmação que “a atuação dos partidos políticos brasileiros em plenário segue um padrão ideológico bastante definido” (1995, 503) também é suscetível de questionamentos, uma vez que apenas para parte das bancadas partidárias o argumento é válido.

Melo (1999) aborda a questão ao demonstrar que os deputados federais, especialmente aqueles eleitos por partidos de esquerda, cruzam seu campo ideológico ao mudarem de partido. Mais recentemente, a chegada do PT à Presidência da República, e a consequente adesão à base governista de alguns partidos situados à direita, também

mostrou que o padrão ideológico encontrado nos primeiros trabalhos de Figueiredo e Limongi merece ser mais bem discutido.

Os estudos selecionados para figurarem nesta seção até o momento ajudam a apresentar as principais perspectivas analíticas do debate acerca do grau de consolidação do sistema partidário brasileiro e do nível de coesão dos partidos políticos. Retomando o argumento: até meados da década de 1990 predominava a análise de que os partidos e o sistema partidário eram fracos, incapazes de estruturar o debate público, incoerentes e disfuncionais. E, como não podia deixar de ser, o diagnóstico pessimista vinha acompanhado de um receituário que apontava a necessidade de reformas radicais no nosso arcabouço institucional, com vistas a garantir um melhor funcionamento do sistema político. Lamounier, por exemplo, faz a defesa da via parlamentarista; Sartori (1996), por sua vez, propõe uma nova engenharia institucional, que unisse elementos presidencialistas e parlamentaristas. Fato é que diante do anúncio de um diagnóstico ruim, o tratamento correto demandaria reformas radicais.

Já a partir de meados da década de 1990 Figueiredo e Limongi marcam posição, apresentando um diagnóstico otimista: relações entre Executivo e Legislativo construídas em bases partidárias, sistema partidário e coalizões ideologicamente coerentes (ao menos até o fim do segundo governo FHC), partidos disciplinados, comportamento previsível em plenário, altos níveis de sucesso e dominância do Executivo, estabilidade democrática e governabilidade garantidas. Estes autores ainda criticam as noções de desenvolvimento político e de institucionalização utilizadas para analisar o sistema partidário e os partidos brasileiros, expõem e renegam certo culturalismo atávico presente em análises que apontam para obstáculos culturais intransponíveis a impedir o sucesso da democracia representativa no país, criticam a falta de pesquisas empíricas nos estudos que lhes precedem e pedem mais realismo nas críticas ao sistema político brasileiro. Nessa mesma perspectiva, os autores chegam a argumentar que as tão defendidas reformas institucionais seriam pouco recomendadas tanto pelo fato de que seus resultados são em alguma medida incertos, bem como porque, segundo eles, muitos dos objetivos a serem alcançados com as reformas (governabilidade, previsibilidade em plenário) já seriam realidade no país. Ainda que com diferenças de abordagem e ênfase, essa linha argumentativa tem ganhado cada vez mais adeptos nos últimos anos. Como apontam Melo e Câmara (2012, pp.71 e 72), a tendência contemporânea é de crescimento de análises que, “ênfatizando diferentes

aspectos da questão, apontam para o fortalecimento dos partidos e do próprio sistema partidário”.

Para efeitos analíticos, mesmo tendo em mente que qualquer tentativa de sistematização e simplificação do debate contemporâneo é apenas uma entre outras possibilidades e pode encobrir eventuais matizes em nome do estabelecimento de um quadro geral, conseguimos, neste momento, apresentar uma distinção no debate sobre a coesão nos partidos legislativos, aspecto que nos interessa mais diretamente: há uma corrente, predominante até meados da década de 1990, que enfatiza a incoerência ideológica e programática e destaca dados que sugerem a inconsistência dos partidos e do sistema partidário, propondo amplas reformas do arcabouço institucional brasileiro; e, outra perspectiva, atualmente predominante, que, se não aponta um cenário tão róseo como fizeram Figueiredo e Limongi nos primeiros textos da década de 1990, busca evidenciar o fortalecimento dos partidos, a tendência à maior estruturação do sistema partidário e a relevância das dimensões ideológica e programática.

Se, por um lado, podemos apontar tendências ao predomínio de determinadas perspectivas analíticas em diferentes momentos deste debate, certo é que estamos longe de um consenso. Como apontam Lucas e Samuels (2011), sempre há aqueles que veem um “cachorrinho”, enquanto outros enxergam um “unicórnio com asas”.

Fato é que se a partir de 1994 vimos surgir um padrão de competição pela presidência da República, com a estruturação das disputas em torno de dois polos capitaneados por PT e PSDB, o que é salientado por boa parte da literatura (Melo, 2007 e 2010; Limongi e Cortez, 2010; Melo e Câmara, 2012) como sendo um elemento revelador da maior coerência do sistema partidário, por outro lado, em uma parcela expressiva das eleições para os executivos estaduais não há qualquer estabilidade nas competições. Conforme esclarece Melo (2010, p.37) “em muitos estados, ao contrário do que vem ocorrendo no plano nacional, não foram os partidos que estiveram no controle da disputa majoritária – este papel coube aos grupos e lideranças políticas que se movimentavam com desembaraço entre as legendas”. Além disso, nos legislativos nacionais e subnacionais a alta fragmentação é a regra.

Ao voltarmos nosso foco para os estados, veremos que na maioria deles as competições para cargos majoritários não se estruturaram em torno de PT e PSDB nos últimos vinte anos, como ocorreu em nível nacional, apesar de ambos os partidos terem se mantido em campos opostos também nas unidades subnacionais. Além disso, há, ainda, estados onde não há qualquer padrão de interação entre os partidos, isto é, em

algumas unidades federativas não podemos nem mesmo falar na existência de um sistema partidário.

2.3 Fatores geradores da coesão programática

Nas próximas subseções deste capítulo, iremos apresentar quatro variáveis que, conforme esperamos, poderão explicar o grau de convergência programática dos seis partidos em análise. São elas: (V1) subordinação do comportamento partidário ao seu projeto nacional – presidencialização, (V2) *office X policy-seeking*, (V3) ideologia e (V4) tempo de filiação partidária. Para cada uma dessas variáveis serão atribuídas três categorias, que assumirão os valores 0, 1 e 2.

Em nossa análise, em vez de mensurarmos o efeito em particular de cada uma dessas variáveis sobre o grau de convergência programática, como usualmente ocorre nos testes estatísticos realizados na Ciência Política, iremos combiná-las, de modo que os partidos que atenderem ao maior número de condições propostas e, portanto, obtiverem os valores mais altos na combinação final das variáveis, deverão ser mais convergentes. Ao mesmo tempo, aqueles que atenderem a um número mais restrito de condições apresentarão homogeneidade programática menor.

Assim, será a partir da combinação dos valores atribuídos a cada categoria e de sua relação com a convergência programática que saberemos o alcance e os limites das teorias utilizadas para a análise dos casos selecionados.

Ainda no que diz respeito aos procedimentos metodológicos escolhidos, cabe destacar que, ao quantificarmos os resultados, atribuindo os valores 0, 1 e 2 a cada uma das categorias nas quais os partidos podem se enquadrar, estamos garantindo maior clareza e replicabilidade aos resultados obtidos em nossa pesquisa. Isto é, quando transformamos conceitos em variáveis, atribuindo-lhes rótulos e valores, por meio dos procedimentos elencados ao longo deste capítulo, buscamos reunir as contribuições que o método quantitativo pode trazer à análise qualitativa.

Outra vantagem dos procedimentos metodológicos utilizados é que, ao permitirem a interação entre diferentes fatores causais, eles asseguram atenção à multicausalidade geradora da coesão. Sob este aspecto, cabe salientar, ainda, que as

quatro condições elencadas para explicar os graus de coesão não são nem mutuamente excludentes, nem inteiramente independentes umas das outras; ao contrário, elas estão, em boa parte, inter-relacionadas, conforme buscaremos demonstrar ao longo deste capítulo.

2.3.1 A interação partidária nas disputas eleitorais nacionais e subnacionais: autonomia e subordinação

Após quase três décadas de eleições diretas sob um regime democrático, a volatilidade eleitoral no Brasil continua alta¹², mesmo com o declínio ocorrido em relação ao período de constituição de nosso sistema partidário. No que tange à competição eleitoral, há, contudo, um fato relevante que não é claramente expresso pelos índices de volatilidade: desde 1994, a dinâmica de interação entre os partidos em disputa pela presidência da República adquiriu regularidade, com PT e PSDB abarcando, em média, até 2014, 80,1% dos votos no primeiro turno. A explicação de por que o pleito presidencial no Brasil adquiriu uma dinâmica polarizada entre PT e PSDB mesmo com a alta fragmentação do sistema partidário e com o fraco enraizamento social dos partidos na sociedade, à exceção do PT¹³, reside nas conjunturas críticas das eleições de 1989 e 1994. Em 1989, o PT, ao disputar o segundo turno da eleição presidencial com chances reais de vitória contra Fernando Collor de Melo (PRN), firmou-se como a principal alternativa de esquerda do país, deslocando o PDT de Leonel Brizola para o papel de coadjuvante em disputas nacionais; já o PSDB se consolida

¹² De acordo com Melo e Câmara (2012), para o par de eleições 2006/2002, a volatilidade na disputa para a Câmara dos Deputados varia de 14,0 em Santa Catarina até 58,6 no Amazonas. E, conforme apontam estes autores (Melo e Câmara, 2012, p.77) “em nenhum dos casos, a volatilidade medida com base na votação estadual é menor do que aquela obtida a partir dos dados nacionais”. Entre 2006 e 2010, o nível médio de volatilidade por unidade federativa é de 25,6% (Carreirão, 2012). Cabe atentar, ainda, para o estudo de Braga (2006), que demonstra que os níveis médios de volatilidade nas eleições para deputado federal mensurados no nível municipal também são altos: 36,3% entre 1994 e 1998 e 37,3% entre 1998 e 2002. Também nas eleições para governador os níveis de volatilidade são elevados. Entre 1990 e 2006, eles vão de um mínimo de 31% em Santa Catarina até um máximo de 95% no Amazonas, com níveis médios por Estado de 56% (Melo, 2010). Já entre as duas últimas eleições para os executivos estaduais, o nível médio de volatilidade foi de 48,8% (Carreirão, 2012). No mesmo período, no que concerne às disputas para senador e deputado estadual, os índices médios de volatilidade também são bastante elevados: 79% para o primeiro e 25,6% para o segundo cargo (Carreirão, 2012). Já no caso do das disputas presidenciais, a volatilidade passa de 58,6 quando considerado o par de eleições 1989/1994 para 20,4 quando o índice é calculado a partir dos últimos dois pleitos (2006/2010) (Melo e Câmara, 2012).

¹³ O PT, como se verá com mais apuro adiante, é o único partido efetivo de origem extraparlamentar. Além disso, ele é detentor da maior identificação partidária junto ao eleitorado, apresenta vínculos estreitos com grupos de interesse e movimentos sociais e conta com uma estrutura burocrática mais organizada e ativa que a dos demais partidos.

como a principal alternativa de *policie* no campo da centro-direita, ao lograr êxito na disputa pela presidência, em 1994, com a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda que conduz a bem-sucedida implantação do Plano Real durante o governo Itamar Franco (Melo, 2010).

O atual padrão de interação entre os partidos em competição pela Presidência da República demonstra, portanto, que a ausência de um forte enraizamento partidário na sociedade não é fator impeditivo para que a dinâmica eleitoral adquira estabilidade.

No que tange à dinâmica de interação entre os partidos na disputa pela presidência, o PT é o único que participou de todas as sete eleições com chances reais de vitória. Além disso, ele vem, claramente, subordinando suas atuações subnacionais a um projeto político nacional desde sua criação. De 1982 até o ano de 2002, o partido adotava um padrão programático e ideológico bastante restritivo para suas coligações nacionais e subnacionais, não apenas vetando alianças com legendas de centro e de direita, como também se associando prioritariamente a partidos do campo identificado por ele como “democrático e popular”, que é composto exclusivamente por legendas de esquerda e centro-esquerda (Melo, 2010). A partir de 2002, quando o partido garante flexibilidade à sua política de alianças, passando a associar-se a agremiações de centro e de direita em nível nacional, o mesmo também começa a acontecer em nível subnacional, o que demonstra o alinhamento dos diretórios estaduais com a estratégia nacional do partido.

O PSDB, que participou de todas as eleições presidenciais desde 1989, tendo, em seis delas, ou saído vitorioso no primeiro turno ou chegado ao segundo turno, também vem privilegiando a arena presidencial e coordenando o seu comportamento nas unidades subnacionais a partir da dinâmica nacional. No que tange às primeiras candidaturas do partido surgido em 1988, cabe dizer que na eleição presidencial de 1989 ele não se coliga a nenhuma legenda e o isolamento nacional se replica em seis das doze candidaturas próprias a governador em 1990. Nas demais disputas em que o PSDB é cabeça de chapa, há quatro coligações com a esquerda, duas com partidos de centro e apenas uma com agremiações de direita. Já a partir de 1994, quando os tucanos passam a ter como seus principais aliados para a disputa presidencial partidos de direita, estes vão se consolidando como os parceiros preferenciais de seus candidatos também nos estados. Conforme aponta Roma (2002, p.84),

“As lealdades políticas estabelecidas pelas lideranças peessedebistas no plano nacional, no que diz respeito à formalização de coligações

eleitorais, estão sendo, em grande parte, observadas pelas respectivas lideranças locais. Esse alinhamento corresponde a um aspecto importante do processo de nacionalização do partido, porque os diretórios estaduais dispõem de autonomia para a definição do curso de sua ação partidária”.

Entre todos os partidos brasileiros, PT e PSDB são, conforme apontam Melo e Câmara, (2012, p. 83) “os únicos a se mostrarem capazes de (1) formular um projeto de política nacional, (2) apresentar candidatos competitivos às eleições presidenciais e (3) se unificar em torno de (1) e (2)”. Com o intuito de potencializar suas chances nas competições pelo Executivo nacional, ambos os partidos têm subordinado suas estratégias eleitorais para os governos dos estados à disputa presidencial, inclusive com a reprodução da clivagem PT-PSDB nas unidades subnacionais. A evidência empírica disso está no fato de que em 2002, em 2006 e em 2010, tucanos e petistas não se coligaram em nenhum dos estados brasileiros; já em 1998, eles estiveram juntos em apenas duas unidades federativas: Acre e Piauí. Como aponta Cortez (2009, p. 141):

“Trata-se da federalização das competições para governador. Essa replicação se dá tanto por meio de candidaturas próprias como pelo apoio de cada um desses polos a candidaturas de outras legendas que estejam em oposição a seu adversário em nível nacional”.

No plano municipal também é possível verificar a capacidade estruturante da disputa presidencial no comportamento dos dois partidos. Em 2012, PT e PSDB não se coligaram em nenhum dos 37 municípios com mais de 500 mil habitantes, tendo os dois partidos participado de coligações rivais em todos os casos e se confrontado diretamente como cabeças de chapa em 75,7% das situações (Sandes-Freitas, 2013).

Nas cidades com 200 mil eleitores ou mais, a dinâmica da disputa presidencial também impactou de maneira inequívoca as escolhas de PT e PSDB. Em 2000, os dois partidos caminharam juntos em duas das 57 cidades com possibilidade de 2º turno, o que representa associação em apenas 3,2% das situações. Em 2004 e 2008 as coligações entre as duas legendas também acontecem em um número bastante restrito de municípios de grande porte: 4,4% (3 de 68 cidades) e 5,3% (4 de 76 cidades), respectivamente (Anastasia, Nunes, Meira, 2010).

Também é possível perceber que as estratégias parlamentares de PT e PSDB nas maiores cidades e em nível estadual reproduzem a dinâmica legislativa das legendas no

Congresso Nacional, isto é, onde o PSDB é governo, o PT atua como oposição e vice-versa.

Apesar de não ser possível detectar um padrão estável de competição eleitoral em uma parcela expressiva dos estados brasileiros (Melo, 2010), fato é que PT e PSDB, os dois únicos partidos que vêm apresentando alternativas de *policies* aos eleitores em todas as disputas presidenciais, também vêm coordenando suas estratégias eleitorais e parlamentares nas arenas subnacionais de modo a subordiná-las à arena nacional, mantendo-se em campos opostos nos estados e nos principais municípios e lançando candidatos próprios na maioria dessas disputas.

Ao replicarem nos estados e nos municípios que são expressivos para o jogo eleitoral nacional a clivagem que ordena as disputas para a presidência, PT e PSDB ajudam a construir *labels* partidários que apontam para a mesma direção programática e ideológica nas múltiplas arenas em disputa, permitindo que os partidos sirvam como atalhos informacionais para o eleitorado.

Além disso, se as estratégias eleitorais e parlamentares de PT e PSDB em nível subnacional se subordinam à arena nacional, é possível trabalhar com a suposição de que também as preferências dos parlamentares estaduais expressem a ação coordenada de cada um desses partidos em torno das propostas políticas que norteiam sua atuação nacional. Se este argumento estiver correto, PT e PSDB deverão apresentar coesão programática mais elevada que os partidos incapazes de deixar as particularidades locais em segundo plano para assumirem a defesa de um programa de caráter geral/universal perante o eleitorado.

Já no que tange aos demais partidos tomados como unidades de análise, o PFL/DEM é aquele que tem apresentado maior lealdade a um dos polos da disputa presidencial: o partido apoiou os tucanos em cinco das sete eleições presidenciais. Além disso, também em nível subnacional os pefelistas/democratas se mantêm alinhados ao projeto político neoliberal liderado nacionalmente pelo PSDB. Tucanos e pefelistas/democratas dividiram palanque em 22 disputas para governador no ano de 2010 e estiveram coligados em 17 eleições no ano de 2014. Além disso, a formação de coligações envolvendo simultaneamente PT e PFL/DEM jamais chegou a representar nem mesmo 15% do total de alianças articuladas por estes partidos para governador. No ano de 2014, eles estiveram unidos apenas no Maranhão, no Pará e na Paraíba.

As alianças estabelecidas pelo DEM em nível municipal também possuem um evidente elemento nacional. Em 2012, PSDB e DEM se associaram em 31,4% dos

municípios brasileiros. O percentual cresce quando analisadas apenas as coligações nas grandes cidades. Os partidos estiveram coligados em 56,8% das cidades que abrigam entre 201 mil e 500 mil habitantes e compartilharam o palanque em 51,4% dos municípios com mais de 500 mil habitantes. Já as coligações entre PT e DEM, apesar de terem existido em 16,5% das cidades brasileiras, foram escassas nos maiores municípios, tendo acontecido em apenas dez cidades com mais de 200 mil habitantes. Assim, conforme conclui Sandes-Freitas (2013, p.163) a partir dos dados apresentados “quanto maior a população do município mais o DEM foi um partido fiel ao PSDB, seguindo a lógica de alianças estabelecida entre os partidos no âmbito nacional”. Desse modo, o PFL/DEM está no grupo daqueles que apresenta maior alinhamento entre suas estratégias nacionais e subnacionais.

O PSB, por sua vez, é, ao lado do PCdoB, um dos mais recorrentes aliados do polo liderado pelo PT nas disputas presidenciais¹⁴. Ele esteve junto com os petistas em quatro das sete disputas travadas para o Executivo nacional até agora. Entretanto, em nível subnacional, o comportamento do partido é bem mais flexível, adaptando-se às dinâmicas locais sem que a lógica da disputa presidencial se imponha sobre as estratégias adotadas em estados e municípios. Uma clara evidência da primazia das eleições subnacionais para o partido pode ser verificada em 2006, quando “mesmo depois de participar de todo o primeiro governo Lula, o PSB se recusou a aderir à coligação petista, preferindo priorizar as disputas estaduais” (Melo, 2010).

Além disso, as estratégias de composição das alianças subnacionais do partido vêm apontando para um distanciamento do PT e uma aproximação com o PSDB. Enquanto em 2010 socialistas e petistas estiveram coligados em 18 disputas para governador; em 2014, eles dividem o palanque em apenas quatro estados. Ao mesmo tempo, as coligações com os tucanos passam de cinco em 2010 para onze em 2014.

No que tange às eleições municipais, em 2012, o PSB coligou-se ao PT em 28,4% do total de municípios e ao PSDB em 23,1%. Quando analisadas as disputas apenas nas cidades com mais de 200 mil habitantes, PSB e PT estiveram juntos em 50 disputas, enquanto que PSDB e PSB se coligaram em 37 cidades. Esses dados indicam “que o PSB, no âmbito local, tem optado por seguir as regras locais do jogo, o que

¹⁴ Apesar de o PCdoB ser o mais recorrente aliado do PT, e não o PSB, este último foi escolhido como unidade de análise no lugar do primeiro, dado o maior número de respondentes socialistas na pesquisa Elites Parlamentares Subnacionais.

mostra o perfil regional do partido, já apontado por Kerbauy (2009) na análise sobre as eleições de 2008” (Sandes-Freitas, 2013, p. 158).

Devemos salientar, ainda, que o lançamento de candidatura própria à presidência pelo PSB em 2014 não altera a estratégia do partido de privilegiar as disputas subnacionais. Com onze candidaturas próprias a governador, os socialistas, na maior parte dos estados, apoiam candidatos comprometidos com os presidenciáveis tucano ou petista, adotando a estratégia de privilegiar a costura de coligações proporcionais que ampliassem a competitividade de seus candidatos a deputados, a obtenção de uma vaga ao Senado ou a participação em coalizões de governos estaduais, em detrimento do reforço ao seu projeto político presidencial.

A polarização PT-PSDB também não teve a capacidade de conformar o comportamento do PDT nas principais arenas eleitorais, uma vez que a atuação do partido em nível regional e local não está sujeita a um projeto político nacional ou a quaisquer padrões programáticos ou ideológicos. Das sete eleições presidenciais, o partido apoiou o PT em três e lançou candidatos próprios em igual número de disputas, tendo sido competitivo apenas em 1989. Em 1994, sua candidatura própria obteve apenas 3,18% dos votos e, em 2006, 2,64%. Além disso, em 2002, o partido tenta romper a polarização PT-PSDB ao apoiar a chapa formada por PPS e PTB, que lança a candidatura de Ciro Gomes à presidência. A iniciativa não logra êxito e a chapa termina a disputa em quarto lugar.

Cabe, contudo, salientar que o PDT claramente opta por um dos lados da disputa no embate político nacional: o lado da centro-esquerda. O partido fez oposição aos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), mantendo-se por oito anos ao lado do PT, e, ainda que tenha saído da base de sustentação de Lula em 2004, por questões de ordem programática, continuou votando com o governo, tendo retornado à coalizão no segundo mandato petista.

Ainda no que concerne à arena nacional, o PDT, mesmo tendo sido o partido em análise que mais lançou candidatura própria à presidência depois de PT e PSDB, não conseguiu firmar-se como uma agremiação com “vocações presidenciais”, dado o lançamento de candidatura competitiva ao Executivo nacional em uma única eleição.

Já no que concerne às disputas subnacionais, o partido não tem apresentado “vocações executivas”: em 2014, ele lançou candidato próprio em apenas três estados. A estratégia dos trabalhistas tem sido privilegiar a participação em coligações que assegurem a competitividade de seus candidatos em disputas legislativas, garantindo-

lhes a possibilidade de, em nível subnacional, negociar cargos no Executivo em troca de apoio parlamentar. Tal estratégia tem levado o partido a associar-se nas unidades federativas a legendas de direita, centro e esquerda, a depender da dinâmica política local.

Uma das principais diferenças entre as estratégias de PT e PDT nos estados reside no fato de que o PT veta, *a priori*, coligações com PSDB e DEM, seus adversários em nível nacional; enquanto o PDT, apesar de nunca ter se coligado com PSDB e PFL/DEM em nível nacional, o faz nas unidades subnacionais. Em 2014, PDT e PT estiverem coligados em treze estados, PDT e PSDB em seis e PDT e DEM em sete.

Já o PMDB é, entre os partidos tomados como unidades de análise, aquele que, ao longo do tempo, vem privilegiando mais fortemente as arenas subnacionais. O seu sucesso nas eleições para a Câmara dos Deputados está atrelado ao desempenho de seus candidatos a governador e não à apresentação de um projeto nacional ao eleitorado, diferentemente do que ocorre com o PT (Melo, 2010). O partido não adota qualquer padrão consistente de alianças em nível nacional, nem subnacional. Nas disputas para a presidência, o partido já esteve ao lado do PT, em 2010 e em 2014, e do PSDB, em 2002, sem que a derrota da candidatura tucana em 2002 o tenha levado para a oposição. Nas eleições de 1989 e 1994, os indicados à presidência por este que é o maior partido do Brasil obtêm menos de 5% dos votos em decorrência da falta de unidade em torno de seus candidatos. A incapacidade de unir-se em torno de uma candidatura nacional fez, inclusive, com que o PMDB se abstinhasse de apoiar quaisquer candidaturas à presidência em 1998 e em 2006. Com sua estratégia de privilegiar as arenas subnacionais, o PMDB se mantém livre de amarras, podendo firmar acordos a partir das conveniências de suas elites políticas estaduais. Composto por grupos internos divididos em facções regionalmente organizadas, o partido não tem seu comportamento subordinado a qualquer plataforma programática.

Assim, a partir do grau de alinhamento das elites partidárias regionais a um projeto político nacional que apresente alternativas de *policies* capazes de orientar o eleitorado, os partidos em análise podem ser dispostos em três categorias. A primeira é formada por PT e PSDB, que participaram de todas as eleições presidenciais com candidatos próprios e federalizaram suas estratégias regionais, replicando nas unidades subnacionais a clivagem que tem orientado a disputa nacional. A segunda é composta por PDT, PSB e DEM, partidos que, apesar de serem incapazes de se apresentar como

alternativas viáveis de *policies* para o eleitorado nacional, têm orientado seu comportamento em nível federal a partir de critérios que levam em consideração questões de ordem ideológica e programática, mantendo-se, ao longo do tempo, como aliados consistentes de um dos dois principais polos da disputa presidencial. Já a terceira categoria abriga o PMDB, partido que, ou se ausenta, ou apoia ora um, ora outro polo da disputa presidencial, abstendo-se de orientar seu comportamento a partir de qualquer estratégia programática ou ideológica claramente identificável.

Classificar os partidos em análise nas três categorias mencionadas nos é relevante tendo em vista o argumento de que quanto maior *o nível de coordenação de um partido em torno de um projeto político nacional maior deverá ser o grau de homogeneidade programática de suas elites subnacionais*. Com o objetivo de operacionalizar o argumento, iremos quantificar as três categorias que compõem nossa variável da seguinte forma: PT e PSDB, os partidos que mais coordenam suas estratégias em torno de seus respectivos projetos políticos nacionais marcam 2 pontos cada; o PMDB, que nem sequer apresenta um projeto político nacional coerente ao eleitor, alinhando-se ora a um, ora a outro polo estruturador da disputa, recebe zero; já os partidos que ocupam a categoria intermediária, não apresentando vocação presidencial, mas aliando-se de maneira consistente a um dos dois polos em disputa marcam um ponto cada.

2.3.2 *Office* ou *policy*: a relação entre os tipos partidários e a homogeneidade de preferências

Os principais partidos brasileiros são organizações eleitoralistas que estão a cooperar para a manutenção do *stablishment* político-institucional e que tiveram, em algum momento de sua trajetória, a oportunidade de ocupar o governo. Eles se adaptaram às regras do jogo eleitoral e ao ambiente parlamentar e tentam, no máximo, aperfeiçoá-los, não superá-los. Apesar de os partidos efetivos brasileiros compartilharem estas e outras características, a tese de que todos eles são iguais não resiste à análise das trajetórias históricas e das características de ordem programática, organizativa e comportamental pertinentes a cada um deles. A gênese; o grau de alinhamento que as elites subnacionais têm entre si e frente à organização central; a opção primordial por influenciar a formulação e a execução de políticas públicas ou por

garantir benefícios privados propiciados pela ocupação de cargos; e a centralidade que um programa político, mais ou menos pormenorizado, detém na definição da estratégia partidária, são algumas entre as características que diferenciam os partidos em maior ou menor medida.

Tendo em vista que os partidos apresentam diferenças quanto ao seu caráter programático, identificar as agremiações a partir da tipologia *office* e *policy-seeking* se constitui como uma importante ferramenta analítica, uma vez que permitirá distingui-las entre aquelas que não guiam seu comportamento a partir de diretrizes programáticas coerentes, de outras que buscam o cargo eletivo com o objetivo maior de implementar as políticas públicas caras à organização partidária.

Nesta perspectiva, iremos analisar se PMDB, PT, PSDB, PSB, DEM e PDT se aproximam da categoria *office* ou *policy-seeking* ou, ainda, se eles seriam mais apropriadamente classificados como ocupantes de uma categoria intermediária, conjugando elementos dos dois tipos partidários. *Esperamos, ainda, que a maior aproximação com o tipo ideal policy-seeking seja um dos fatores a contribuir para um grau de coesão programática mais elevado.*

Ao analisarmos os partidos brasileiros à luz desta tipologia, é possível perceber que, não apenas entre as legendas que tomamos como unidades de análise, como no universo de agremiações brasileiras, o PMDB se destaca como o principal representante do grupo de partidos que adota o típico comportamento *office-seeking*. Como acontece com as grandes organizações que privilegiam a obtenção das gratificações e dos demais benefícios privados inerentes aos ocupantes dos cargos públicos, o partido se divide em facções em competição pelos recursos estatais (Wolinetz, 2003). Estas facções que controlam o partido não estão unidas por qualquer ideário programático; ao contrário, conforme aponta Melo (2007, p. 283), o PMDB atua “como um agregado de interesses regionais precariamente unificados pela maximização de cargos no plano federal”. E, como partido fracionado que é, o controle sobre suas zonas de incerteza¹⁵ mais fundamentais está dividido entre as diferentes facções que comandam a organização.

Um bom indicador do grau de independência que as subunidades do partido têm entre si e frente ao poder central está na parcela dos recursos financeiros indispensáveis ao funcionamento da máquina partidária que fica sob controle do diretório nacional. Na

¹⁵ Panebianco (2005, p.66) lista seis fatores essenciais cujo controle permite que determinados atores desequilibrem a seu favor os jogos de poder em uma organização partidária: “a competência, a gestão das relações com o ambiente, as comunicações internas, as regras formais, o financiamento da organização e o recrutamento”.

comparação entre PT, PMDB, PSDB e DEM, o PMDB é o partido mais descentralizado em termos financeiros (Ribeiro, 2013, pp. 253 e 254). A informação é atestada tanto pela análise dos estatutos desses quatro partidos quanto pelas prestações de contas entregues pelos diretórios nacionais ao TSE nos anos de 2007 a 2011. Neste período, a cúpula do PMDB repassou aos diretórios estaduais, em média, 57% dos recursos provenientes do fundo partidário. Já PSDB e DEM transferiram para os estados, em média, 30% do montante proveniente do Fundo. O PT, por sua vez, de modo condizente com sua atuação como o partido em análise que maior relevância concede às disputas nacionais e que mantém a mais desenvolvida burocracia central frente às unidades subnacionais, é aquele que divide a menor parcela do Fundo, repassando aos estados apenas 18% do que recebe.

Outra característica típica dos partidos *office-seeking* que descreve com exatidão o PMDB é a capacidade de atuar como estabilizador do sistema político (Wolinetz, 2003). O partido, que controla o legislador mediano no Congresso brasileiro, tem sido indispensável para a construção de maiorias em todos os governos do atual período democrático. Tal atributo é, inclusive, salientado nos *spots* televisivos da sigla, quando suas lideranças apresentam-no como o “partido da governabilidade”¹⁶, pronto a garantir maioria parlamentar ao ocupante do Executivo, independentemente do matiz ideológico-programático que ele apresente.

Essa participação em todas as coalizões de governo em nível nacional desde o restabelecimento da democracia no país é facilitada pela falta de uma plataforma política de caráter universal com posicionamentos programáticos claros a orientar o seu comportamento nas arenas eleitoral, parlamentar e governativa, o que é uma característica típica das organizações *office-seeking*. O mesmo se reproduz nas arenas subnacionais.

Outro fator que facilita a participação do PMDB em diversas coalizões governativas é o seu posicionamento no centro do espectro político, o que, por um lado, permite que ele se alie a governos de direita e de esquerda, tendo em vista a proximidade espacial com ambos, e, por outro, evidencia o caráter pragmático do partido, afinal, como propõe Bobbio (1995, p.36), “o próprio centro, ao se definir nem como direita nem como esquerda e não podendo se definir de outro modo, pressupõe a

¹⁶ Estadão 31/05/2011: Em “Lula vai à TV afagar PMDB e incomoda PT”, o jornal aponta que a propaganda partidária dos peemedebistas “apresenta o PMDB como o ‘partido da governabilidade’” <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lula-vai-a-tv-afagar-pmdb-e-incomoda-pt,725913>.

antítese e extrai da existência dela a sua própria razão de existir”. Ora, ao tomarmos a estrutura política a partir da diferenciação ideológica, o espaço do centro, que se define pela negativa tanto da direita quanto da esquerda, acaba por funcionar como o ponto de encontro entre ambos os posicionamentos ideológicos: tese e antítese que fazem desse espaço de convergência a síntese de duas ideologias opostas. Esse processo tem como resultado o surgimento de um campo político hábil em formar coalizões de governo e alianças eleitorais à direita ou à esquerda de modo a produzir respostas pragmáticas aos problemas da sociedade, de acordo com as demandas conjunturais.

Além disso, ao adaptar sua plataforma programática à flutuação da opinião pública e ao apresentar, em campanhas, propostas difusas onde os programas dos adversários são, em geral, preservados de críticas incisivas para que se mantenha aberta a possibilidade de alianças futuras, o PMDB enseja no eleitorado o sentimento de que os partidos são indistinguíveis entre si. Este sentimento é típico de sistemas partidários onde as agremiações investem mais tempo em assegurar recursos estatais vitais à sua sobrevivência política do que a estruturar o discurso público em torno de posicionamentos programáticos concretos, que ofereçam uma alternativa de bem comum ao eleitorado.

Considerando os argumentos em tela, é possível perceber que o comportamento *office-seeking* são duas das características mais notáveis do PMDB. Para que possamos compreender a prevalência de tais elementos na atual fase da organização, devemos nos remeter às origens do partido.

Fundado em 1980, na oposição, o partido já surge como a segunda força na Câmara e no Senado e é formado basicamente por parlamentares oriundos do MDB, a única alternativa institucionalizada para se fazer oposição durante a ditadura militar e que, por isso mesmo, funcionava como uma coalizão de democratas com diversos posicionamentos programáticos e ideológicos.

Formado por 149 deputados federais e 20 senadores oriundos de nove siglas reformistas, trabalhistas e conservadoras (Almeida, 2004, p. 36) que ocupavam diferentes espaços na escala ideológica, o MDB já contava, portanto, desde sua gênese, com uma estrutura coalizacional a garantir-lhe heterogeneidade programática.

A falta de unidade característica do MDB só fez acentuar-se com a fundação do seu sucessor, uma vez que, dada a inexistência de barreiras de ordem programática ou ideológica a impedir novas filiações, lideranças apoiadoras da ditadura migram para a nova legenda, que contava com amplo apoio popular e era identificada como o “partido

dos pobres” (Singer, 2010, p. 94); ao contrário do PDS, que, oriundo da Arena, estava associado a um regime cada vez mais impopular, imerso em uma crise econômica, social e política. Um dos exemplos mais paradigmáticos do rompimento da disjuntiva democracia/ditadura que orientou o eleitor durante o Regime Militar foi o comportamento de José Sarney, que, de último presidente da Arena e presidente e articulador do programa político do PDS¹⁷, tornou-se candidato a vice-presidente da República pelo PMDB na chapa encabeçada por Tancredo Neves.

Assim, a análise do momento fundacional e da trajetória do partido ajuda-nos a explicar por que ele vem sendo classificado pela literatura como uma “entidade partidária de composição heterogênea”, onde convivem “forças ideologicamente distintas” (Reis, 2009, p.15), que, hoje, se mantêm precariamente unificadas “pela maximização de cargos no plano federal” (Melo, 2007, p. 283).

Se há amplo consenso na literatura quanto ao caráter heterogêneo do PMDB desde sua gênese, o mesmo não pode ser dito do PSDB, sua principal defecção. Parte importante da literatura salienta questões de ordem ideológica e programática como variáveis cruciais a explicar a criação do partido. Segundo esta perspectiva, as principais razões para a origem do PSDB seriam as divergências entre parlamentares peemedebistas de centro-esquerda, adeptos do parlamentarismo, e a ala conservadora do partido. Esta última, defensora de um mandato de cinco anos para José Sarney, da aliança entre PMDB e PFL em nível nacional e do apoio ao grupo político de Jânio Quadros em São Paulo (Lamounier, 1989; Melhen, 1998; Kinzo, 1993).

Em contraposição a tais teses, Roma (2002) defende a hipótese de que a falta de espaço para os fundadores do PSDB dentro do PMDB, associada à percepção de que havia, junto ao eleitorado, a oportunidade de crescimento de um novo partido de centro seriam as principais motivações a explicar o surgimento da nova agremiação. Para contrapor-se às explicações que salientam razões de ordem ideológica e programática na criação do PSDB, Roma aponta que o partido, assim como o PMDB de Sarney, adota o PFL como seu principal aliado nas arenas eleitoral e governativa, introduz regras que permitem a reeleição para cargos executivos, mesmo tendo sido desfavorável à ampliação do mandato de Sarney, e não toma qualquer atitude no sentido de implantar o parlamentarismo no Brasil quando no governo.

¹⁷ Gutemberg, 2001

Entretanto, quando analisadas as coligações tucanas em suas primeiras disputas para governador, constata-se que o partido teve como principais aliadas agremiações de esquerda e centro-esquerda (Roma, 2002). Esse seria um elemento a apoiar a tese de que o PSDB, com traços originários de centro-esquerda, caminha em direção à direita quando vislumbra a possibilidade real de vitória com FHC em 1994, adotando, a partir de então, um programa de governo neoliberal com o apoio de agremiações conservadoras.

Fato é que, apesar das controvérsias quanto à relevância de elementos de ordem ideológica e programática na gênese do PSDB, o partido constitui-se, desde 1994, como o principal vocalizador de um projeto nacional de centro-direita, o que o aproxima em vários aspectos de um *programmatic party*.

Os tucanos apresentam um comportamento e uma retórica fortemente contrários aos seus adversários petistas, e detêm posicionamentos programáticos ideologicamente bem articulados ao defenderem a redução da participação do Estado na produção de petróleo¹⁸, ao criticarem a criação de empresas públicas durante os anos Lula e Dilma¹⁹ e ao contraporem-se à intervenção do governo federal na margem de lucro das empresas públicas²⁰. Seus principais representantes nas arenas eleitoral e parlamentar também têm defendido a redução da máquina pública²¹, a maior participação do capital privado nos negócios públicos²² e a redução da maioria penal²³.

Apesar de unificar-se em torno de um projeto político nacional ideologicamente coerente, o PSDB, diferentemente do PT, se distancia das características ideais de um *policy-seeking party* quando analisados seus traços organizativos, uma vez que as decisões políticas no interior do partido são confinadas às lideranças, não há laços fortes com organizações da sociedade civil, nem qualquer elemento em sua organização que lembre, ainda que vagamente, características inatas aos partidos de massa (Roma, 2002;

¹⁸ <http://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2014/07/16/aecio-diz-que-planeja-rediscutir-modelo-de-partilha-para-exploracao-do-pre-sal.htm>

¹⁹ <http://www.hojeemdia.com.br/noticias/politica/aecio-diz-que-erario-agradece-n-o-criac-o-da-futebras-1.254200>

²⁰ <http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/aecio-diz-que-intervencionismo-no-setor-de-energia-gerou-prejuizos-e-desequilibrios,a0f1b5c7e6887410VgnCLD200000b2bf46d0RCRD.html>
<http://www.valor.com.br/politica/2928252/aecio-neves-critica-intervencao-do-governo-federal-no-setor-eletrico>

²¹ <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1508201106.htm>

<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2013/03/21/the-economist-elogia-agora-aecio-neves/>

²² http://www.artigos.com/artigos/sociais/politica/concessoes_-_artigo-do-senador-aecio-neves-para-a-folha-de-s.paulo-31801/artigo/#.U94_2qNeKBs

²³ <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,aecio-apoia-reducao-da-maioridade-penal-e-menos-impostos-imp-,1147601>

Ribeiro, 2013). Além disso, conforme aponta Roma (2002, p. tal), “(...) até mesmo o tipo de filiação ao partido (PSDB) revela uma estrutura pragmática, na qual não há a preponderância de carreiras políticas internas, mas formas de atração de lideranças que já tenham algum cargo eletivo”. Atentar para a estrutura interna de poder do PSDB nos é relevante uma vez que o esquema classificatório em questão diz respeito não apenas a comportamentos e preferências, mas também à estrutura e organização partidárias (Wolinetz p. 149). Tendo em vista esses quesitos, o PSDB, que conta com uma “estrutura organizacional bastante fluida” (Roma, 2002, p. 89), não apresenta os elementos necessários para ser classificado como um *policy-seeking party*.

Devemos salientar, no entanto, que a inexistência de resistências internas às decisões de sua cúpula e a “fraca” organização partidária se constituem como elementos que não apenas não impedem a defesa de posicionamentos programáticos bem articulados, como favorecem “a tomada racional de decisão de suas lideranças, produzindo maior eficiência eleitoral” (Roma, 2002, p.87).

Já o DEM, principal aliado dos tucanos em nível nacional e subnacional, apesar de não lançar candidatura própria à presidência desde 1989 e de atuar cada vez mais como coadjuvante em disputas para executivos estaduais²⁴, tem apresentado um comportamento eleitoral e parlamentar coerente. Como aponta Melo (2010, p.25), “diferentemente do PMDB, o DEM possui um projeto político nacional, de matiz neoliberal, e apresenta um considerável grau de unidade política”.

Para que possamos compreender o comportamento e o grau de unidade apresentado pelo DEM, devemos reconhecer a trajetória histórica do partido desde sua origem, como PFL, e atentar para o evento determinante na definição do atual estágio em que ele se encontra: a passagem para a oposição em 2002.

O PFL foi uma agremiação fundada por políticos provenientes do PDS, que, em 1984, abandonam o candidato à presidência da República pelo partido para apoiar a candidatura do concorrente peemedebista Tancredo Neves, que tinha o ex-pessedista José Sarney na vice. O movimento, além de garantir que a transição democrática dar-se-ia sem sobressaltos, sob o comando de uma coalizão conservadora, contribuiu para que a disjuntiva democracia/ditadura perdesse a capacidade de orientar o comportamento político e eleitoral a partir do surgimento da Nova República. A composição de antigos apoiadores da ditadura recém-travestidos de liberais com os peemedebistas assegura a

²⁴ Em 2006, o DEM apresenta sete candidatos a governador, em 2010 este número cai para quatro e em 2014 chega a apenas duas candidaturas próprias.

necessária maioria no Colégio Eleitoral para a derrota do candidato oficial do PDS, bem como garante um papel importante para os fundadores do PFL no governo de transição de José Sarney.

O fato de o PFL ter surgido no governo²⁵, em 1985, e lá permanecido até a posse de Lula em 2002, possibilitou ao partido manter extensas redes clientelistas criadas ainda durante a ditadura militar. Isso não significou, entretanto, ausência de unidade ideológica ao partido. Como propõem Scott Mainwaring, Rachel Meneguello e Timothy Power (2000), apesar de deputados conservadores serem mais dependentes do clientelismo como mecanismo de sustentação de suas carreiras políticas, os seus partidos possuem posicionamentos claramente identificáveis na escala ideológica.

Cabe ressaltar também que partidos que surgem e gozam de longa permanência no governo, como o PFL, tendem a apresentar, tanto no que tange aos aspectos organizativos quanto programáticos, diferenças relevantes em relação àqueles que são criados e se consolidam na oposição. Os primeiros não precisam fortalecer sua organização, nem colocá-la em condições de mobilizar os defensores da sigla por meio da constante ênfase nos incentivos coletivos; ao menos não nos moldes do que ocorre com legendas de origem extraparlamentar, que permanecem na oposição por longos períodos. Ao contrário, partidos com extenso histórico governamental podem apoiar-se na burocracia estatal e no constante fluxo de recursos do Estado para manterem suas relações com o eleitorado. Esse é o caso do PFL, em que, até 2002, os incentivos seletivos aos seus apoiadores passavam mais pelos canais governistas do que pela máquina burocrática do partido, o que contribuía para o baixo investimento no fortalecimento da organização partidária. Além disso, “o abundante apoio financeiro que os grupos de interesse reservam aos partidos governistas” (Panebianco, 2005, p. 128), fez com que o PFL não precisasse investir seus melhores esforços em angariar intensa mobilização voluntária, nem em obter o apoio financeiro individual de pessoas físicas.

Ao chegar à oposição, no entanto, o partido perde acesso a recursos estatais e vê a diminuição vertiginosa de suas cadeiras parlamentares, seja por meio da eleição, seja por meio da migração partidária. Enquanto em 2002 o PFL havia eleito 84 deputados federais, em 2006, o partido saiu das urnas com uma bancada formada por 65 parlamentares. Quatro anos depois o partido contava com 43 deputados e, hoje, devido à migração, ele se restringe a ocupar 28 cadeiras na Câmara Baixa. Chama a atenção o

²⁵ Dos seis partidos em análise, o PFL é o único que nasce como base de apoio ao governo federal.

fato de o PFL perder mais parlamentares em decorrência da migração partidária quando vai para a oposição (entre 2003 e 2007, 39 deputados federais deixam a legenda para filiar-se a outros partidos²⁶) do que por conta da decisão do eleitor quando no governo, uma vez que da eleição de 1998 para a de 2002 o partido perde 21 cadeiras (Ribeiro, 2012).

Outro fator que se destaca na trajetória do PFL na oposição é a perda de espaço para agremiações governistas, como o PSB, no Nordeste, região em que era especialmente forte. Como aponta Zucco (2010), eleitores de municípios mais pobres e, portanto, mais dependentes de recursos estatais tendem a votar no governo. Em perspectiva similar, Ribeiro (2012, p. 2) defende que:

“os municípios menos desenvolvidos, menos populosos, localizados no Nordeste e cujas economias são mais dependentes do setor público possuem viés governista. Isto é, nessas localidades, mais do que no restante do país, o poder local tende a se alinhar com o poder federal. Tal tendência parece fornecer uma boa explicação para o retraimento do PFL nos municípios com as características acima definidas”.

Se, como aponta Huntington (1975), uma organização coesa é aquela onde há consenso sobre os seus limites funcionais e sobre os procedimentos a serem adotados para dirimir conflitos internos, a intensa migração de deputados pefelistas para legendas apoiadoras do governo indica que não havia homogeneidade de preferências no PFL, ao menos, quanto à relevância de o posicionamento ideológico/programático orientar o comportamento partidário. Isto é, a debandada de parlamentares para as hostes governistas, não indica necessariamente que a bancada divergisse quanto a posições programáticas, mas, sim, que havia divergências quanto à necessidade de orientar o comportamento eleitoral e parlamentar a partir dessas preferências.

Em tese, seria possível supor, até mesmo, alta homogeneidade programática e a debandada de deputados para a base governista por razões que ultrapassam as motivações programáticas, como a necessidade de manter acesso a recursos estatais com vistas a promover os interesses de seu eleitorado e, conseqüentemente, o sucesso de sua carreira política. Tal hipótese ganha força pelo fato de os ex-pefelistas migrarem para organizações que apoiam o governo petista, mas ocupam espaço próximo ao ex-PFL na escala ideológica, como é o caso do PSD.

²⁶ Fonte: Ribeiro (2012)

Assim, o PFL/Democratas constitui-se como um caso interessante para o estudo da coesão programática, pois, se, por um lado, as preferências são a antessala do comportamento e a maior homogeneidade programática pode indicar uma tendência a um comportamento também homogêneo (Ruíz Rodriguez, 2006, 2007); devemos ter a clareza de que outras variáveis impactam no comportamento dos atores políticos. Os constrangimentos institucionais e os elementos que ampliam ou diminuem as possibilidades de êxito eleitoral do parlamentar – como a liberação de recursos de emendas e o atendimento de demandas pela burocracia do Executivo – também são cruciais para a definição do comportamento político.

Isto é, se um partido *policy-seeking* tende a apresentar maior homogeneidade programática, pois ele orienta seu comportamento a partir de tais questões; um partido *office-seeking* tende a manter-se unido enquanto há homogeneidade de preferências quanto ao comportamento que vai permitir o acesso a cargos. No caso do antigo PFL, a decisão da cúpula partidária de orientar o comportamento do partido a partir de claros posicionamentos programáticos, fazendo da legenda a mais ferrenha opositora ao governo federal petista, foi entendida por parcela de seus filiados como um entrave à sua carreira, o que fez com que eles preferissem alternativas partidárias que lhes permitissem dar vazão ao seu comportamento *office-seeking*.

A respeito da mudança do nome PFL para DEM, em 2007, devemos salientar que ela se insere no movimento adotado pelo partido, a partir de 2002, de reforço a elementos tipicamente *policy-seeking*, como a clara defesa de seus posicionamentos programáticos e a adoção de estratégias parlamentares e eleitorais coerentes com seu programa neoliberal e conservador²⁷.

O processo de transformação pelo qual o partido passa na oposição, com a ênfase em elementos *policy-seeking* e a debandada de políticos que privilegiam acesso a recursos do governo, deve impactar o resultado da segunda rodada da pesquisa Elites Parlamentares Subnacionais, que aconteceu em 2012, isto é, após a criação do PSD, que leva consigo parlamentares democratas com comportamento *office-seeking*. Assim, na segunda rodada da pesquisa, o perfil dos parlamentares do PFL/DEM, provavelmente, será programaticamente mais homogêneo que na primeira.

²⁷ O DEM faz parte da União Internacional Democrata, que congrega partidos de direita de todo o mundo, como o Partido Republicano (EUA), o Partido Conservador do Canadá e a União Democrata Cristã (Alemanha). A organização tem entre suas principais referências Margaret Tacher, Helmut Kohl e George Bush. http://www.idu.org/regional_list.aspx?id=1

Já para classificarmos o PDT quanto à taxonomia proposta nesta seção, devemos atentar para a fundação do partido, que, apesar de remeter ao ano de 1980, tem um dos principais documentos definidores do ideário trabalhista formulado no ano anterior, quando políticos liderados por Leonel Brizola se reúnem em Portugal para articular as estratégias e as bases programáticas que deveriam reger a nova agremiação. O encontro acontece fora do Brasil por conta do que o documento, denominado Carta de Lisboa, classifica como “exílio arbitrário e desumano” (Chacon, 1985, p. 667) imposto pela ditadura militar. Ainda de acordo com o documento, o partido a ser criado deveria retomar o ideário defendido pelo antigo PTB e por Getúlio Vargas, reunindo “(...) as forças comprometidas com os interesses dos oprimidos, dos marginalizados, de todos os trabalhadores brasileiros (...)” (Chacon, 1985, p. 668).

Os signatários da Carta de Lisboa tornam ainda mais evidente sua plataforma programática esquerdista e nacionalista ao fazerem a defesa de medidas propostas pelo governo João Goulart, que não puderam ser implantadas em decorrência do golpe de estado de 1964, como a Lei da Reforma Agrária e a Lei de Remessas de Lucros, que, segundo o documento, “poria termo à espoliação do Brasil pelas empresas multinacionais”. (Chacon, 1985, p. 669).

Já no programa do partido²⁸, lançado na década de 1980, as lideranças trabalhistas apresentam ações programáticas ainda mais específicas, delineando qual seria o papel do Estado na economia caso chegassem à presidência da República:

Ao setor público se reservará a propriedade dos ramos estratégicos da produção (tais como a energia elétrica, a siderurgia suas matérias-primas, o petróleo e seus derivados, a indústria química e a farmacêutica, os recursos minerais escassos, materiais bélicos, as redes de comunicação, os sistemas bancário e financeiro, os serviços urbanos básicos, o comércio exterior). Os trabalhadores terão participação na gestão da empresa pública e esta deverá estar submetida ao controle democrático dos órgãos de representação popular.

Quanto à presença e à ação do capital estrangeiro no país, o programa do PDT afirma que:

“deverão ser disciplinadas por legislação que estabeleça rigorosamente sua admissão somente em casos especiais e que defina os setores onde sua participação se faz em caráter

²⁸ <http://www.pdt.org.br/index.php/pdt/programa/3-no-plano-economico>

obrigatoriamente minoritário. O retorno desse capital, a remessa de lucros, os pagamentos de *royalties* e serviços técnicos serão igualmente regulados, proibindo-se os reinvestimentos como fonte de recurso de lucros. Serão nacionalizados os setores estratégicos da economia brasileira que foram entregues ao capital multinacional”.

Os trechos destacados dos documentos que delineiam os compromissos programáticos do PDT analisados à luz de seu comportamento em nível nacional demonstram a postura *policy-seeking* do partido nas arenas eleitorais e legislativas federais. Os trabalhistas iniciam sua atuação como oposição ao governo militar, defendem as Diretas Já, apoiam a eleição indireta do opositor Tancredo Neves para a presidência, permanecem na oposição durante o mandato de José Sarney, oriundo da Arena, e de Fernando Collor de Mello, político de direita, que defendia privatizações e a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro.

Nos governos Fernando Henrique Cardoso, o PDT, de maneira coerente, continua na oposição, uma vez que os planos liberalizantes de Collor - frustrados pelo *impeachment* - são retomados com mais força nas gestões tucanas. Durante o seu primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso pregou em discurso o "*fim* da era Vargas" e, enquanto esteve à frente do governo, privatizou empresas públicas, diminuiu a presença do Estado na economia e abriu as portas ao capital internacional, um conjunto de medidas que ia em sentido contrário ao ideário do PDT.

Apenas em 2003, vinte e três anos após a sua fundação, o partido torna-se situação, ao compor a base de sustentação do governo petista em nível nacional. No entanto, pouco tempo depois, ainda no primeiro mandato de Lula, motivado por discordâncias que envolviam, entre outras questões, diferenças de ordem programática relativas à reforma previdenciária empreendida pelo governo, o partido volta à oposição. Já no segundo mandato petista à frente da presidência, o PDT retorna ao governo, onde se mantém até hoje. Cabe salientar, ainda, que, mesmo quando não esteve coligado ao PT no primeiro turno das eleições presidenciais, o PDT uniu-se aos petistas no segundo turno, aliando-se, de maneira coerente, aos representantes de um projeto político de centro-esquerda.

Para compreendermos a capacidade do PDT de unir-se em torno de diretrizes programáticas em nível nacional, devemos atentar para uma característica distintiva do partido: a presença de um líder carismático em sua gênese. O PDT é o único dos partidos que tomamos como unidades de análise cuja fundação se deve, primordialmente, à ação de um político com características carismáticas: Leonel

Brizola. A base carismática da liderança de Brizola é reconhecida e expressa pelo PDT, que, na página oficial da agremiação na internet, não apenas se apresenta como um “partido carismático”²⁹, como também reivindica para seu líder maior o posto de caudilho³⁰, afirmando, ainda, que Brizola “está hoje no panteão de nossos heróis, ao lado dos grandes libertadores como Tiradentes, Frei Caneca, Simão Bolívar, Artigas, San Martin e Sandino”³¹.

Devemos, no entanto, buscar uma delimitação do conceito de partido carismático para que possamos compreender em que medida o PDT se enquadra nesta categoria, uma vez que o entendimento da questão deverá nos auxiliar na compreensão do grau de homogeneidade programática do partido. Para tanto, iremos recorrer às definições de Bobbio (1998) e de Panebianco (2005), formuladas a partir de Webber (1922), sobre domínio carismático e partido carismático, respectivamente. De acordo com o primeiro autor, “o domínio carismático é legitimado pelo reconhecimento dos poderes e das qualidades excepcionais do chefe e o seu aparelho consiste tipicamente no grupo dos ‘discípulos’, isto é, dos indivíduos escolhidos pelo chefe entre os membros da comunidade carismática” (1998 p. 125). Já para Panebianco, um partido carismático deve ter todas as suas decisões-chave concentradas nas mãos do líder e todas as disputas internas devem desenvolver-se abaixo dele, uma vez que ninguém pode opor-se abertamente ao seu poder com qualquer chance de vitória. Na mesma perspectiva de Bobbio, Panebianco salienta que no interior da organização deve imperar a incerteza sobre as carreiras, as quais dependem da discricionariedade do líder. Conforme Panebianco, “uma identidade total entre o líder e a identidade organizativa do partido é a condição *sine qua non* do poder carismático” (Panebianco, 2005, p. 275).

Ao analisarmos o PDT sob o conceito de partido carismático, conforme delimitado acima, poderemos perceber que, se ele não atende a todas as condicionantes que definem este tipo de agremiação, tendo em vista os diferentes graus de importância que a liderança de Brizola deteve sobre o partido nas diversas unidades federativas, a legenda trabalhista está entre aquelas que mais se aproxima dessa categoria no Brasil.

Assim, procuraremos demonstrar que a variação da ascendência do líder sobre as diferentes seções estaduais não apenas deverá impactar a classificação do partido como uma organização carismática, mas também deverá afetar o grau de coesão da agremiação. Ao empreendermos tal análise, deveremos atentar para o papel de destaque

²⁹ <http://www.pdt.org.br/noticias/que-trabalhismo-e-esse-do-pdt-em-pleno-seculo-xxi>

³⁰ <http://www.pdt.org.br/noticias/que-trabalhismo-e-esse-do-pdt-em-pleno-seculo-xxi>

³¹ <http://www.pdt.org.br/pdt/lideres/leonel-brizola>

desempenhado por Brizola na formação do partido e no comportamento da agremiação em nível nacional, bem como na limitação de sua influência em nível subnacional.

Na fundação do PDT, em 1980, os dois estados em que Brizola detinha ascendência política - Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul - se sobressaem frente às outras unidades federativas em que o partido primeiro se organiza. A força do partido em ambos os estados é tal que na primeira eleição por ele disputada, em 1982, todos os seus 24 membros eleitos para a Câmara dos Deputados provinham do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. É necessário salientar que não apenas a força eleitoral e organizativa da agremiação estava concentrada entre fluminenses e gaúchos, como também as lideranças pedetistas nos dois estados apresentavam vínculos programáticos estreitos com Brizola, compartilhando com o caudilho suas bandeiras de esquerda, o que não necessariamente acontecia em outras unidades da federação.

A ascendência dos estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro sobre os demais estados esteve diretamente atrelada à atividade política de Leonel Brizola nestas duas unidades federativas. O líder trabalhista fez sua carreira, antes do Golpe Militar, no Rio Grande do Sul, e, com a redemocratização, retoma sua militância política no Rio de Janeiro.

Já nos demais estados, a falta de penetração do brizolismo, associada a uma política de recrutamento eleitoral extremamente ampla, sem barreiras de ordem ideológica ou programática, acabaram legando ao partido perfis diversos nas diferentes unidades da federação. Desse modo, ao mesmo tempo em que no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul o brizolismo fora capaz de arregimentar lideranças comprometidas com seu ideário programático, em diversos estados a sigla fora capturada por lideranças conservadoras (Melo, 2000).

A percepção de que o PDT se desenvolve apresentando perfis distintos entre as diferentes unidades federativas, sem que haja identidade entre lideranças subnacionais e Brizola em diversos estados, torna-se relevante quando atentamos para o fato de que, segundo Panebianco (2005, p.273), nos partidos carismáticos, “a escolha do líder e sua contínua demonstração de confiança em relação aos subordinados são os únicos critérios de que depende a ‘estrutura de oportunidades’ para cada um dos operadores no interior da organização”.

Ora, devemos perceber que o PDT precisava organizar-se em estados onde o brizolismo não tinha penetração nem força para garantir viabilidade eleitoral ao partido. Nessas localidades, as dinâmicas políticas regionais prevaleceram sobre aquele que

deveria ser o ponto de amarração da sigla, o ideário nacionalista e de esquerda de Leonel Brizola. Assim, filiados de viés conservador, que atuavam sem amarras nos limites de seu estado, passam a conhecer o peso dos constrangimentos institucionais impostos pelo partido apenas no momento em que ascendem na agremiação. Neste momento, o uso da disciplina faz-se necessário em decorrência da esperada falta de homogeneidade de preferências entre os membros da bancada do partido na Câmara dos Deputados. Isso é exemplificado nas altas taxas de migração partidária de deputados do PDT, bem como no fato de a maioria relativa dos migrantes buscarem agremiações de direita, adequadas ao seu posicionamento ideológico, para abrigá-los³². Isto é, ao fazer valer, em nível nacional, um sistema de punições e premiações a seus parlamentares, cobrando deles um comportamento adequado a um programa de esquerda, o partido leva quase 30% de seus deputados federais a buscarem abrigo em legendas localizadas no centro ou na direita.

Esta breve argumentação sobre os diferentes perfis ideológico-programáticos do partido nos níveis nacional e subnacionais, tendo em vista a penetração do ideário de Leonel Brizola nas seções estaduais, nos é relevante dado que a mensuração dos graus de coesão programática nesta pesquisa será feita tendo como unidades de medida os deputados de 12 diferentes assembleias estaduais. Desse modo, será possível, por meio da mensuração da coesão, verificar em que medida as dinâmicas políticas regionais impactam no grau de homogeneidade programática do partido.

O que é possível, contudo, perceber neste momento é que se o PDT procura adotar um comportamento mais próximo do tipo *policy-seeking* nas arenas políticas nacionais, mantendo-se na oposição na maior parte de sua trajetória; na maioria dos estados e municípios, o partido se enquadra na categoria *office-seeking*, servindo de abrigo a lideranças conservadoras, com trajetória governista, e formando coalizões de governo e coligações eleitorais sem qualquer observância a seu comportamento em nível nacional.

Atentar para o fato de que, em grande parte dos estados, o PDT não se comporta de acordo com os posicionamentos programáticos que o orientam em nível nacional nos leva à questão das divisões horizontais (Bardi e Mair, 2010) do sistema partidário brasileiro. Como apontam Ferreira, Batista e Stabile (p.441, 2008):

³² Conforme aponta Melo (2000), “(...) 15,4% dos eleitos abandonaram o partido na legislatura 1983/1987, ao passo que 18,0%, 31,5% e 42,5% fizeram a mesma opção nos períodos subsequentes”. Além disso “(...)dos 46 congressistas que deixaram o partido, apenas cinco (10,9%) optaram por alguma das agremiações de esquerda. Outros 21 deputados (46,5%) tiveram como destino um partido de direita enquanto os vinte restantes (43,5%) foram para o centro”.

“Essas divisões são observáveis principalmente em sistemas políticos descentralizados e nos quais há diferentes níveis de governo, como é o caso de países que, como o Brasil, adotam o federalismo como modelo de organização política. Esse formato institucional acaba por criar incentivos para que estados ou regiões desenvolvam uma dinâmica própria de competição que pode levar à existência de subsistemas partidários ou diferentes padrões de competição nos estados (...).”

A considerável autonomia das unidades subnacionais brasileiras no exercício das prerrogativas políticas que lhes são pertinentes tem impacto sobre o grau de homogeneidade programática não apenas do PDT como dos demais partidos em análise, uma vez que todos eles operam sob o mesmo arranjo institucional. Devemos salientar, no entanto, que os impactos das divisões horizontais na coesão, embora expressivos, podem variar de acordo com a gênese e a estratégia política de cada partido.

Nesse sentido, ao compararmos os três partidos de esquerda que fazem parte da nossa amostra – PDT, PSB e PT -, veremos que os dois primeiros apresentam níveis mais altos de migração de deputados federais que o PT³³, inclusive, com os parlamentares migrantes do PDT e do PSB aderindo, em sua maioria, a partidos que estão fora do campo da esquerda. Conforme aponta Melo (2000), “os altos índices de migração encontrados para o PDT e para o PSB revelam um grau de heterogeneidade em suas bancadas muito superiores ao verificado nos demais partidos de esquerda”.

PDT e PSB também se diferenciam do PT pelo fato de terem uma política de recrutamento extremamente ampla, sem barreiras de ordem ideológica e programática para a filiação de militantes e para o preenchimento de suas listas de candidatos. Conforme aponta Melo (2000), “parte considerável dos eleitos pelo partido de Brizola possuía uma identificação muito frágil, se é que havia alguma, com a legenda que lhes garantiu uma cadeira na Câmara”.

Especificamente em relação ao PSB, Marengo dos Santos (2000, pp. 190 e 191) aponta que, entre 1986 e 1998, a bancada socialista na Câmara dos Deputados “apresenta elevada frequência de integrantes oriundos de outros partidos, fato mais expressivo em sua bancada pernambucana”. O caráter exógeno da trajetória política dos parlamentares socialistas impede a socialização partidária e inibe a formação de

³³ Como aponta Melo (2000), “Enquanto os dois últimos partidos perdem 26,7% (PSB) e 31,1% (PDT), respectivamente, de seus congressistas, para os primeiros o índice de deserção é de apenas 5,6% (PT) e 6,5% (Pequenos Partidos de Esquerda), respectivamente”.

lealdades organizativas, favorecendo a geração de um perfil heterogêneo entre os membros do partido socialista.

Outro fator relevante é apresentado por Marengo dos Santos (2000, p. 81) ao verificar que 50% da bancada pernambucana eleita pelo PSB em 1998 deixa o partido. O autor aponta como causa da defecção a derrota dos socialistas para o governo do estado de Pernambuco, o que indica o caráter *office-seeking* dos parlamentares do PSB na unidade federativa que se tornara uma de suas principais forças desde a filiação de Miguel Arraes, em 1990, cinco anos após a criação do partido.

Além disso, conforme procuramos demonstrar, socialistas e pedetistas se associam, em nível subnacional, a partidos que lhes são adversários em nível nacional, comportamento que é exceção entre petistas.

Já no que concerne à sua fundação, o PSB, criado em 1985, resgata o programa e o manifesto do partido de mesmo nome que atuou de 1947 até a edição do Ato Institucional 2, responsável por extinguir, em 1965, todos os partidos até então existentes.

Ainda que formalmente o estatuto do PSB tenha mantido as orientações do documento de 1947, inclusive com a defesa expressa da socialização dos meios de produção, seu presidente e candidato à presidência da República em 2014, Eduardo Campos, declarava reiteradamente à imprensa³⁴ o compromisso do partido com a ordem econômica capitalista, o que tornava sem efeito a orientação econômica do ideário registrado no TSE.

Outra característica que marca o crescimento do PSB ao longo dos anos é a adesão de importantes lideranças políticas regionais, especialmente do Norte e do Nordeste³⁵, advindas de outras agremiações, reforçando o caráter intraparlamentar da agremiação. Além disso, líderes nacionais como Ciro Gomes e Anthony Garotinho também utilizaram o partido como veículo eleitoral durante o breve período em que estiveram filiados. Este último foi candidato à presidência pelo PSB em 2002. A falta de lealdades organizativas destes líderes nacionais ao PSB é um efeito esperado da estratégia adotada pelo partido, que busca o crescimento eleitoral a despeito de questões de ordem ideológica e programática. O comportamento se repete em 2014 quando a

³⁴ <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/05/campos-diz-que-psb-estuda-mudar-estatuto-contrapropriedade-privada.html>

³⁵ Miguel Arraes (PE), Abigail Feitosa (BA), José Carlos Sabóia (MA), Raquel Capiberibe (AP), Ademir Andrade (PA).

legenda serve de veículo eleitoral para Marina Silva³⁶ e seus seguidores, ainda que estes não compartilhassem nem da ideologia, nem do programa do partido, estando prontos a criar uma nova legenda após o encerramento do período eleitoral.

Já o PT tem em sua gênese um fator que o torna um caso à parte entre as organizações partidárias surgidas no Brasil: único partido efetivo com origem majoritariamente extraparlamentar, fortemente vinculado a movimentos sociais, com militância proeminente em sua fase genética e um forte aparato burocrático central, ele se constitui como a organização brasileira que mais se aproxima da trajetória evolutiva dos partidos de massa europeus descrita por autores como Michels (1982), Przeworski (1988), Panebianco (2005) e Kirchheimer (2012).

O partido é o que melhor se adapta ao modelo de desenvolvimento organizativo proposto por Panebianco, passando de uma fase genética em que os principais incentivos distribuídos são coletivos para uma etapa em que a organização tem como objetivo primordial sua própria sobrevivência. Para usar a terminologia de Pizzorno (1975), enquanto se constitui como um sistema natural, no seu nascedouro, o objetivo da organização é mudar a sociedade rumo ao cumprimento de suas causas; já no momento em que o partido passa a um sistema de interesse a ideologia torna-se “latente (objetivos vagos, implícitos e contraditórios)” (Panebianco, 2005, p. 37). Assim, o PT, durante sua trajetória, caminha em direção ao centro da escala ideológica em busca de ampliar seus apoiadores e vencer as eleições, sem, no entanto, deixar de lado as referências aos programas de esquerda que embalaram o partido em sua gênese.

Isso nos leva a crer que em sua fase genética o PT deve ter apresentado maior coesão programática, expressando apelos de ordem ideológica e classista. Afinal, os membros do partido eram movidos por incentivos coletivos, até porque havia poucos incentivos seletivos a distribuir. Pode-se dizer que o partido, ao caminhar para o centro da escala ideológica em busca da ampliação do eleitorado (nos moldes do que propõem Kirchheimer e Przeworski) flexibiliza os posicionamentos programáticos defendidos em seus primeiros anos de existência, mas procura manter os compromissos necessários para não perder os vínculos programáticos e ideológicos com o eleitorado que o sustentara em seus primeiros anos. Afinal, “os traços organizativos próprios da fase I (sistema de solidariedade) continuam, em geral, presentes e atuantes, embora costumem ser diluídos na fase III (sistema de interesses) (...)” (Panebianco, 2005). Portanto, se em

³⁶ Marina Silva já esteve formalmente filiada a três partidos: PT, PV e PSB.

um sistema de interesses os incentivos seletivos ganham prevalência, os incentivos coletivos originários não se perdem; se os objetivos ideológicos e programáticos tornam-se menos explícitos e coerentes, eles continuam a nortear, em certa medida, a atuação do Partido dos Trabalhadores.

Ao contrário do PT, os demais partidos efetivos brasileiros não seguem a trajetória evolutiva proposta. Eles têm origem parlamentar e nunca foram sistemas naturais nos moldes propostos por Pizzorno (1975). Desde sua origem, foram organizações onde prevaleceu a distribuição de incentivos seletivos. Ainda que em diferentes medidas a ideologia possa ter sido relevante, nunca houve uma fase na trajetória destes partidos em que os aspectos ideológicos fossem a argamassa principal a reunir seus membros.

A análise da origem – se parlamentar ou extraparlamentar - dos partidos é relevante para o estudo da coesão programática dado que as agremiações que têm sua gênese em demandas e movimentos da sociedade civil, ausentes ou sub-representados nas esferas institucionais de tomada de decisão, como é o caso do PT, dependem mais fortemente de incentivos coletivos capazes de reunir a militância na disputa pelo poder. Já os partidos parlamentares - criados por atores que ocupam os espaços político-institucionais - detêm a possibilidade de manter as posições de comando e os benefícios delas advindos prioritariamente por meio da distribuição de incentivos seletivos.

Esse tipo de comportamento *policy-seeking* é típico das agremiações eleitoralistas que se enquadram entre os *programmatic parties*, isto é, que fazem parte do grupo de partidos que, de acordo com a tipologia proposta por Gunther e Diamond (2003), detém agendas programático-ideológicas mais coerentes, diferenciadas e consistentes do que as do *catch-all* e do *personalistic party* e que, além disso, incorporam esses posicionamentos em suas campanhas eleitorais e em suas agendas legislativas e de governo.

Uma das características que torna o PT capaz de estruturar um discurso programático nos níveis subnacionais e nacional é a maior coordenação entre as suas divisões internas, o que se torna mais factível diante de um centro que controla suas zonas de incerteza organizativa. Além disso, o PT, conforme preveem Gunther e Diamond (2003) a respeito do comportamento dos *programmatic parties* em sistemas proporcionais, apresenta as mais fortes ligações com a sociedade civil organizada entre todos os partidos efetivos, sendo a agremiação com o mais elevado grau de enraizamento social do Brasil contemporâneo.

A partir da análise empreendida nesta subseção, e tendo em vista a suposição de que uma maior aproximação com o tipo ideal *policy-seeking* é um dos fatores a contribuir para um grau de coesão programática mais elevado, os partidos que compõem a nossa amostra serão dispostos em três categorias: a das agremiações *policy-seeking*, na qual será enquadrado o PT; a dos partidos *office-seeking*, que vai contar com o PMDB; e uma terceira categoria, intermediária, que vai abarcar PSDB, PSB, DEM e PDT, legendas que conjugam elementos dos dois tipos partidários.

Para melhor operacionalizar os conceitos utilizados nesta subseção, cada uma das categorias elencadas irá receber um valor distinto, de modo que o PT, principal representante dos partidos *policy-seeking* brasileiros obterá 2 pontos; o PMDB, um dos mais bem acabados exemplo de agremiação *office-seeking*, marcará zero; e PSDB, PSB, DEM e PDT, que guardam em seu comportamento e em sua estrutura características relevantes de ambos os tipos partidários vão receber um ponto cada. Cabe explicitar que a distribuição desses valores foi realizada de forma que quanto mais condições necessárias à obtenção de um alto grau de coesão programática o partido satisfizer, mais elevada será a pontuação por ele obtida.

2.3.3 - A coesão programática e sua relação com a ideologia e a socialização partidária

Pesquisas teóricas e empíricas levam a crer que *partidos de esquerda apresentam níveis mais altos de coesão programática do que aqueles que ocupam os demais espaços do espectro político*. Tal argumento pode ser sustentado a partir da perspectiva analítica defendida por Przeworski e Sprague em Paper Stones (1986). De acordo com os autores, os partidos social-democratas buscam transformar a sociedade e a opinião pública, visando mudanças nas condições vigentes, o que os obriga a adotarem uma postura mais programática e menos flexível do que a de seus pares conservadores.

Nessa mesma perspectiva merece menção a obra de Ruiz Rodríguez (2007; p. 156), segundo a qual “la relación significativa entre ideología y coherencia total sugiere que cuanto más a la derecha se ubica un partido, más incoherente tiende a ser”. A autora chega a essa conclusão ao analisar o grau de homogeneidade programática de partidos que atuam em países latino-americanos que não o Brasil.

Tendo em vista o argumento apresentado, utilizamos os dados provenientes da Pesquisa Elites Subnacionais para ordenar as seis agremiações que tomamos como unidades de análise quanto ao seu posicionamento na escala ideológica. Para tanto, foram utilizadas duas rodadas de pesquisas realizadas com deputados estaduais das legislaturas 2007/2011 e 2011/2015 em doze unidades da federação. No modelo espacial utilizado para mensurar a ideologia, as opções vão de 1 a 10, sendo 1 a posição mais à esquerda, e 10, a mais à direita. A ideologia do partido foi obtida a partir da média aritmética dos resultados das questões que mensuram o autoposicionamento do deputado estadual na escala ideológica e a posição de seu próprio partido na mesma escala.

Tabela 1: Ideologia deputados estaduais – legislaturas 2007/2011 e 2011/2015

Partido	N	Auto posicionamento (a)	Posicionamento do partido (b)	Média (a,b)	N	Auto posicionamento (c)	Posicionamento do partido (d)	Média (c,d)
		2007/2011				2011/2015		
PT	80	2,5	2,8	2,7	85	2,1	2,5	2,3
PDT	30	3,4	3,6	3,5	29	3,5	3,6	3,6
PSB	22	4,0	3,7	3,9	30	3,8	4,1	4,0
PSDB	85	4,9	5,2	5,1	51	5,4	5,6	5,5
PMDB	76	5,0	5,9	5,5	45	5,3	5,8	5,6
DEM	55	6,4	7,2	6,8	13	7,4	7,7	7,6

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”.

Conforme é possível perceber a partir da Tabela 1, os partidos mantêm o mesmo ordenamento na escala ideológica em ambas as legislaturas. A agremiação que apresenta a maior alteração no posicionamento da primeira para a segunda rodada da pesquisa é o PFL/DEM. A diferença entre os resultados das duas rodadas para este partido é o dobro daquela observada para as duas siglas que ocupam o segundo lugar no ranking das mudanças de posicionamento entre as legislaturas, o PSDB e o PT. Tal resultado é representativo do processo que começa a acentuar-se a partir de 2007, ano da primeira rodada de entrevistas, quando o PFL passa a denominar-se DEM. A partir de eventos como a adoção da nova nomenclatura e a perda de parlamentares *office-seeking* para legendas governistas como o PSD, torna-se perceptível um comportamento

cada vez mais ideológico e programático da agremiação, o que ajuda a explicar o fato de ela, em 2012, estar posicionada ainda mais à direita na escala ideológica.

A partir da Tabela 1 é possível, ainda, perceber que são três os partidos que tem seu posicionamento médio nas duas legislaturas inferior a 4,1, podendo, portanto, serem classificados como de esquerda: PT, PDT e PSB³⁷. Em relação ao PSB, cabe salientar que, na segunda legislatura analisada, ele se aproxima mais do PSDB do que do PT, de maneira condizente com sua recente aproximação com os tucanos nas arenas eleitoral, parlamentar e governativa. Já na primeira legislatura, ele guarda igual distância de petistas e tucanos. Ainda no que tange à classificação ideológica, PSDB e PMDB³⁸ têm posicionamento médio entre 4,1 e 6, o que faz com que ocupem o centro da escala. Já o DEM³⁹, único partido em análise cujas médias das duas legislaturas é superior a 6, localiza-se na direita.

Para que possamos operacionalizar a argumentação exposta quanto à relação entre ideologia e coesão programática, iremos valorizar as categorias que compõem esta variável da seguinte maneira: partidos de esquerda marcam dois pontos (PT, PDT e PSB), partidos de centro um ponto (PSDB e PMDB) e a única agremiação de direita da nossa amostra recebe zero (DEM).

Assim, caso nossa argumentação esteja correta, localizar-se no espaço da esquerda é um dos fatores causais que, somado às outras três condições estabelecidas neste capítulo, aumentam a chance de o partido apresentar um grau de coesão programática mais alto do que o das agremiações que não cumprem tais condições.

Já no que tange aos processos de socialização partidária, Ruiz Rodríguez (2007) chama a atenção para o fato de que eles tendem a ser mais intensivos nos partidos de esquerda do que nos de direita, o que contribuiria para a maior homogeneidade atitudinal nos primeiros.

Ainda que consideremos que a afirmação da autora seja factível também para o Brasil, não dispomos de dados que nos permitam verificar se há relação do grau de coesão com a quantidade de reuniões e atividades partidárias e o nível de participação das elites subnacionais nos processos decisórios das agremiações.

A respeito da relação entre socialização partidária e homogeneidade de preferências programáticas dispomos, contudo, de dados que nos permitem verificar se

³⁷ O posicionamento ideológico médio do PT em ambas as legislaturas é 2,5, do PDT é 3,55 e do PSB é 3,95.

³⁸ O posicionamento ideológico médio do PSDB em ambas as legislaturas é 5,3 e do PMDB é 5,55.

³⁹ O posicionamento ideológico médio do DEM em ambas as legislaturas é 7,2.

na medida em que cresce o tempo médio de filiação dos parlamentares à sua agremiação, aumenta o grau de coesão programática interna do partido.

A argumentação apresentada se baseia no entendimento de que os partidos são agências de socialização política capazes de influenciar as atitudes dos parlamentares. Conforme propõe Santos (2000, pp.: 11-12):

“Quando o ingresso na atividade legislativa adquire um padrão endógeno, ocorrendo somente após um longo tempo de treinamento prévio – cargos públicos, vida partidária – semelhante a uma escola política onde o aspirante é curtido, está-se diante de uma classe política estável, dotada de lealdades hierárquicas e condições que favorecem a geração de um perfil homogêneo entre seus membros”.

Além disso, como aponta Melo (2011, p.63): “maior tempo de permanência do deputado em um partido indica a existência de incentivos, coletivos ou seletivos (Panebianco, 1988), preciosos para a carreira política”. Se entendermos que compartilhar incentivos coletivos significa compartilhar ideologia e compromissos programáticos semelhantes, é possível que o tempo de filiação dos parlamentares apresente relação com o nível de coesão programática.

Devemos ter em mente, contudo, que o parlamentar pode permanecer filiado à sigla por um longo período, não por compartilhar ideais programáticos, mas por motivações do tipo *office-seeking*. Ora, se o conjunto do partido não detém posicionamentos programáticos claros e se ele se localiza no centro do espectro político, como no caso do PMDB, uma longa permanência na agremiação pode estar mais associada a incentivos seletivos, isto é, ao compartilhamento de preferências quanto à melhor maneira de alcançar cargos e benefícios que lhes sejam inerentes, do que à coesão em torno de posicionamentos programáticos. Feita a ressalva de que o maior tempo de filiação a um partido terá a capacidade de indicar maior coesão programática quanto mais *policy-seeking* for a agremiação, apresentamos a seguir o tempo de filiação dos deputados estaduais para os seis partidos em análise nas duas legislaturas pesquisadas.

Tabela 2: Tempo de filiação partidária para os deputados estaduais – Rodada: 2012

Tempo de Filiação partidária Prévia	Partido					
	PMDB	PDT	PT	DEM	PSB	PSDB
Menor ou igual a 4 anos	9,09%	24,14%	3,57%	15,38%	35,71%	7,84%
Maior que 4 anos e Menor ou igual a 8 anos	9,09%	10,34%	1,19%	23,08%	21,43%	15,69%
Maior que 8 anos	81,82%	65,52%	95,24%	61,54%	42,86%	76,47%
Total (N)	44	29	84	13	28	51

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”.

Tendo em vista a Tabela 2 podemos perceber que o PT (principal partido *policy* brasileiro) tem os deputados com maior tempo de filiação, seguido pelo PMDB (principal partido *office* brasileiro). Na terceira posição, vem o PSDB, partido que, de acordo com a análise apresentada, localiza-se entre os tipos partidários *office e policy-seeking*. Em quarto e quinto lugares, com percentuais bastante próximos entre si, vêm PDT e DEM. Assim como o PSDB, elas são agremiação que ocupam posições intermediárias na escala *policy – office*, sendo que o PDT, diferentemente do DEM e do PSDB, não apresenta, na maior parte das unidades subnacionais, comportamento alinhado aos posicionamentos defendidos pela sigla em nível nacional. Como o partido com o menor percentual de parlamentares com mais de oito anos de filiação está o PSB, que, durante os três mandatos petistas no governo federal atraiu várias lideranças políticas locais, regionais e nacionais para seus quadros. Especialmente no Nordeste, o partido demonstrou força, ocupando espaços deixados por agremiações de direita e tornando-se capaz de atrair políticos com bons potenciais de votação.

Tabela 3: Tempo de filiação partidária para os deputados estaduais- Rodada: 2007/2008

Tempo de Filiação partidária Pévia	Partido					
	DEM	PDT	PMDB	PSB	PSDB	PT
Menor ou igual a 4 anos	36%	24%	24%	50%	12%	3%
Maior que 4 e menor ou igual a 8 anos	22%	17%	18%	27%	30%	3%
Maior que 8 anos	42%	59%	58%	23%	58%	95%
Total (N)	50	29	72	22	83	79

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”.

Na rodada 2007/2008, o PT também é a agremiação que conta com parlamentares estaduais com mais tempo de filiação: 95% de seus deputados estão oficialmente ligados à legenda a mais de oito anos. Praticamente empatados vêm, em seguida, PDT (59% com mais de oito anos de filiação), PSDB e PMDB (58% dos deputados com mais de oito anos de filiação). Já o DEM tinha, na primeira rodada da pesquisa, 42% de seus deputados entre aqueles com maior tempo de filiação. O PSB, por sua vez, se manteve nas duas rodadas como o partido com o menor percentual de parlamentares com mais de oito anos de filiação. Além disso, metade dos parlamentares socialistas entrevistados tinham quatro anos ou menos de filiação ao partido no ano de 2008.

Cabe salientar, ainda, que, de 2008 para 2012, o tempo prévio de filiação dos deputados estaduais aumentou para todos os partidos analisados, com exceção do PT, que manteve a dianteira nas duas rodadas da pesquisa, com 95% dos entrevistados pertencendo ao partido há mais de oito anos. No caso do PMDB, a taxa de parlamentares com mais de oito anos de filiação aumentou em 24 pontos percentuais. No PSB, esse aumento foi de 20 pontos percentuais no período de quatro anos, e no PSDB de 16 pontos percentuais. Os dados demonstram, portanto, um acomodamento

das elites subnacionais a seus partidos. No entanto, tendo em vista as regras permissivas referentes à migração para partidos recém-criados e as altas taxas de renovação dos parlamentos, não é possível dizer que o aumento no tempo de filiação partidária vá manter-se ao longo dos anos.

Para a operacionalização dos argumentos expostos, iremos, como foi feito com as demais variáveis, estipular três categorias a partir dos dados apresentados: a categoria a receber a maior pontuação, dois pontos, será aquela composta pelos partidos que têm, em média, nas duas legislaturas, mais de 70% de seus deputados estaduais com tempo de filiação superior a oito anos. Apenas o PT se enquadra nesta categoria.

Já a categoria de partidos que têm entre 50,1% e 70% dos deputados entrevistados com filiação superior a oito anos é composta por PMDB (69,9%), PSDB (67,2%), PDT (62,3%) e DEM (51,2%). Cada uma dessas agremiações receberá um ponto. Já o PSB, que tem apenas 32,9% de seus deputados estaduais com tempo médio de filiação superior a oito anos em ambas as legislaturas observadas, não soma pontos no cômputo geral dos fatores responsáveis por gerar uma maior coesão programática.

2.3.4 Combinação de fatores causais: as condições necessárias para a geração de um alto grau de coesão programática

Nesta seção, apresentamos quatro condições que, de acordo com as teorias utilizadas, quando atendidas, deverão gerar um grau de coesão programática intrapartidária mais elevado do que aquele pertinente às agremiações que não atenderem às condições estabelecidas. Para que possamos fazer uma leitura adequada dos resultados - sistematizados no Quadro 1 - devemos atentar para os procedimentos metodológicos que nos guiaram até aqui. Assim, cabe explicitar que quanto maior o número de condições atendidas por um partido, mais próximo de oito será a pontuação por ele obtida, uma vez que o valor atribuído a cada categoria capaz de gerar um alto grau de coesão em cada uma das quatro variáveis listadas é 2. Da mesma maneira, cada vez que um partido não atender a alguma das condições propostas para a obtenção de um alto grau de coesão programática, ele será enquadrado na categoria de valor zero. Há, ainda, a possibilidade de o partido encontrar-se em uma situação intermediária, atendendo apenas em parte à dada condição. Nesse caso, ele será enquadrado na categoria de valor 1. Assim, em uma escala que vai de 0 a 8, quanto mais próximo de 0 o partido estiver, menos elementos geradores da coesão ele deverá reunir e quanto mais

próximo de 8 ele se posicionar, maior será o número de fatores geradores da coesão presentes no partido.

Quadro 1 - Fatores explicativos da coesão

Partido	V 1	V 2	V 3	V 4	Total
PT	2	2	2	2	8
PDT	1	1	2	1	5
PSDB	2	1	1	1	5
PSB	1	1	2	0	4
DEM	1	1	0	1	3
PMDB	0	0	1	1	2

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme pode ser observado no Quadro 1, o PT deverá ser o partido em análise a obter o maior grau de coesão programática; enquanto o PMDB deverá ser a agremiação a apresentar a maior dispersão de preferências. Já PDT e PSDB deverão vir empatados em segundo lugar. Cabe destacar que, apesar do resultado final idêntico, tucanos e trabalhistas obtêm valores diferentes nas variáveis 1 e 3. Isto é, o PSDB atende à condição que diz respeito à presidencialização das disputas, enquanto o PDT, nesta mesma variável, é enquadrado na categoria intermediária; já quando analisamos a variável concernente ao posicionamento ideológico das agremiações, a situação se inverte: o PDT, de esquerda, marca 2 e o PSDB, localizado no centro da escala, obtém 1. Na terceira e quarta posições vêm, respectivamente, o PSB e o DEM.

CAPÍTULO 3 A CONVERGÊNCIA PROGRAMÁTICA INTRAPARTIDÁRIA

3.1 Os graus de coesão programática em seis partidos brasileiros

Neste capítulo, buscaremos responder às perguntas de pesquisa que guiaram esta dissertação até aqui: Quais os níveis de coesão programática dos partidos analisados? A combinação dos fatores causais elencados tem a capacidade de explicar os graus de coesão dos seis partidos em análise? Qual análise é possível fazer a partir dos resultados obtidos? Para tanto, tomamos a convergência intrapartidária - mensurada por meio da distribuição de preferências de deputados estaduais de doze unidades federativas acerca de 38 questões programáticas - como *proxy* da coesão, entendida aqui como a diferenciação de posições políticas dentro de um mesmo partido (Tsebelis, 1997).

Para cumprir nosso objetivo, utilizamos os dados provenientes do projeto “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”, que consistiu na realização de entrevistas pessoais, com a aplicação de questionários estruturados e padronizados, junto a deputados estaduais de 24 partidos em assembleias legislativas de doze estados da federação: Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso, Pará e Tocantins.

Para este estudo, selecionamos como unidades de análise PT, PSDB, PMDB, PDT, DEM e PSB, partidos que, além de contarem com o maior número de respondentes no cômputo das duas rodadas de pesquisa, também figuram entre as mais relevantes agremiações de nosso sistema partidário.

Quadro 2 – Número de respondentes

Partidos	Número de respondentes na 1ª rodada	Número de respondentes na 2ª rodada	Total
PSDB	86	51	137
PT	80	85	165
PMDB	76	45	121
DEM	55	14	69
PDT	30	29	59
PSB	22	30	52
Total	349	254	603

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”.

Durante a primeira rodada da pesquisa, que aconteceu nos anos de 2007 e 2008, foram entrevistados 349 deputados dos seis partidos em foco. Participaram desta etapa 30 deputados do PDT, 80 do PT, 76 do PMDB, 55 do DEM, 22 do PSB e 86 do PSDB. A rodada seguinte foi realizada em 2012, quando foram entrevistados 29 deputados do PDT, 85 do PT, 45 do PMDB, 14 do DEM, 30 do PSB e 51 do PSDB, totalizando 254 entrevistas. No cômputo das duas rodadas, conforme consta do Quadro 2, foram entrevistados 603 parlamentares.

3.2 Procedimentos para a mensuração da distribuição de preferências programáticas nos partidos em análise

Para a mensuração da convergência programática utilizamos o Índice de *Rice* e o Índice de Fragmentação. O primeiro foi utilizado para as 23 variáveis dicotômicas que compõem o Índice Geral de Coesão (IGC). Já o segundo foi utilizado para 15 variáveis compostas por três ou mais categorias, as quais também fazem parte do IGC.

O Índice de *Rice* costuma ser utilizado para apresentar o grau de homogeneidade no comportamento das bancadas partidárias nos parlamentos. Ele é calculado pela fórmula $RICE_{ij} = |\%sim_{ij} - \%não_{ij}|$, isto é, a porcentagem de votos sim do partido *i* na votação *j* subtraída pela porcentagem de votos contrários do mesmo partido naquela mesma votação. Ao escolhermos este índice, tomamos sua fórmula como expressão da porcentagem de deputados do partido *i* que optou pela resposta 1 da questão *j* subtraída

pela porcentagem de respondentes do partido i que escolheu a alternativa 2 da mesma questão j . Ao dividirmos o resultado obtido por 100, o escore *Rice* variou de 0 a 1, de maneira que quanto mais coeso o partido em torno de dado posicionamento programático, mais próximo de 1 terá sido o resultado. Já nas situações em que houve dispersão total, isto é, metade dos respondentes optou pela categoria 1 e a outra metade escolheu a categoria 2, o resultado obtido terá sido zero.

Já o Índice de Fragmentação costuma ser utilizado para avaliar o grau de dispersão do poder, medido em cadeiras, em um corpo legislativo. A expressão matemática da fragmentação é: $F = 1 - \sum p_i^2$, onde p_i é a proporção de cadeiras (em números decimais) do partido i . Para nosso objetivo, tomamos p_i como a proporção de respostas dadas pelos respondentes do partido i (em números decimais) em cada uma das opções da escala.

A partir de então, calculamos a mediana dos graus de convergência intrapartidária obtidos pelos seis partidos em cada uma das 38 variáveis que vão compor o IGC. Isso nos permitiu atribuir três valores distintos aos partidos (1, 0,5 ou 0) a depender do nível de convergência encontrado. Assim, nos casos em que o grau de convergência de um partido em dada questão for igual à mediana, ele receberá 0,5 pontos; nas situações em que o partido ficar no grupo das agremiações mais coesas, sua pontuação será 1; já a legenda classificada entre as menos coesas vai pontuar 0. Cabe salientar que quando utilizado o Índice de *Rice*, os partidos mais coesos se localizam acima da mediana e os menos coesos abaixo dela, uma vez que quanto mais convergentes as preferências partidárias em torno de dado posicionamento programático, mais próximo de 1 será o resultado. Já quando utilizada a expressão matemática da Fragmentação, dá-se o inverso, isto é, as agremiações mais coesas se localizam abaixo da mediana e as menos coesas acima dela.

A análise dos graus de coesão programática de PT, PSDB, PMDB, PDT, PSB e DEM, nos permitirá apresentar, além de um Índice Geral de Coesão (IGC), o grau de coesão desses partidos acerca de três dimensões programáticas distintas, construídas a partir da reunião das perguntas selecionadas do projeto “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação” que apresentam proximidade temática entre si. A partir desse critério, apresentamos três dimensões programáticas: (1) Intervenção do Estado na economia, (2) Direitos humanos e Direitos civis e (3) Representação e sistema político. A seguir, serão analisados os graus de coesão dos partidos acerca de cada uma dessas três dimensões.

3.3 Graus de coesão dos partidos: o nível de intervenção do Estado na economia

A dimensão “*Intervenção do Estado na economia*” é composta por quatro variáveis, sendo uma proveniente da primeira rodada e três da segunda rodada do projeto “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”. As perguntas dizem respeito ao grau de intervenção desejável do Estado na economia; ao nível de controle que o Estado deve ter sobre a gestão de serviços públicos como água, eletricidade ou transporte; e ao nível de controle que o Estado deve ter sobre os recursos naturais como gás, petróleo ou os minerais.

Ao adotarmos os procedimentos metodológicos já explicitados, chegamos aos seguintes resultados delineados no Quadro 3: PT e PDT, os partidos mais à esquerda da nossa amostra, são aqueles com os maiores graus de coesão no que tange à dimensão econômica. Em terceiro lugar vem o PSB, agremiação que ocupa a terceira posição na escala esquerda-direita. PMDB e PSDB, partidos localizados no centro do espectro ideológico, não pontuam na dimensão Estado X Mercado. Já o DEM, único partido de direita da nossa amostra, obteve dois pontos nessa dimensão⁴⁰.

⁴⁰ As tabelas com os índices de Rice e de fragmentação relativas a esta dimensão programática constam do Anexo I.

Quadro 3 Graus de coesão - Variáveis econômicas

	PT	PDT	PSB	DEM	PSDB	PMDB
V1 - 2007/08 ⁴¹	0,5	0,5	1	1	0	0
V2 - 2012 ⁴²	1	1	0	1	0	0
V3 - 2012 ⁴³	1	1	1	0	0	0
V4 - 2012 ⁴⁴	1	1	1	0	0	0
Coesão total – 2 rodadas	3,5	3,5	3	2	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”.

Não é possível analisar os resultados obtidos sem relacioná-los à dimensão ideológica, uma vez que, apesar do caráter polissêmico dos termos esquerda e direita (Mair, 2009; Sartori, 1982), uma classificação “quase universalmente conhecida como exata” afirma que “a extremidade esquerda da escala (ideológica) representa controle governamental pleno e que a extremidade direita significa um mercado completamente livre” (Downs; 1999, p. 137).

Sem perder de vista a possibilidade de outras associações conceituais para os termos esquerda e direita, fica bastante claro, a partir da definição proposta, o caráter substantivo da disjuntiva ideológica no que tange a preferências por programas e políticas públicas. No entanto, esta clareza conceitual presente na definição dos termos esquerda e direita tende a diminuir quando se chega ao centro da escala ideológica. Conforme propõe Bobbio (1995, p.39) o centro entendido como o Terceiro Incluído pode ser definido pela negação, isto é, não é nem esquerda, nem direita. Ele pode, ainda, ser definido como o Terceiro Inclusivo ou Terceira Via, isto é:

⁴¹V1 - O(a) Sr.(a) poderia me dizer se é mais favorável a uma economia regulada pelo Estado ou pelo mercado? Utilize a seguinte escala, onde 1 indica “máxima liberdade para o mercado” e 5 “máxima presença do Estado na economia”.

⁴²V2 - O(a) Sr.(a). poderia me dizer se é mais favorável a uma economia regulada pelo Estado ou pelo mercado? Para isso, utilize a seguinte escala, onde 1 indica “máxima presença do estado na economia” e 10 “máxima liberdade para o mercado”.

⁴³V3 - Falando sobre a prestação dos serviços públicos, qual é, na opinião do(a) Sr(a), o nível de controle que o Estado deve ter sobre a gestão de serviços públicos como água, eletricidade ou transporte, entre outros. Utilize para isso a escala que varia de "1", que significa que os serviços públicos devem ser prestados e gerenciados pelo Estado, a "10", que os serviços públicos devem ser prestados e gerenciados por empresas privadas.

⁴⁴V4 - Na opinião do(a) Sr(a), que nível de controle o Estado deve ter sobre os recursos naturais como gás, petróleo ou os minerais? Utilize para isso a escala que varia de 1 a 10, onde "1" significa que os recursos naturais devem ser explorados e gerenciados pelo Estado a "10" que os recursos naturais devem ser explorados e gerenciados por empresas privadas.

“Uma posição que, diferentemente da do centro, não está no meio da direita e da esquerda, mas pretende ir além de uma e de outra. Em termos práticos, uma política de Terceira Via é uma política de centro, mas idealmente ela se apresenta não como uma forma de compromisso entre dois extremos, mas como uma superação simultânea de um e de outro e, portanto como uma simultânea aceitação e supressão deles (e não, como na posição do Terceiro Incluído, refutação e separação)”.

Seja como uma simultânea aceitação e supressão dos extremos esquerda e direita para ir além deles e anulá-los, de maneira a englobá-los numa síntese superior, como acontece com a Terceira Via, seja como o Terceiro Incluído, que não busca eliminar os dois extremos, mas se aceita como posição intermediária entre eles, distanciando-os como um espaço cinza entre o branco e o preto, (Bobbio, 1998), fato é que falta ao centro a clareza conceitual que pode ser observada na direita e na esquerda no que tange ao tema em foco: o grau de intervenção do Estado na economia. Sendo assim, atentar para o posicionamento ideológico das legendas nos parece essencial para que possamos compreender a dispersão de opiniões quanto à dimensão econômica observada nos partidos de centro (PSDB e PMDB), bem como a maior homogeneidade encontrada nas legendas de esquerda e de direita.

Cabe também salientar que os partidos brasileiros dedicam boa parte de seus programas para tratar do papel do Estado na economia. A esse respeito convém recorrer a Panebianco (2005, pp. 15 e 16), para quem

“numa organização consolidada, as atividades voltadas para assegurar a sua sobrevivência são geralmente preponderantes em relação às atividades vinculadas à busca da realização dos objetivos, de cuja obtenção surge a organização. Do mesmo modo, os diferentes agentes organizativos tentam alcançar uma pluralidade de objetivos frequentemente opostos entre si”.

No entanto, para esse mesmo autor (pp. 16 e 17), “os ‘objetivos oficiais’ não podem ser reduzidos a uma mera fachada nem a um produto contingente dos equilíbrios organizativos”, de modo que, para ele, mesmo em organizações partidárias consolidadas, os objetivos oficiais delineados nos programas deverão continuar a exercer um peso efetivo tanto no que diz respeito às relações do partido com o ambiente, como no que concerne aos processos internos da organização. Sendo assim, cabe verificar se uma maior clareza programática no que tange ao grau de intervenção do Estado na economia está associada à maior coesão em torno desse mesmo tema. Para

tanto, serão analisados os documentos oficiais que delineiam o ideário das seis organizações que compõem a nossa amostra acerca da temática em tela.

A esse respeito, o PMDB é o partido que apresenta as diretrizes mais genéricas a respeito do grau de intervenção do Estado na economia, inclusive, sem fechar questão sobre o tema em seu programa, o que condiz com sua falta de coesão a respeito dessa dimensão.

De acordo com o programa aprovado na Convenção Nacional do dia 21 de maio de 1994 e ratificado para publicação e registro na Convenção Nacional de 24 de março de 1996, o partido faz a defesa do mercado como “um espaço para o exercício da cidadania, para a livre circulação de informações e para orientação das agências governamentais responsáveis pelo planejamento indicativo”. O PMDB entende, ainda, que a economia brasileira deva operar como economia mista, ao mesmo tempo em que advoga que desenvolvimento significa, entre outras coisas, a “multiplicação de empresas pela livre iniciativa”. Além disso, o programa rechaça o que classifica como políticas neoliberais dos anos 1990, por considerá-las como responsáveis por promover “o desmonte do Estado, a desorganização da atividade produtiva e a profunda deterioração das condições de vida do nosso povo”.

Já na seção do programa denominada “Estado e monopólio”, o partido afirma que está “pendente de discussão” a possibilidade de monopólios do setor produtivo e de serviços poderem ser flexibilizados através de concessões, o que demonstra clara e formalmente sua falta de coesão sobre a temática aqui analisada, de maneira condizente com o resultado expresso no Quadro 3. Além disso, a heterogeneidade de preferências da legenda expressa em nossa pesquisa referenda as análises que a literatura faz do PMDB, recorrentemente caracterizado como uma agremiação heterogênea (Reis, 1982; Melo, 2007).

Já o PSDB, o outro partido de centro da nossa amostra, ao contrário do PMDB, apresenta diretrizes claras quanto ao seu posicionamento econômico, especialmente presentes na atualização de seu programa, que foi aprovada em 2007 e está vigente até hoje. No entanto, entre os tucanos, a clareza programática não está associada à homogeneidade de preferências, uma vez que o partido não pontua em nenhuma das quatro questões que compõem a dimensão econômica.

No programa original do partido⁴⁵, que data de 1988, os tucanos exaltam a herança democrática do liberalismo, ao mesmo tempo em que declaram não partilhar “com os liberais conservadores a crença cega no automatismo das forças de mercado”. O partido afirma, ainda, que “a propriedade privada dos meios de produção constitui a base do sistema econômico brasileiro, devendo ser garantida na medida em que atenda ao princípio da sua função social e se harmonize com a valorização do trabalho e do trabalhador”. Além disso, os tucanos também exaltam a acumulação de capital, por meio da integração soberana do país ao sistema econômico internacional.

Já no programa de 2007⁴⁶, o partido faz a defesa enfática de seus dois mandatos à frente da presidência da República ao afirmar que “a flexibilização dos monopólios e a privatização de empresas estatais possibilitaram a retomada em grande escala dos investimentos em setores estratégicos como telecomunicações, energia elétrica, petróleo, transportes, mineração e siderurgia”. Apesar da clareza expressa no programa do PSDB sobre o papel que o Estado deve desempenhar na gestão dos serviços públicos e sobre o nível de controle que ele deve ter sobre os recursos naturais - questões mensuradas em nossa pesquisa -, o partido encontra-se entre as agremiações menos coesas no que se refere à distribuição de preferências sobre temas econômicos. Assim, em relação aos dois partidos de centro, é possível perceber que a falta de coesão do PMDB condiz com a falta de clareza de seu programa; já a dispersão de preferências no PSDB existe a despeito de seu ideário econômico estar claramente expresso em seu programa.

Já os partidos de esquerda, os mais coesos da nossa amostra, apresentam, de maneira coerente com os resultados obtidos, diretrizes claras quanto ao papel que, de acordo com eles, deve ser reservado ao Estado na gestão da economia.

No programa do PSB⁴⁷, que manteve as diretrizes aprovadas em convenção do partido de mesmo nome que atuou na democracia de 1946 a 1964, está expressa a defesa da socialização gradativa de todos os bens passíveis de criar riquezas. Além disso, a agremiação defende que enquanto não lhe for possível, como governo, cumprir este objetivo, as fontes e empresas de energia, transportes e indústrias extrativistas consideradas fundamentais deverão ser nacionalizadas. A clareza programática concernente ao papel do Estado na economia condiz com o alto grau de coesão que os

⁴⁵ http://static.psdb.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Programa_250688.pdf

⁴⁶ http://static.psdb.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Programa_PSDB_2007.pdf

⁴⁷ <http://www.psb40.org.br/fixa.asp?det=1>

deputados estaduais do partido apresentaram a esse respeito. Cabe salientar que a homogeneidade de preferências sobre a dimensão econômica pôde ser observada, a despeito de o seu ex-presidente e candidato a presidência da República em 2014, Eduardo Campos, ter defendido a mudança do programa ao advogar a retirada da defesa da socialização dos meios de produção do documento. A possibilidade de alteração, que causou polêmica à época entre as lideranças partidárias, no entanto, nunca chegou a acontecer de fato, de modo que o programa, tal como foi aqui explicitado continua vigente até hoje.

Assim como o PSB, o PT também defende o socialismo democrático em suas diretrizes programáticas. A afirmação está expressa em sua Carta de Princípios⁴⁸, de 1979, e no Artigo 1º de seu Estatuto⁴⁹, que foi modificado pela última vez em 2013. Além disso, em sua Carta de Princípios o partido afirma ser contrário à “acumulação capitalista”. Já em seu Manifesto de fundação⁵⁰, aprovado pelo Movimento Pró-PT, em fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, o partido defende a construção de “uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores”. Outra referência clara de seu posicionamento quanto à dimensão econômica consta da Resolução Política⁵¹ aprovada no mais recente Congresso do PT, ocorrido em 2011, quando o partido chama de “privataria” o processo de privatizações do governo FHC, numa óbvia junção das palavras privatização e pirataria, muito usada pelos críticos da gestão tucana. Além disso, no documento, o partido defende o que ele considera como fortalecimento das empresas públicas nos governos petistas.

O outro partido de esquerda da nossa amostra, o PDT, também se define como adepto do “socialismo democrático” e, no que tange especificamente ao papel do Estado na economia, defende, em seu programa, que os ramos estratégicos da produção, tais como a energia elétrica, a siderurgia e suas matérias-primas, o petróleo e seus derivados, os recursos minerais escassos, as redes de comunicação, os sistema bancário e financeiro, os serviços urbanos básicos e o comércio exterior devam ser propriedades do setor público⁵².

⁴⁸ <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/03/cartadepincipios.pdf>

⁴⁹ https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/04/ESTATUTO_PT_2012_-_VERSAO_FINAL_registrada.pdf

⁵⁰ <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/04/manifestodefundacaopt.pdf>

⁵¹ http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/04/RESOLUCAO_POLITICA4CONGRESSO_versao_final_2.doc

⁵² Programa do PDT: <http://www.pdt.org.br/index.php/pdt/programa/3-no-plano-economico>

O DEM, único partido de direita da nossa amostra, também apresenta um ideário econômico coerente com seu posicionamento ideológico e, portanto, claramente contrário às diretrizes expostas nos programas dos partidos de esquerda analisados. No documento intitulado *Diretrizes do Democratas*⁵³, o partido defende a “limitação da atividade empresarial do Estado, condicionando-a às hipóteses de ausência da iniciativa privada e tendo em vista atender à defesa nacional ou garantir a continuidade do processo de desenvolvimento”. Além disso, em outro documento escrito e divulgado durante o mandato do PT à frente da presidência, denominado *Ideário do Democratas*⁵⁴, o partido afirma estar preocupado com o “o crescimento descontrolado da atividade empresarial do Estado”, que ele considera que, “em muitas áreas, transborda dos limites aceitos num regime econômico, social e político, de livre competição”. No que tange ao grau de coesão acerca de temas econômicos, cabe ressaltar que o DEM se encontra em uma posição intermediária, isto é, entre as agremiações de esquerda, mais coesas nesta dimensão, e as de centro, menos coesas. Além disso, é possível perceber que o DEM figura entre os partidos mais coesos nas duas questões que mensuram o grau de intervenção desejável do Estado na economia sem explicitar quaisquer áreas de atuação específicas. Já quando é solicitado aos respondentes que se posicionem quanto ao papel que o Estado deve ter no gerenciamento de segmentos específicos como mineração, geração de eletricidade e transporte, o partido não pontua.

A partir das informações trazidas, é possível constatar que, à exceção do PMDB, todos os partidos são bastante claros em seus documentos programáticos quanto ao grau desejável de intervenção do Estado na economia. No entanto, cabe salientar que o programa peemedebista condiz com a falta de coesão do partido expressa no Quadro 3. Já o PSDB foi o único dos seis partidos que não apresentou associação entre o grau de coesão e o nível de clareza de seu programa sobre questões de ordem econômica. Isto é, apesar de o PSDB explicitar suas diretrizes econômicas em seus programas, o partido se encontra entre os menos coesos nas quatro questões de nossa pesquisa sobre o tema. Tal fato reforça o argumento trazido no início desta seção de que os partidos que ocupam as extremidades da escala ideológica tendem a ser mais coesos quanto ao grau de intervenção do Estado na economia do que os ocupantes do centro.

⁵³ *Diretrizes do Democratas* (p. 3): <http://www.dem.org.br/wp-content/uploads/2011/01/Diretrizes1.pdf>

⁵⁴ *Ideário do Democratas* (p.1): <http://www.dem.org.br/wp-content/uploads/2011/01/Ideario-do-Democratas.pdf>

Especificamente no que tange aos programas partidários, sua análise nos dá elementos para contrariar a propalada falta de coerência no comportamento dos partidos ao menos em nível nacional, isto é, os três partidos que se classificam como socialistas democráticos caminham juntos na maior parte do tempo desde que foram formados, seja nas disputas presidenciais, seja como base de apoio ao PT ou na oposição ao PSDB. Já os tucanos e democratas, partidos que mais defendem o livre mercado em seus programas, advogando que os principais setores da economia devam estar sob o comando da iniciativa privada, também são parceiros preferenciais tanto na atuação congressual quanto nas eleições nacionais. O PMDB, por sua vez, ao não fechar questão sobre a concessão de serviços públicos à iniciativa privada, facilita sua participação no polo encabeçado pelo PT, bem como no polo liderado pelos tucanos, a depender da conjuntura política, de modo condizente com seu perfil *office-seeking*. Devemos salientar, contudo, que em nível subnacional a história é outra: PDT, PSB, PSDB e DEM se aliam nos estados e nos grandes municípios a depender da dinâmica local, a despeito das diferenças programáticas registradas em documentos partidários.

Além disso, os resultados obtidos por nossa pesquisa no que tange à dimensão econômica demonstram que, apesar dos incentivos institucionais e conjunturais para que os partidos obedeçam a dinâmicas regionais próprias, nem todos eles são programaticamente incoerentes quanto a questões econômicas, mesmo quando tomamos os deputados estaduais como unidades de medida, o que torna o nosso teste ainda mais rigoroso.

3.3.1 O posicionamento médio dos partidos na dimensão “Intervenção do Estado na Economia”

A partir da análise do posicionamento médio dos partidos nas quatro variáveis que compõem a dimensão “Intervenção do Estado na Economia”, é possível perceber que o PT, que é o partido mais à esquerda da nossa amostra, apresenta sempre a posição mais pró-Estado.

Já o DEM, que ocupa o lado oposto da escala ideológica, é o partido mais pró-mercado na rodada 2007, junto com o PSDB, agremiação de centro, que é sua parceira preferencial em disputas eleitorais e na formação de coalizões governativas. Em uma escala que vai de 1 a 5, onde 1 indica “máxima liberdade para o mercado” e 5 “máxima presença do Estado na economia”, o posicionamento médio dos dois partidos é 2, isto é,

pró-mercado. Localizados entre PT, de um lado, e PSDB e DEM, de outro, estão PSB, PMDB e PDT.

Tabela 4 - Variável 1 “Você é mais favorável a uma economia regulada pelo Estado ou pelo mercado?”
Posicionamento médio dos partidos (2007/08)

Partido	Média
DEM	2
PSDB	2
PMDB	3
PDT	3
PSB	3
PT	4

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”.

Na rodada 2012, quando a mesma pergunta é feita aos parlamentares, o DEM passa a ocupar sozinho o posto de partido com o posicionamento médio mais pró-mercado. No entanto, devemos atentar para o fato de que, apesar de a pergunta ser a mesma tanto em 2007/08, quanto em 2012, as alternativas de resposta mudaram. Na segunda rodada, os parlamentares puderam se posicionar em uma escala que vai de 1 a 10, onde 1 indica “máxima presença do estado na economia” e 10 “máxima liberdade para o mercado”. Nessa nova escala, o posicionamento médio do DEM foi 7. PMDB, PDT e PSDB não apresentaram diferença quanto ao seu posicionamento médio nesta rodada: 6. Já o posicionamento médio dos parlamentares socialistas foi 5.

Tabela 5 Variável 2 “Você é favorável a uma economia regulada pelo Estado ou pelo mercado?”.
Posicionamento médio dos partidos (2012)

Partido	Média
PT	4
PSB	5
PDT	6
PMDB	6
PSDB	6
DEM	7

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”.

Na variável que avalia as preferências dos parlamentares estaduais estratificados por partidos quanto ao nível de controle que o Estado deve ter sobre recursos naturais como gás, petróleo ou os minerais, o posicionamento médio dos tucanos e democratas, mais uma vez, é o mais pró-mercado, com ambos os partidos ocupando o espaço 5 na escala que vai de 1 a 10, onde "1" significa que os recursos naturais devem ser explorados e gerenciados pelo Estado e "10", que os recursos naturais devem ser explorados e gerenciados por empresas privadas. Entre o posicionamento médio do PT e de tucanos e democratas estão PDT, PSB e PMDB, com os dois partidos de esquerda mais próximos do PT, e o PMDB mais próximo de PSDB e DEM.

Tabela 6 Variável 3 “Que nível de controle o Estado deve ter sobre os recursos naturais como gás, petróleo ou os minerais?”
Posicionamento médio dos partidos (2012)

Partido	Média
PT	2
PDT	3
PSB	3
PMDB	4
DEM	5
PSDB	5

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”.

Em relação à questão que avaliou as preferências dos parlamentares quanto ao nível de controle que o Estado deve ter sobre a gestão de serviços públicos como água, eletricidade ou transporte, o PSDB aparece como a legenda com o posicionamento médio mais pró-mercado. Na escala que vai de 1 a 10, onde "1" significa que os serviços públicos devem ser prestados e gerenciados pelo Estado e "10", que os serviços públicos devem ser prestados e gerenciados por empresas privadas, o posicionamento médio dos tucanos foi 6. Em seguida aparecem DEM e PMDB, cujas preferências de seus parlamentares foram responsáveis por colocar os partidos na posição 5. Já PSB e PDT, aliados do PT em nível nacional na maior parte de suas existências, se posicionaram mais próximos dos petistas.

Tabela 7 Variável 4 “Qual é o nível de controle que o Estado deve ter sobre a gestão de serviços públicos como água, eletricidade ou transporte, entre outros?”.
Posicionamento médio dos partidos (2012)

Partido	Média
PT	3
PDT	4
PSB	4
DEM	5
PMDB	5
PSDB	6

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”.

A partir dos resultados obtidos, é possível dividir os posicionamentos médios dos partidos em cada uma das questões em três categorias, conforme o Quadro abaixo. Na escala de 1 a 5 foram consideradas pró-mercado as posições 1 e 2 e pró-Estado as posições 4 e 5. A posição 3 foi categorizada como intermediária. Já na escala 2012, as posições 1 a 4 foram categorizadas como pró-Estado, 5 e 6 como a categoria intermediária e as posições 7 a 10 foram classificadas como pró-mercado. A partir do Quadro 4, é possível perceber que o DEM é o partido mais pró-mercado entre as seis legendas analisadas, seguido pelo PSDB. O PMDB apresenta posicionamento pró-

Estado em uma variável e intermediário em três. Já PDT e PSB, os partidos mais próximos do PT, apresentam preferências médias pró-Estado em duas questões e pró-mercado em outras duas. O PT, por sua vez, tem posicionamentos médios pró-Estado nas quatro variáveis analisadas.

Quadro 4 - Nível de intervenção do Estado na economia

Partidos	Posicionamento		
	Pró-Estado	Intermediário	Pró-Mercado
PT	4 variáveis	0 variável	0 variável
PDT	2 variáveis	2 variáveis	0 variável
PSB	2 variáveis	2 variáveis	0 variável
PMDB	1 variável	3 variáveis	0 variável
PSDB	0 variável	3 variáveis	1 variável
DEM	0 variável	2 variáveis	2 variáveis

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”.

A partir dos resultados é possível perceber que a relação entre posicionamento ideológico e preferências quanto ao grau desejável de intervenção do Estado na economia é bastante clara. O partido mais à esquerda, o PT, é também aquele mais pró-Estado nas quatro variáveis. Próximas do PT, com dois posicionamentos pró-Estado e dois intermediários, vêm as duas outras agremiações de esquerda: PSB e PDT. Entre o bloco de esquerda e a agremiação de direita, figuram o PSDB e o PMDB, partidos de centro. Como o partido mais pró-mercado aparece a única legenda de direita que compõe a amostra analisada: o DEM.

Cabe salientar, ainda, que a distribuição das preferências dos partidos condizem também com o seu comportamento em nível nacional, tanto no que tange à formação de alianças eleitorais quanto no que diz respeito às coalizões governativas. Isto é, DEM e PSDB, parceiros preferenciais nas disputas eleitorais e na formação de coalizões, se aproximam ao aparecerem como as legendas mais pró-mercado. Já PSB e PDT, que atuam majoritariamente unidos ao PT no Congresso e em disputas nacionais, apresentam as preferências mais próximas dos petistas entre os partidos analisados. Já o

PMDB, que apoia ora o bloco de centro-direita, ora o bloco de centro-esquerda figura entre o polo liderado pelo PSDB e o polo liderado pelo PT.

3.4. Graus de coesão dos partidos: Dimensão Direitos Humanos e Direitos Civis

Além da dimensão esquerda/direita, geralmente definida pelo grau de intervenção do Estado na economia, há outro importante eixo a distinguir os partidos políticos: o eixo progressista-conservador. Assim como acontece com os termos direita e esquerda, eles também são expressões polissêmicas, sendo classificados pela literatura como extremamente ambíguos e complexos (Bobbio, 1998, p. 243).

Para o cumprimento de um dos objetivos analíticos desta seção, qual seja, classificar os partidos no eixo progressista-conservador a partir de questões substantivas, não precisamos adentrar no intenso debate da filosofia política acerca das conceituações desses dois termos, no entanto, faz-se necessário delimitá-los minimamente. Nessa perspectiva, é possível definir o conservadorismo sob a ótica da relação liberdade-limite no homem, isto é, “(...) como um conjunto de posicionamentos de defesa do controle social pelo Estado contra a falibilidade do indivíduo (...)” (Tarouco e Madeira, 2013).

Cabe também salientar que o conservadorismo ora é apresentado em oposição ao liberalismo, ora ao progressismo. Para evitarmos confusões conceituais com o liberalismo econômico, adotamos a expressão progressismo como contraponto aos posicionamentos conservadores. Assim, o progressismo é entendido aqui como a defesa de direitos e liberdades individuais, na esfera comportamental, contra a intervenção do Estado.

Tendo em vista as definições dos termos que vão guiar a nossa análise, cabe apresentar os temas sobre os quais os deputados estaduais se posicionaram: (1) união civil de pessoas do mesmo sexo, (2) eutanásia, (3) descriminalização do uso de drogas, (4) experiência com células-tronco embrionárias, (5) proibição da venda de armas de fogo, (6) aborto, (7) diminuição da maioridade penal e (8) pena de morte. Apenas a pergunta sobre as células-tronco não foi feita nas duas rodadas da pesquisa.

Tendo em vista as definições dos termos progressista e conservador aqui adotadas, foram considerados progressistas os partidos cuja maioria absoluta dos deputados se posicionou favorável às seis primeiras questões. Com relação à pena de morte e à diminuição da maioridade penal, foi o inverso: os partidos progressistas foram

aqueles majoritariamente contrários a essas medidas. Já os partidos cuja maioria absoluta dos deputados se posicionou contrariamente às seis primeiras questões foram considerados conservadores. Também em relação à pena de morte e à diminuição da maioria penal valeu o critério da maioria absoluta para os partidos conservadores.

Quadro 5 – Classificação dos partidos quanto ao progressismo/conservadorismo

Contra ou a favor?	PT	PSDB	PDT	DEM	PSB	PMDB
União civil de pessoas do mesmo sexo 2007/08	P	P	P	P	P	---
Eutanásia 2007/08	---	---	---	C	C	C
Descriminalização das drogas 2007/08	---	C	C	C	C	C
Experiências com células-tronco embrionárias 2007/08	P	P	P	P	P	P
Proibição da venda de armas de fogo 2007/08	P	P	---	C	---	C
Redução da maioria penal 2007/08	P	C	C	C	---	C
Pena de morte 2007/08	P	P	P	P	P	P
Legalização do Aborto 2007/08 ⁵⁵	P	---	P	---	---	---
Redução da maioria penal 2012	P	C	C	C	C	C
União civil de pessoas do mesmo sexo 2012	P	P	P	C	P	P
Pena de morte 2012	P	P	P	P	P	P
Eutanásia 2012	---	C	C	---	C	C
Descriminalização das drogas 2012	C	C	C	C	C	C
Proibição da venda de armas de fogo 2012	P	P	---	P	P	P
Legalização do aborto 2012	---	C	C	C	C	---

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”.

Legenda:

P: progressista

C: conservador

---: partidos onde não houve maioria absoluta nem contra nem a favor do tema em análise

Assim, conforme demonstra o Quadro 5, é possível perceber que todos os partidos se posicionam da mesma maneira quanto à díade progressista-conservador em quatro das 15

⁵⁵ Diferentemente das demais questões desta dimensão, esta não foi construída com duas opções de resposta (contra ou a favor), mas sim com uma escala de 1 a 10, onde 1 significa máximo apoio à legalização do aborto e 10 máximo apoio à proibição e penalização da prática. Desse modo, foram considerados favoráveis aqueles partidos cuja maioria absoluta de seus deputados se posicionou de 1 a 4 e contrários aqueles cuja maioria absoluta de seus deputados se posicionou de 7 a 10.

questões analisadas. Além disso, a partir do Quadro 6, que sumariza os resultados obtidos, tem-se que o PT e o PSDB são os únicos partidos cujas posições progressistas superam as conservadoras. Já o DEM apresenta posicionamentos conservadores em oito das questões analisadas e preferências progressistas em cinco, sendo a agremiação mais conservadora. O segundo partido mais conservador é o PMDB, que apresenta preferências progressistas em cinco questões e conservadoras em sete. Já o PDT e o PSB, de esquerda, apresentam o mesmo número de temas cujos posicionamentos são progressistas e conservadores. Esse resultado demonstra que a principal diferença quanto à distribuição dos partidos na escala esquerda-direita e o seu posicionamento no eixo progressista conservador reside no posicionamento do PSDB, que exibe mais posições progressistas que PSB e PDT, de esquerda. Já a notável distância entre PT e DEM guarda relação com o posicionamento desses partidos na escala ideológica.

Quadro 6 – Resultado total para a classificação quanto ao progressismo/conservadorismo

Posicionamento	Partido					
	PT	PSDB	PDT	PSB	PMDB	DEM
Progressista	10	7	6	6	5	5
Conservador	1	6	6	6	7	8
Indefinido	4	2	3	3	3	2
Resultado	Progressista	Progressista	Intermediário	Intermediário	Conservador	Conservador

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”.

Já no que tange ao resultado total da coesão na dimensão Direitos humanos e direitos civis, o partido mais coeso é o PT (9), seguido por PSDB (8), PDT (7,5), DEM (7), PSB (6) e PMDB (4). O total de pontos que um partido poderia marcar nessa dimensão, nas duas rodadas, seria 15⁵⁶. É possível notar que a dimensão esquerda-direita não guarda relação com o grau de coesão partidária na dimensão direitos humanos e direitos civis.

⁵⁶ Devido ao grande número de tabelas não foi possível apresentar todos os dados ao longo do texto. Para acesso aos resultados dos índices de fragmentação e de Rice para os seis partidos nas 15 questões referentes à dimensão Direitos humanos e direitos civis, ver Anexo II.

Quadro 7 – Graus de coesão na Dimensão direitos humanos e direitos civis

Contra ou a favor?	PT	PSDB	PDT	DEM	PSB	PMDB
União civil de pessoas do mesmo sexo 2007/08	1	1	1	0	0	0
Eutanásia 2007/08	1	0	0	0	1	1
Descriminalização das drogas 2007/08	0	0	0	0,5	1	1
Experiências com células-tronco embrionárias 2007/08	0	1	1	0,5	0	0
Proibição da venda de armas de fogo 2007/08	1	1	0	1	0	0
Redução da maioria penal 2007/08	1	0	0	1	0	1
Pena de morte 2007/08	1	0	1	0	0	0,5
Legalização do Aborto 2007/08	0	1	1	0	1	0
Redução da maioria penal 2012	1	1	1	0	0	0
União civil de pessoas do mesmo sexo 2012	1	1	0	0	0	0,5
Pena de morte 2012	1	0	1	0	1	0
Eutanásia 2012	0	0,5	0	1	1	0
Descriminalização das drogas 2012	0	0,5	1	1	0	0
Proibição da venda de armas de fogo 2012	1	1	0	1	0	0
Legalização do aborto 2012	0	0	0,5	1	1	0
Coesão total	9	8	7,5	7	6	4

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”.

Legenda: 1 ponto: classificado entre os partidos mais coesos da amostra

0,5: medianamente coeso

0: classificado entre os partidos menos coesos da amostra

Em relação ao PT, cabe salientar que ele foi o mais coeso nas duas rodadas, tendo obtido, em 2007/08, 5 dos 8 pontos distribuídos e, em 2012, empatando com o DEM e o PSDB, tendo obtido 4 dos 7 pontos relativos a essa dimensão programática. Na primeira rodada, o partido ficou entre as agremiações menos coesas no que concerne a três das oito questões: descriminalização do uso de drogas, legalização do aborto e liberação de experiências com células-tronco embrionárias. Em relação às duas últimas, os petistas apresentaram posicionamentos majoritariamente progressistas. Sobre a descriminalização do uso de drogas, no entanto, o PT não apresentou maioria absoluta favorável ou contrária ao tema.

Já no que diz respeito à liberação da eutanásia, união civil de pessoas do mesmo sexo, à proibição da venda de armas de fogo, à diminuição da maioridade penal e à pena de morte o partido ficou entre as agremiações mais coesas em 2007/08. Em relação aos quatro últimos temas o partido se posicionou de maneira progressista. No que concerne à liberação da eutanásia, os deputados petistas não atenderam ao critério da maioria absoluta para que o partido fosse classificado como progressista ou conservador.

Na segunda rodada, mais uma vez o PT ficou no grupo das agremiações com maior dispersão de preferências nos temas relativos à descriminalização das drogas e à descriminalização do aborto. A diferença ficou a cargo da questão relativa à liberação da eutanásia, uma vez que na rodada 2012, diferentemente do que ocorreu em 2007/08, o partido esteve entre os menos coesos, tendo apresentado, neste tema, a maior dispersão de preferências entre as seis agremiações analisadas, com um *Rice* de apenas 0,12.

No que se refere ao tema da descriminalização do uso de drogas, os petistas se dividiram ao meio na primeira rodada, com 37 deputados estaduais favoráveis e 37 contrários, apresentando a maior heterogeneidade entre todas as agremiações analisadas. Na pesquisa realizada em 2012, a dispersão sobre o tema diminuiu, com o partido obtendo um *Rice* de 0,35, com a maioria absoluta de seus parlamentares apresentando uma posição conservadora.

A respeito da descriminalização do aborto, o PT foi, entre todas as agremiações, aquela que apresentou a coesão mais baixa em 2012. O partido obteve um *Rice* de 0,03, com 37 parlamentares favoráveis e 39 contrários à legalização do procedimento. O partido mais coeso a esse respeito foi o PSB, que apresentou um *Rice* de 0,62, tendo sido majoritariamente contrário ao aborto. Já na primeira rodada, o grau de convergência quanto ao tema foi medido por meio do Índice de Fragmentação, uma vez que os parlamentares foram instados a se posicionar em uma escala que ia de um a dez, sendo um, liberdade total de decisão para a mulher, e dez, a criminalização da prática. Sobre essa questão cabe salientar que apesar de o PT ter ficado entre os partidos menos coesos, o nível de dispersão foi alto para todas as agremiações. Além disso, quando analisados os índices de fragmentação obtidos por todos os partidos, é possível perceber que a variação nos resultados foi pequena: o PMDB, o menos coeso, obteve 0,87, o PSB, o mais coeso, 0,81, enquanto o PT obteve 0,85.

Chama a atenção, ainda, o fato de que, na primeira rodada, o PT foi o mais coeso entre todos os partidos em quatro das sete questões analisadas nessa dimensão

programática. Entre as seis agremiações os petistas apresentaram os níveis mais elevados de homogeneidade de preferências no que diz respeito à união civil de pessoas do mesmo sexo, à proibição da venda de armas de fogo, à redução da maioridade penal e à pena de morte, questões onde o partido foi majoritariamente progressista. Na segunda rodada da pesquisa o PT, além de ter mantido o posicionamento progressista, foi o mais coeso nesses mesmos temas. Assim, o PT foi o partido mais coeso nas mesmas quatro questões nas duas rodadas da pesquisa. Merece destaque ainda o fato de que entre as sete questões que se repetem nas duas rodadas, o PT ficou situado no mesmo grupo em seis delas, seja junto aos mais coesos, seja junto aos menos coesos. A única exceção foi quanto à eutanásia, questão sobre a qual houve variação entre a primeira e a segunda rodada.

Já o PMDB foi o partido que menos pontuou no índice de coesão em 2012 na dimensão Direitos humanos e direitos civis, tendo ficado no grupo das agremiações com as opiniões mais dispersas em seis das sete questões analisadas. Apenas no tema referente à união civil de pessoas do mesmo sexo o partido obteve um grau de convergência igual à mediana dos resultados, tendo obtido, portanto, 0,5 pontos.

Na rodada 2007/08, o partido obteve *score* 3,5 na dimensão Direitos humanos e direitos civis. Ele ficou entre os mais coesos nas questões referentes à eutanásia, descriminalização das drogas e redução da maioridade penal. Todos eles, temas em que a posição dos deputados peemedebistas foi majoritariamente conservadora. Já no tema referente à pena de morte, o grau de convergência do partido foi igual à mediana dos resultados. Nos quatro temas em que o partido ficou no grupo das agremiações com posições mais dispersas - união civil de pessoas do mesmo sexo, experiências com células tronco-embrionárias, proibição de venda de armas de fogo e legalização do aborto – seus deputados puderam ser classificados a partir da díade progressista-conservador apenas no que concerne à proibição de venda de armas de fogo, tema sobre o qual os peemedebistas foram majoritariamente conservadores, e no que tange às experiências com células-tronco embrionárias, tema sobre o qual as opiniões dos peemedebistas foram majoritariamente progressistas. Quanto aos outros dois temas, a distribuição das opiniões dos parlamentares do PMDB não atendeu ao critério da maioria absoluta.

Ainda no que diz respeito à primeira rodada, o PMDB foi o partido com menor grau de coesão nas questões relativas à união civil de pessoas do mesmo sexo e ao aborto, apresentando, respectivamente, um Rice de 0,06 e um Índice de Fragmentação de

0,87. Já a questão relativa à descriminalização do uso de drogas, foi a única em que a agremiação apresentou o maior grau de coesão dentre os seis partidos analisados. A convergência para a posição mais conservadora gerou um *Rice* de 0,77; situação muito distinta da apresentada pelo PT que, rachado, obteve um *Rice* de zero. Pode-se perceber, ainda, que, no comparativo das duas rodadas, o PMDB manteve a mesma pontuação no índice de coesão em apenas dois temas: proibição da venda de armas de fogo e aborto.

Já o PSDB ficou entre os partidos mais coesos na primeira rodada da pesquisa em quatro questões: proibição da venda de armas de fogo, experiência com células-tronco embrionárias, união civil de pessoas do mesmo sexo e legalização do aborto. Exceto em relação à esta última, os deputados do partido se posicionaram de modo majoritariamente progressista em relação às demais. Quanto aos temas em que os tucanos ficaram no grupo dos partidos programaticamente mais dispersos - pena de morte, diminuição da maioria penal, descriminalização do uso de drogas e eutanásia -, apenas no primeiro deles o partido apresentou posição majoritariamente progressista.

Ainda a respeito da primeira rodada, cabe observar que o PSDB foi, entre as seis agremiações, a mais coesa apenas na questão relativa à experiência com células-tronco embrionárias, para a qual apresentou um *Rice* de 0,88. Por outro lado, o partido não aparece como a agremiação com posicionamentos mais dispersos em nenhum dos temas tratados na primeira rodada da dimensão Direitos Humanos e Direitos civis.

Já na segunda rodada, o PSDB esteve no grupo das agremiações mais coesas nos temas relativos à diminuição da maioria penal, união civil das pessoas do mesmo sexo e proibição da venda de armas de fogo. Ele não foi, entretanto, o partido mais coeso em nenhuma dessas questões. Quanto à eutanásia e à descriminalização do uso de drogas, os tucanos apresentaram grau de coesão igual à mediana dos resultados. Nesta rodada, eles apresentaram posicionamentos majoritariamente progressistas no que tange à pena de morte, questão em relação a qual os tucanos ficaram entre os menos coesos, à união civil de pessoas do mesmo sexo, tema sobre o qual o PSDB ficou entre os mais coesos e à proibição da venda de armas, questão em relação a qual os tucanos também ficaram entre os mais coesos.

Com relação ao comparativo das duas rodadas, o PSDB obteve a mesma pontuação no índice de coesão em três questões: união civil de pessoas do mesmo sexo, pena de morte e proibição de venda das armas de fogo. Já no que concerne à eutanásia, descriminalização das drogas e redução da maioria penal, a coesão aumentou. Apenas com relação à legalização do aborto a convergência diminuiu.

Já o Democratas obteve três pontos no índice de coesão na primeira rodada, tendo ficado entre os mais coesos nas questões relativas à proibição da venda de armas de fogo e à redução da maioria penal, sendo que o partido se posicionou de modo conservador em relação a ambas. O outro ponto obtido pelo Democratas veio das questões referentes à descriminalização das drogas e às experiências com células-tronco. O partido obteve 0,5 em cada uma delas, tendo em vista que os graus de coesão da agremiação nestas questões foram iguais às medianas dos resultados obtidos pelas seis legendas analisadas. Entre as quatro questões em que o partido ficou no grupo dos menos coesos, destaca-se a questão da pena de morte, em que o DEM apresentou o menor índice de *Rice*, 0,47. Sobre o mesmo tema, o PT foi o mais coeso, tendo obtido um *Rice* de 0,93.

A outra questão em que o DEM foi o menos coeso na primeira rodada diz respeito à eutanásia. Nesse tema, o partido obteve um *Rice* de 0,1, enquanto o PSB, agremiação que apresentou a maior convergência sobre a eutanásia obteve um *Rice* de 0,41. Nessa questão, a opinião dos democratas foi majoritariamente conservadora, com os partidários da legenda defendendo a proibição da eutanásia pelo Estado. Cabe salientar também que o DEM não foi o partido mais coeso em nenhuma das questões analisadas nessa rodada.

Já na segunda rodada, o DEM foi a agremiação menos coesa no que tange à união civil de pessoas do mesmo sexo e no que diz respeito à redução da maioria penal. Na primeira, o DEM obteve um *Rice* de 0,14, enquanto o PT, o mais coeso, obteve um *Rice* de 0,87. Na segunda questão, o DEM obteve um *Rice* de 0,29 e o PT, novamente o mais coeso, um *Rice* de 0,73. Cabe salientar também que o DEM foi conservador nos dois temas, tendo se posicionado majoritariamente contrário à união civil de pessoas do mesmo sexo e favorável à redução da maioria penal.

Entre as questões em que esteve entre os mais coesos – legalização do aborto, proibição da venda de armas de fogo, eutanásia e descriminalização das drogas -, o DEM obteve o mais alto grau de coesão apenas nesta última, tendo sido majoritariamente contrário à descriminalização das drogas. Neste tema, o DEM obteve um *Rice* de 0,82, enquanto o PSB, o menos coeso, obteve um *Rice* de 0,29.

No comparativo das duas rodadas, é possível perceber que o DEM aumentou sua coesão no que concerne à descriminalização das drogas, à eutanásia e ao aborto, passando a figurar no grupo das agremiações com maior convergência no que tange a

estas questões. O único tema em que as opiniões partidárias se tornaram mais dispersas foi quanto à maioria penal. Nas demais, os graus de convergência se mantiveram.

Já o PSB manteve a mesma pontuação no índice de coesão nas duas rodadas em cinco das sete questões que se repetem na pesquisa. Tanto em 2007/08 quanto em 2012, o partido esteve entre as agremiações mais coesas no que concerne à eutanásia e à legalização do aborto. Em relação à primeira questão, os socialistas foram majoritariamente conservadores em ambas as rodadas; já quanto à legalização do aborto, o partido, que foi majoritariamente conservador em 2012, apresentou o mesmo número de respondentes para as opções contra e a favor em 2007/08.

Já no que tange à diminuição da maioria penal, união civil de pessoas do mesmo sexo e proibição de vendas de armas de fogo os socialistas ficaram entre os mais dispersos em ambas as rodadas. Os posicionamentos do partido quanto a estes temas no que tange à díade progressista-conservador se mantiveram os mesmos apenas em relação à união civil de pessoas do mesmo sexo, questão sobre a qual os respondentes foram majoritariamente progressistas. Quanto à proibição de vendas de armas de fogo, a distribuição das opiniões dos socialistas, em 2007/08, não permitiu classificá-los como progressistas ou conservadores, tendo em vista que nem a proibição, nem a permissão da venda de armas de fogo contou com a preferência da maioria absoluta dos respondentes. Já na rodada seguinte, o posicionamento dos parlamentares foi majoritariamente progressista. No que concerne à redução da maioria penal, a maioria absoluta dos socialistas não foi nem contrário, nem favorável à mediada. Já na rodada seguinte, o partido posicionou-se de maneira majoritariamente conservadora.

Quanto às opiniões sobre a descriminalização do uso de drogas, a convergência partidária diminuiu, com o PSB passando do grupo dos mais coesos para o dos menos coesos.

Cabe destacar, ainda, que o PSB foi a agremiação mais coesa no que concerne ao tema da legalização do aborto e à questão da eutanásia na rodada 2012. Na primeira, o partido obteve um Rice de 0,62, convergindo de forma conservadora, enquanto o partido mais disperso, o PT obteve um Rice de 0,03, indicando alta dispersão sobre o assunto. A distância entre as agremiações indica também que o grau de coesão dos partidos é bastante discrepante sobre esse tema. No que concerne ao posicionamento sobre a eutanásia, o *Rice* do PSB foi de 0,58 e o do PT, partido que apresentou a maior divergência de opiniões sobre o tema, foi de 0,12.

Em 2007, o PSB também foi a agremiação mais coesa em relação à legalização do aborto e à questão da eutanásia. Cabe destacar que mesmo tendo se mantido, nas duas rodadas, como a agremiação com maior convergência de opiniões sobre a questão da eutanásia, o seu *Rice*, em 2007, foi de 0,41, um índice relativamente baixo, o que demonstra que os partidos divergem bastante sobre essa questão.

Já o grau de coesão sobre a legalização do aborto em 2007 foi mensurado pelo índice de fragmentação, com o PSB tendo obtido 0,81. No entanto, a variação entre a coesão dos partidos a respeito deste tema foi muito pequena. A diferença entre a legenda mais coesa e a menos coesa foi de 0,06. Uma possível explicação para o fato, conforme já explicitamos, foi o uso da escala de 1 a 10, diferentemente do que ocorreu em 2012, quando os parlamentares foram instados a se posicionar como contrários ou favoráveis ao procedimento.

Já o PDT, terceiro partido com posições mais convergentes no cômputo das duas rodadas desta dimensão, manteve, no que se refere aos anos de 2007 e 2012, a mesma pontuação no índice de coesão sobre a eutanásia, a proibição da venda de armas de fogo e a pena de morte. Em relação às duas primeiras, ele esteve entre os menos coesos. Já em relação à pena de morte, ele se posicionou no grupo das agremiações mais homogêneas. No que concerne à descriminalização do uso de drogas a convergência do partido aumentou entre as rodadas. O mesmo aconteceu em relação à redução da maioria penal.

Já sobre a legalização do aborto e a união de pessoas do mesmo sexo, a convergência de opiniões diminuiu entre as rodadas. Em relação à primeira, o partido passa de majoritariamente progressista para majoritariamente conservador. Com relação à segunda, o posicionamento do partido se manteve progressistas nas duas rodadas.

Cabe menção, ainda, ao fato de que o PDT não foi o partido com as opiniões mais convergentes em relação a nenhuma das questões analisadas nesta dimensão. Por outro lado, os trabalhistas apresentaram as opiniões mais dispersas quanto à proibição da venda de armas de fogo tanto em 2007/2008, como em 2012, quando seu *Rice* foi de zero, indicando total dispersão.

Os resultados obtidos por nossa pesquisa no que tange à dimensão proposta reforçam o argumento trazido na seção anterior quando da análise da dimensão econômica, isto é, nem todos os partidos são programaticamente incoerentes. Isso pode ser constatado mesmo quando eles são submetidos a um teste rigoroso, que toma os seus deputados estaduais como unidades de medida.

Além disso, foi possível observar que os graus de coesão dos partidos em uma mesma questão variaram de maneira bastante significativa em treze das quinze questões que compõem esta dimensão. Apenas nas questões relativas à experiência com células tronco-embrionárias e à legalização do aborto, ambas da primeira rodada, a variação do grau de convergência entre os partidos foi pequena. Em relação à primeira questão, que não foi reproduzida na segunda rodada da pesquisa, o *Rice* varia de 0,71 (PSB) a 0,88 (PSDB).

Já a questão em que o grau de convergência mais variou entre os partidos foi realizada na primeira rodada e diz respeito à proibição da venda de armas de fogo. Sobre esse tema, a diferença entre o *Rice* da agremiação com posições mais dispersas – o PDT – e aquela com posicionamentos mais convergentes – o PT – chega a 0,79.

Exceção feita para a questão relativa à experiência com células tronco-embrionárias, em nenhuma das perguntas em que foi utilizado o índice de *Rice* para o cálculo da convergência, encontrou-se uma diferença entre o partido mais coeso e o menos coeso inferior a 0,31. Essa diferença foi encontrada na pergunta referente à eutanásia na rodada 2007/08. A segunda menor diferença entre os índices obtidos pelos partidos em uma mesma questão foi relativa ao posicionamento sobre a pena de morte. Também realizada em 2007/08, a diferença verificada entre o partido mais coeso e o menos coeso nessa questão foi de 0,43.

Diferentemente do que ocorreu com os resultados obtidos na dimensão econômica, não há, na dimensão Direitos humanos e direitos civis, uma relação tão clara entre os graus de coesão programática e o posicionamento ideológico dos partidos.

A respeito da questão conservadorismo-progressismo, cabe destacar que na primeira rodada da pesquisa todos os partidos se posicionaram de modo progressista em relação à pena de morte e às experiências com células tronco-embrionárias. Ainda na rodada 2007/08, nenhum partido apresentou posições majoritariamente progressistas em relação à eutanásia e à descriminalização das drogas. Já na rodada 2012, todos os partidos analisados foram majoritariamente progressistas quanto à pena de morte. Com relação à união civil de pessoas do mesmo sexo, o único que se mostrou majoritariamente contrário foi o DEM. Já em relação à descriminalização das drogas, todas as legendas apresentaram um posicionamento majoritariamente conservador na segunda rodada.

Merece destaque também o fato de que os documentos programáticos analisados, diferentemente do que ocorreu com a dimensão que tratou do grau de

intervenção do estado na economia, não trazem elementos suficientes sobre a dimensão Direitos humanos e direitos civis que possibilitem uma análise sistemática sobre a existência de algum nível de relação entre os temas aqui analisadas e os programas partidários. Esse fato, no entanto, demonstra que os partidos políticos brasileiros podem apresentar algum nível de homogeneidade sobre questões programáticas substantivas, ainda que os posicionamentos compartilhados por seus membros não estejam formalmente explicitados em seus principais documentos programáticos.

3.5 Graus de coesão dos partidos: Dimensão Representação e sistema político

Nesta seção iremos analisar os partidos quanto à dimensão Representação e sistema político com base nas percepções dos deputados estaduais captadas nas duas rodadas da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”. Além de apontar os graus de coesão dos partidos no cômputo das duas rodadas, buscaremos perceber se houve diferenças nos posicionamentos partidários e nos níveis de homogeneidade de preferências entre as duas legislaturas a respeito de oito temas cujas questões nos permitem comparação: (1) sistema de representação política para a escolha dos deputados e vereadores, (2) sistema de listas, (3) coligações em eleições proporcionais, existência de voto secreto nas decisões legislativas para (4) apreciação de veto do governador, (5) perda de direito parlamentar, (6) eleição de Mesa Diretora, (7) escolha ou exoneração de autoridades e (8) financiamento de campanhas eleitorais.

Os temas que não nos permitem uma análise longitudinal figuram na rodada 2007/08 e dizem respeito à existência de cláusula de barreira como condição para o funcionamento parlamentar dos partidos, à distribuição de recursos do fundo partidário e à distribuição de tempo no horário eleitoral gratuito.

Na questão referente à adoção de uma cláusula de barreira de 5% dos votos nacionais como condição para o funcionamento parlamentar dos partidos, os deputados puderam se posicionar (1) favoravelmente à cláusula, (2) contrários a qualquer cláusula ou (3) favoráveis à instituição de outra cláusula. Sobre este tema os parlamentares tucanos apresentaram o maior grau de coesão, optando majoritariamente pela primeira alternativa. Além do PSDB, socialistas e democratas também obtiveram um ponto cada

no índice de coesão nesta variável. Cabe destacar que, à exceção do PT, todos os partidos foram favoráveis à cláusula de 5% por maioria absoluta.

Já os petistas, os mais dispersos a esse respeito, apoiaram a cláusula de 5% por maioria relativa. Além do PT, o PMDB também não pontuou no índice de coesão no que concerne a este tema. Os pedetistas, por sua vez, obtiveram 0,5 pontos no índice de coesão nesta questão.

Tabela 8
Cláusula de barreira de 5% dos votos nacionais como condição para o funcionamento parlamentar dos partidos.
Distribuição das respostas e fragmentação por partido (2007/2008)

	1	2	3	Total	Índice de fragmentação
PT	39	14	26	79	0,62
PMDB	45	16	14	75	0,56
PDT	21	7	2	30	0,45
PSB	15	2	4	21	0,44
DEM	40	7	7	54	0,42
PSDB	69	6	11	86	0,34

Mediana= 0,45

Quanto à partilha dos recursos do fundo partidário, as opiniões dos deputados foram captadas a partir de três alternativas: (1) distribuição igualitária entre todos os partidos, (2) distribuição proporcional ao número de deputados federais eleitos e (3) manutenção do sistema atual em que 5% dos recursos são igualmente distribuídos entre os partidos e 95% de acordo com o número de deputados federais eleitos.

A esse respeito, os deputados de todos os partidos, exceto os do DEM, se posicionaram a favor da manutenção da regra atual. Enquanto os petistas apoiaram a permanência do atual sistema de partilha dos recursos do fundo partidário por maioria absoluta, os deputados do PMDB, do PSB, do PSDB e do PDT o fizeram por maioria relativa. Já os democratas, posicionados entre os partidos menos coesos neste tema, apoiaram, por maioria relativa, a distribuição do fundo partidário proporcionalmente ao tamanho das bancadas eleitas. Ainda a respeito do mesmo tema, o PT e o PSB obtiveram 1 ponto cada no índice de coesão, com os socialistas apresentando os posicionamentos mais convergentes entre as seis legendas em análise. Ao mesmo

tempo, os deputados peemedebistas apresentaram a maior divergência de opiniões. Já o PDT e o PSDB pontuaram 0,5 pontos no índice de coesão cada um.

Tabela 9
Recursos do fundo partidário
Distribuição das respostas e fragmentação por partido (2007/2008)

	1	2	3	Total	Índice de fragmentação
PMDB	9	22	38	69	0,58
DEM	4	27	20	51	0,56
PDT	1	7	12	20	0,52
PSDB	2	34	43	79	0,52
PT	9	14	48	71	0,48
PSB	1	2	10	13	0,38

Mediana = 0,52

Por fim, quanto à questão relativa à distribuição do horário de propaganda eleitoral gratuita, as alternativas foram: (1) distribuição igualitária entre todos os partidos, (2) distribuição proporcional ao número de deputados eleitos por bancada, (3) manutenção do sistema atual, em que um terço do tempo é igualmente partilhado entre as legendas e dois terços é proporcional ao tamanho das bancadas. Ao analisar a distribuição das preferências a respeito deste tema, foi possível observar que o PT apresentou o maior grau de convergência, com a maioria absoluta de seus parlamentares optando pela manutenção do atual método de distribuição do tempo no HGPE. Assim como os petistas, os deputados trabalhistas e tucanos obtiveram 1 ponto no índice de coesão cada um, tendo, no entanto, optado, por maioria relativa, pela continuidade das regras de partilha do tempo no horário eleitoral. Já os parlamentares do DEM foram os únicos a optar, por maioria relativa, pela distribuição do horário de rádio e tevê exclusivamente de acordo com o tamanho das bancadas na Câmara, de modo a alterar as regras atuais. Quanto ao índice de coesão, o partido obteve 0,5 pontos. As agremiações que não pontuaram no índice foram PSB e PMDB, com este último apresentando a maior dispersão de opiniões.

Tabela 10
 Modelo de distribuição do tempo no horário de
 propaganda eleitoral gratuita.
 Distribuição das respostas e fragmentação por partido (2007/2008)

	1	2	3	Total	Índice de fragmentação
PMDB	13	28	32	63	0,64
PSB	4	3	7	11	0,63
DEM	8	24	18	50	0,61
PDT	1	5	11	17	0,60
PSDB	4	34	42	80	0,53
PT	11	14	48	73	0,50

Mediana=0,61

É possível agora passar à análise das questões presentes nas duas rodadas do *survey*. Neste caso, as questões sobre voto aberto ou secreto nas decisões legislativas foram as únicas dentre as consideradas para análise com apenas duas opções de resposta – a favor ou contra –, o que levou à utilização do Índice de *Rice* para o cálculo da convergência programática.

A primeira delas diz respeito à apreciação de *vetos do governador*. A esse respeito os legisladores de todos os partidos se posicionaram favoravelmente ao voto aberto na rodada de 2007/08 por maioria absoluta. Os petistas foram os mais coesos, com um *Rice* de 0,60. Já os democratas, os mais dispersos, apresentaram um *Rice* de 0,02. Bastante dividido quanto ao tema, o DEM contabilizou uma diferença de apenas um parlamentar pró-voto aberto. Além dos democratas, tucanos e peemedebistas não pontuaram no índice de coesão. Ainda em relação ao índice, os socialistas obtiveram 0,5 pontos e os trabalhistas 1 ponto.

Tabela 11
Existência do voto secreto nas decisões legislativas
para a apreciação do veto do governador.
Distribuição de resposta e Rice por partido (2007/2008)

Partido	A favor	Contra	Total	Índice de Rice
DEM	27	28	55	0,02
PMDB	33	42	75	0,12
PSDB	28	58	86	0,35
PSB	7	15	22	0,36
PDT	9	21	30	0,40
PT	16	64	80	0,60

Mediana=0,36

No que concerne à rodada de 2012 acerca do mesmo tema, os democratas mais uma vez aparecem como os deputados com as opiniões mais dispersas. Dessa vez, o Índice de Rice obtido pelo partido foi zero, o que indica total dispersão de preferências. Já o PT cai para a segunda posição entre os mais coesos. O partido com o maior grau de convergência na segunda rodada foi o PDT. Os tucanos, que antes marcaram zero no índice de coesão, ao obter um Rice de 0,35, passam a marcar 1 ponto na rodada 2012, ao apresentar uma oscilação positiva de 0,02 no Rice. Já os peemedebistas se mantiveram com zero no índice de coesão. Os socialistas, por sua vez, passaram de 0,5 pontos para zero na segunda rodada. Cabe destacar que, à exceção do DEM, que se divide ao meio, todos os demais partidos continuam majoritariamente contrários à existência de voto secreto nas decisões legislativas para a apreciação de veto do governador.

Tabela 12
Existência de voto secreto nas decisões legislativas
para a apreciação do veto do governador
Distribuição das respostas e Rice por partido (2012)

Partido	A Favor	Contra	Total	Índice de Rice
DEM	7	7	14	0,00
PSB	14	16	30	0,07
PMDB	17	28	45	0,24
PSDB	16	35	51	0,37
PT	20	65	85	0,53
PDT	6	23	29	0,59

Mediana=0,31

Já em relação à existência de voto secreto nas decisões legislativas concernentes à perda de direitos parlamentares, petistas e trabalhistas empataram na primeira rodada da pesquisa como as agremiações com o maior grau de coesão. Entretanto, na rodada 2012, o PDT ficou à frente do PT como o partido mais coeso por pequena diferença.

Tabela 13
Existência do voto secreto nas decisões legislativas para
decisões relativas à perda de direitos do parlamentar
Distribuição das respostas e Rice por partido (2007/2008)

Partido	A favor	Contra	Total	Índice de Rice
PMDB	35	41	76	0,08
PSB	9	13	22	0,18
DEM	20	35	55	0,27
PSDB	24	62	86	0,44
PT	16	64	80	0,60
PDT	6	24	30	0,60

Mediana=0,36

Nas duas rodadas, os tucanos figuram entre os mais coesos, atrás do PDT e do PT. Já o DEM, o PSB e o PMDB se mantiveram no grupo das agremiações menos coesas em ambas as rodadas. No entanto, se na rodada 2007/08 os peemedebistas foram aqueles que apresentaram a maior dispersão de preferências, esse posto passa a ser ocupado pelos parlamentares socialistas em 2012. Quanto às preferências dos deputados, mais uma vez, com exceção dos democratas, todos os demais se posicionam contrariamente ao voto secreto em ambas as rodadas por maioria absoluta. Em relação às preferências dos democratas, se em 2007/08 elas foram majoritariamente favoráveis ao voto aberto, em 2012, os deputados do partido fizeram a defesa do voto secreto por maioria absoluta.

Tabela 14
Existência do voto secreto nas decisões legislativas
para decisões relativas à perda de direitos do parlamentar
Distribuição das respostas e Rice por partido (2012)

Partido	A Favor	Contra	Total	Índice de Rice
PSB	13	17	30	0,13
DEM	8	6	14	0,14
PMDB	17	27	44	0,23
PSDB	17	34	51	0,33
PT	21	63	84	0,50
PDT	7	22	29	0,52

Mediana=0,28

No que tange à eleição da Mesa Diretora, foi possível perceber que, na primeira rodada, os deputados dos seis partidos analisados se posicionaram de modo contrário à existência do voto secreto por maioria absoluta. Em relação ao grau de convergência programática dos partidos, o DEM apresentou as opiniões mais dispersas e o PT foi a agremiação mais coesa. Junto aos petistas, no grupo das legendas mais coesas, figuraram o PDT e o PSDB. Já PMDB e PSB acompanharam o DEM no grupo dos partidos com menor convergência a respeito deste tema, não marcando pontos no índice de coesão.

Tabela 15
Existência do voto secreto nas decisões legislativas
para eleição da Mesa Diretora
Distribuição das respostas e Rice por partido (2007/2008)

Partido	A favor	Contra	Total	Índice de Rice
DEM	22	33	55	0,20
PMDB	27	49	76	0,29
PSB	7	15	22	0,36
PSDB	24	62	86	0,44
PDT	7	23	30	0,53
PT	13	67	80	0,68

Mediana=0,4

Na segunda rodada, os deputados petistas novamente apresentaram as opiniões mais convergentes a respeito da existência de voto secreto na eleição da Mesa Diretora. Já o PSB passou a ocupar o lugar do DEM como a agremiação com o maior nível de dispersão de preferências. Chama a atenção, no entanto, o fato de os partidos permanecerem nos mesmos grupos – seja o dos menos coesos, seja o dos mais coesos – nas duas rodadas. Além disso, os deputados do DEM foram os únicos que mudaram o seu posicionamento quanto à existência de voto secreto na eleição da Mesa Diretora, passando de majoritariamente contrários para majoritariamente favoráveis.

Tabela 16
Existência do voto secreto nas decisões legislativas
para eleição da Mesa Diretora
Distribuição das respostas e Rice por partido (2012)

Partido	A Favor	Contra	Total	Índice de Rice
PSB	13	16	29	0,10
DEM	8	6	14	0,14
PMDB	14	31	45	0,38
PDT	8	21	29	0,45
PSDB	11	40	51	0,57
PT	9	76	85	0,79

Mediana=0,42

Tabela 17
Existência do voto secreto nas decisões legislativas
para escolha ou exoneração de autoridades.
Distribuição das respostas e Rice por partido (2007/08)

Partido	A favor	Contra	Total	Índice de Rice
DEM	26	29	55	0,05
PMDB	33	43	76	0,13
PSB	9	13	22	0,18
PDT	10	20	30	0,33
PSDB	23	63	86	0,47
PT	15	65	80	0,63

Mediana=0,26

Em relação ao voto secreto nas decisões legislativas para escolha ou exoneração de autoridades, os partidos obtiveram a mesma pontuação no índice de coesão em ambas as legislaturas, isto é, tanto em 2007/08, quanto em 2012, DEM, PMDB e PSB ficaram entre as agremiações com maior dispersão de preferências e PDT, PSDB e PT formaram o grupo dos partidos mais coesos. Além disso, é possível constatar que, à exceção do DEM, todos os partidos foram contrários à existência de voto secreto para escolha ou exoneração de autoridades em ambas as rodadas por maioria absoluta. Como o Democratas apresentou uma grande dispersão de respostas em 2007/08, bastou uma diferença de 0,05 no Rice entre as duas rodadas para que o partido passasse de majoritariamente contrário ao sigilo na votação para uma dispersão total de preferências, com 50% de seus deputados contrários ao voto secreto e 50% favoráveis.

Tabela 18
Existência do voto secreto nas decisões legislativas
para escolha ou exoneração de autoridades.
Distribuição das respostas e Rice por partido (2012)

Partido	A Favor	Contra	Total	Índice de Rice
DEM	7	7	14	0,00
PSB	13	17	30	0,13
PMDB	12	33	45	0,47
PT	15	70	85	0,65
PSDB	9	42	51	0,65
PDT	5	24	29	0,66

Mediana=0,56

Em resumo, quanto à existência de voto secreto nas decisões parlamentares, nas oito variáveis analisadas, o DEM e o PMDB ficam entre os partidos menos coesos em todas elas e o PSB em sete, uma vez que na questão relativa à apreciação do veto do governador, na rodada 2007/08, obteve 0,5 pontos no índice de coesão. Cabe destacar, ainda, que o DEM foi o partido com o menor grau de coesão em cinco questões, o PSB em duas e o PMDB em uma. Já PT e PDT ficaram no grupo dos mais coesos em todas elas, com os deputados petistas apresentando o maior grau de convergência em cinco questões e os do PDT em quatro. Na questão relativa à perda de direitos parlamentares da rodada 2007/08, os dois partidos apresentaram o mesmo índice de Rice (0,60),

empatando como as legendas mais coesas. Os tucanos, por sua vez, acompanharam petistas e trabalhistas no grupo dos mais coesos em sete questões relativas à existência de voto secreto, não tendo ocupado, em nenhuma das variáveis, o posto de partido mais coeso ou menos coeso.

Quanto ao sistema eleitoral, tema que é amplamente debatido pela elite política brasileira, foram analisadas as posições dos deputados no que concerne a três alternativas: (1) sistema de representação proporcional, (2) misto ou (3) majoritário. O PT foi o partido mais coeso tanto em 2007/08 quanto em 2012. Além disso, pode-se perceber que os deputados petistas mantiveram, por maioria absoluta, a preferência pelo sistema de representação proporcional nas duas rodadas. O PDT também não muda sua pontuação no índice de coesão, mas mantém-se entre os mais dispersos nas duas rodadas. Já os demais partidos mudam a pontuação obtida no índice entre uma rodada e outra. Em 2007/08, os democratas apresentaram as opiniões mais dispersas, já em 2012 obtiveram um ponto no índice de coesão. O PSB, que obteve 0,5 pontos em 2007/08, não pontuou em 2012. Já o PSDB passa do grupo dos mais coesos na primeira rodada para um grau mediano de coesão em 2012. O PMDB faz o caminho inverso: enquanto em 2007/08 apresenta um grau mediano de coesão, em 2012 vai para o grupo dos mais coesos.

Tabela 19
Sistema de representação política mais adequado
à escolha dos deputados e vereadores no Brasil.
Distribuição das respostas e fragmentação por partido (2007/2008)

	1	2	3	Total	Índice de fragmentação
DEM	15	23	16	54	0,65
PDT	14	9	7	30	0,64
PMDB	29	32	13	74	0,63
PSB	10	8	4	22	0,63
PSDB	18	47	21	86	0,60
PT	41	33	4	78	0,54

Mediana=0,63

No que diz respeito às opções por um dos três sistemas de representação, a maioria relativa dos peemedebistas mantém a preferência pelo sistema misto nas duas

rodadas. O PSDB, por sua vez, apesar de optar pelo sistema misto nas duas rodadas, o faz por maioria absoluta na primeira e por maioria relativa na segunda. Já a representação proporcional é a opção feita pela maioria relativa dos deputados trabalhistas tanto em 2007/08, quanto em 2012. É possível perceber também que enquanto os parlamentares socialistas optam, por maioria relativa, pela representação proporcional em 2007/08, na rodada seguinte a opção é pelo sistema misto. Já o DEM faz o caminho inverso, com seus parlamentares apoiando por maioria relativa o sistema misto na primeira rodada e o sistema de representação proporcional na segunda.

Tabela 20
Sistema de representação política mais adequado à escolha dos deputados e vereadores no Brasil
Distribuição das respostas e fragmentação por partido
(2012)

Partido				Índice de Fragmentação
	1	2	3	
PSB	8	12	10	0,66
PDT	12	10	7	0,65
PSDB	17	23	10	0,63
PMDB	14	22	9	0,62
DEM	7	6	1	0,56
PT	51	27	5	0,51

Mediana=0,63

Outra questão que sempre é tematizada nas discussões relativas à reforma política no Brasil é o sistema de listas. Na pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”, os deputados estaduais puderam se posicionar a esse respeito tanto em 2007/08 quanto em 2012. Na primeira rodada, o *survey* apresentou três opções de resposta: (1) voto em lista aberta, como é hoje, (2) voto em lista fechada, organizada pelos partidos e (3) outro tipo de lista. A este respeito, os petistas, em 2007/08, foram os únicos a optar pelo sistema de lista fechada por maioria absoluta. Todas as demais agremiações optaram pelo voto em lista aberta nesta rodada, sendo que os tucanos fizeram essa opção por maioria relativa e o PMDB,

o DEM, o PSB e o PDT por maioria absoluta. Quanto ao grau de convergência intrapartidária, PDT, PSB e DEM foram os mais coesos, enquanto PSDB, PT e PMDB não marcaram pontos no índice de coesão, por terem ficado acima da mediana.

Tabela 21
Lista de candidatos para deputados e vereadores
Distribuição das respostas e fragmentação por partido
(2007/2008)

	1	2	3	Total	Índice de fragmentação
PSDB	42	15	26	83	0,61
PT	18	46	16	80	0,58
PMDB	44	14	17	75	0,57
DEM	34	12	9	55	0,54
PSB	16	0	6	22	0,40
PDT	23	4	3	30	0,38

Mediana=0,56

Na rodada de 2012, as alternativas dadas aos parlamentares foram as seguintes: (1) voto em lista aberta, (2) voto em lista preordenada pelo partido e flexível, (3) voto em lista preordenada pelo partido e fechada e (4) outro tipo de lista. A alteração no número de alternativas de uma rodada para outra impacta na possibilidade de comparação. A mudança é bem vinda, uma vez que na rodada 2007/08, muitos parlamentares não optaram nem pela lista fechada, nem pela lista aberta, escolhendo a alternativa “outro tipo de lista”. Já na rodada 2012, quando a lista flexível é colocada como uma das alternativas de resposta, o número de deputados a escolher a opção “outro tipo de lista” é reduzido de maneira bastante significativa. Como é possível perceber entre o total de respondentes, apenas um deputado socialista e um petista escolheram esta opção, o que representa, respectivamente, 3,33% dos respondentes do PSB e 1,18% dos respondentes do PT. Assim, em 2012, os petistas são os únicos a optar, por maioria absoluta, pelo voto em lista preordenada pelo partido e flexível. Todos os demais partidos escolheram, por maioria absoluta, o voto em lista aberta, como é hoje. Com relação à convergência programática, à exceção do PSDB, os partidos obtiveram a mesma pontuação no índice de coesão que fora observada na

rodada anterior, isto é, DEM, PDT e PSB ficaram com um ponto cada e PT e PMDB não marcaram. A mudança do PSDB se deu uma vez que o partido passou de opiniões mais dispersas para um grau mediano de convergência, de modo a obter 0,5 pontos no índice de coesão.

Tabela 22
Lista de candidatos para deputados e vereadores
Distribuição das respostas e fragmentação por partido
(2012)

Partido	1	2	3	4	Índice de Fragmentação
PT	12	55	17	1	0,52
PMDB	30	10	4	0	0,48
PSDB	36	7	7	0	0,44
PSB	22	5	2	1	0,43
PDT	22	5	2	0	0,39
DEM	11	3	0	0	0,34

Mediana=0,44

As duas últimas questões que compõem esta dimensão dizem respeito às coligações em eleições proporcionais e ao financiamento de campanha, que, assim como o modelo de listas e o sistema de representação, fazem parte dos temas que, dados os seus impactos na carreira política dos parlamentares e no grau de representatividade do sistema político brasileiro, nunca estão ausentes dos debates acerca de possíveis reformas nas regras eleitorais.

Tabela 23
Coligações nas eleições proporcionais
Distribuição das respostas e fragmentação por partido (2007/2008)

	1	2	3	Total	Índice de fragmentação
PSDB	33	17	36	86	0,64
PT	24	17	37	78	0,63
PSB	10	4	7	21	0,63
PDT	8	6	16	30	0,60
PMDB	36	10	28	74	0,60
DEM	30	8	17	55	0,59

Mediana= 0,62

Com relação ao tema das coligações em eleições proporcionais, foram analisadas três opções de respostas: (1) coligações permitidas como são hoje, (2) permitidas, mas sem transferência de votos entre os partidos e (3) proibidas. No comparativo das duas rodadas, PSDB, DEM, PT e PSB mantiveram suas preferências a respeito das regras desejáveis para coligações em pleitos proporcionais. Os democratas optaram nas duas rodadas, por maioria absoluta, pela manutenção das regras atuais. Já os petistas mantiveram a preferência pela proibição das coligações tanto em 2007/08, quanto em 2012. No entanto, na primeira rodada, essa opção foi escolhida por maioria relativa e, na segunda, pela maioria absoluta dos respondentes. Com relação ao PSDB, seus deputados apoiaram a proibição das coligações em 2007/08 por maioria relativa. Já em 2012 a mesma opção foi escolhida pela maioria absoluta dos tucanos. Quanto aos socialistas, a opção da maioria relativa em 2007/08 foi pela manutenção das regras atuais, enquanto na rodada seguinte, os deputados do PSB escolheram esta opção por maioria absoluta. Com relação ao PMDB, seus deputados passaram de apoiadores, por maioria relativa, da manutenção das regras atuais a defensores, por maioria absoluta, da proibição das coligações em disputas proporcionais. Já no que diz respeito ao PDT, a maioria absoluta de seus parlamentares optou pela proibição em 2007/08, enquanto que na rodada seguinte, os respondentes trabalhistas escolheram, por maioria relativa, a manutenção das regras para formação de coligações proporcionais. Cabe destacar que nenhum dos seis partidos analisados optou majoritariamente pela coligação sem possibilidade de transferência de votos. Com relação aos graus de coesão, o DEM foi o

mais coeso em ambas as rodadas. Em 2007/08, ele foi acompanhado por PDT e PMDB no grupo dos partidos com as preferências mais homogêneas. Já em 2012, os trabalhistas são substituídos pelos tucanos entre aqueles que obtêm 1 ponto no índice de coesão. Entre os menos coesos aparecem em ambas as rodadas PT e PSB.

Tabela 24
Coligações nas eleições proporcionais
Distribuição das respostas e fragmentação por partido (2012)

Partido				Índice de Fragmentação
	1	2	3	
PT	24	18	43	0,62
PDT	14	5	10	0,62
PSB	16	8	6	0,60
PMDB	16	4	25	0,56
PSDB	14	5	30	0,53
DEM	9	0	5	0,46

Mediana=0,58

A última questão a ser analisada nesta dimensão diz respeito ao financiamento de campanhas eleitorais. Ela foi aplicada nas duas rodadas e as alternativas apresentadas aos parlamentares foram as seguintes: (1) instituição do financiamento privado exclusivo, (2) manutenção do sistema de financiamento misto (público e privado), sem restrições, (3) manutenção do atual sistema de financiamento misto (público e privado), mas com um teto para os gastos, (4) instituição do financiamento público exclusivo de campanhas. Na primeira rodada, ficaram no grupo dos partidos mais coesos, recebendo 1 ponto cada, PT, PDT e PSDB. Os democratas e peemedebistas não pontuaram, enquanto os socialistas receberam 0,5 pontos. Já na segunda rodada, o DEM substituiu o PSDB no grupo dos partidos com opiniões mais convergentes, enquanto que PSDB, PSB e PMDB não pontuaram no índice de coesão.

Tabela 25
 Financiamento das campanhas eleitorais
 Distribuição das respostas e fragmentação por partido (2007/2008)

	1	2	3	4	Total	Índice de fragmentação
DEM	7	7	14	26	54	0,67
PMDB	9	7	32	25	73	0,67
PSB	2	1	10	9	22	0,62
PSDB	6	5	42	31	84	0,61
PDT	2	1	10	17	30	0,56
PT	1	0	11	68	80	0,26

Mediana= 0,62

Cabe salientar que o PT foi o partido mais coeso nas duas rodadas em torno da defesa do financiamento público exclusivo de campanhas, posição que seus deputados escolheram por maioria absoluta. Também a maioria absoluta dos parlamentares trabalhistas escolheu o financiamento público exclusivo como opção preferencial nas duas rodadas. Quanto ao DEM, seus deputados optaram pelo financiamento público em 2007/08 por maioria relativa e, em 2012, por maioria absoluta. Já a maioria relativa dos respondentes peemedebistas que, na primeira rodada, apoiou o sistema de financiamento misto, com restrições, passou a apoiar, na segunda rodada, o financiamento misto, sem restrições. Quanto ao PSB, a maioria relativa de seus deputados se posicionou, na primeira rodada, de modo favorável ao sistema de financiamento misto, com restrições. Na segunda rodada, entretanto, a maioria relativa dos respondentes socialistas optou pelo financiamento público exclusivo. Já os tucanos que, na primeira rodada, apoiaram, por maioria relativa, o sistema de financiamento misto, com restrições, apresentaram empate na segunda rodada, com 41,18% de seus deputados apoiando a manutenção do atual sistema de financiamento de campanhas e outros 41,18% optando pelo financiamento público exclusivo.

Tabela 26
 Financiamento das campanhas eleitorais
 Distribuição das respostas e fragmentação por partido (2012)

Partido	1	2	3	4	Índice de Fragmentação
PMDB	5	17	7	16	0,69
PSB	3	10	3	13	0,66
PSDB	6	21	2	21	0,63
PDT	2	8	1	18	0,53
DEM	0	4	1	9	0,50
PT	1	9	1	73	0,23

Mediana=0,58

Finalmente, é possível apresentar os resultados relativos ao índice de coesão total para a Dimensão Representação e Sistema Político. Na rodada 2007/08, o PDT foi o partido mais coeso, seguido por PT, PSDB, PSB, DEM e PMDB. Já na segunda rodada há um triplo empate na primeira posição do ranking, com PT, PDT e PSDB obtendo 6 dos 8 pontos distribuídos. Com a segunda maior pontuação no índice em 2012 vem logo em seguida o DEM, com 4 pontos, seguido por PMDB, com 2 pontos e o PSB, com 1. Os Quadros 8 e 9, a seguir, apresentam os resultados.

Quadro 8 - Graus de Coesão Programática por partido na rodada 2007/08

	PDT	PT	PSDB	PSB	DEM	PMDB
<i>sistema eleitoral</i>	0	1	1	0,5	0	0,5
<i>lista de candidatos</i>	1	0	0	1	1	0
<i>cláusula de barreira</i>	0,5	0	1	1	1	0
<i>coligações nas proporcionais</i>	1	0	0	0	1	1
<i>recursos do fundo partidário</i>	0,5	1	0,5	1	0	0
<i>horário de propaganda eleitoral gratuita</i>	1	1	1	0	0,5	0
<i>voto secreto para a apreciação do veto do governador</i>	1	1	0	0,5	0	0
<i>voto secreto sobre perda de direitos do parlamentar</i>	1	1	1	0	0	0
<i>voto secreto nas decisões legislativas para eleição da Mesa Diretora</i>	1	1	1	0	0	0
<i>voto secreto para escolha ou exoneração de autoridades</i>	1	1	1	0	0	0
<i>financiamento das campanhas eleitorais</i>	1	1	1	0,5	0	0
Total	9	8	7,5	4,5	3,5	1,5

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”.

Quadro 9 - Graus de Coesão Programática por partido na rodada 2012

	PT	PDT	PSDB	DEM	PMDB	PSB
<i>sistema eleitoral</i>	1	0	0,5	1	1	0
<i>lista de candidatos</i>	0	1	0,5	1	0	1
<i>coligações nas eleições proporcionais</i>	0	0	1	1	1	0
<i>financiamento de campanhas</i>	1	1	0	1	0	0
<i>voto secreto para a apreciação do veto do governador</i>	1	1	1	0	0	0
<i>voto secreto sobre perda de direitos do parlamentar</i>	1	1	1	0	0	0
<i>voto secreto para eleição da Mesa Diretora</i>	1	1	1	0	0	0
<i>voto secreto nas decisões legislativas: para escolha ou exoneração de autoridades</i>	1	1	1	0	0	0
Total	6	6	6	4	2	1

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”.

O Quadro 10, a seguir, apresenta os valores agregados para o índice de coesão levando-se em conta as duas rodadas da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”. Por meio dela é possível perceber que, logo após o PDT, com um ponto a menos nesta dimensão, vem o PT seguido pelo PSDB, com 13,5 pontos, pelo DEM, com 7,5 pontos, pelo PSB, com 5,5 pontos, e pelo PMDB, o partido que abriga os deputados com as opiniões mais divergentes, com 3,5. Merece menção o fato de que o PMDB foi o partido com o maior grau de dispersão de preferências nas três dimensões analisadas. Já o PT, que obteve 14 pontos no que tange à representação e ao sistema eleitoral, foi, nas três dimensões analisadas, ou o primeiro ou o segundo partido mais coeso.

Quadro 10 – Índice de coesão por partido na Dimensão Representação e Sistema Político

Partidos	PDT	PT	PSDB	DEM	PSB	PMDB
Total coesão – 2 rodadas	15	14	13,5	7,5	5,5	3,5

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”.

3.6 Índice Geral de Coesão e capacidade explicativa dos fatores causais

Nesta seção, iremos empreender uma análise longitudinal dos dados apresentados ao longo deste capítulo e apresentar o Índice Geral de Coesão (IGC). Além disso, iremos verificar em que medida os quatro fatores causais elencados no capítulo 2 conseguem explicar o IGC. Para tanto, cabe, primeiramente, retomar os procedimentos metodológicos adotados para a mensuração da coesão. Por meio do Índice de Rice e do Índice de Fragmentação foi mensurada a convergência interna dos partidos para 38 variáveis. A partir de então, foi calculada a mediana dos graus de convergência intrapartidária obtidos pelos seis partidos em cada uma dessas variáveis. Isso permitiu que fossem atribuídos três valores distintos aos partidos a depender do nível de convergência encontrado. Assim, nos casos em que o grau de convergência de um partido em dada questão foi igual à mediana, ele recebeu 0,5 pontos; nas situações em que o partido ficou no grupo das agremiações mais coesas, sua pontuação foi 1; já a legenda classificada entre as menos coesas pontuou 0.

Tendo em vista os procedimentos metodológicos adotados, é possível perceber, por meio do Quadro 11, que na rodada 2007/08, os partidos mais coesos foram PT e PDT, que obtiveram cada um 13,5 dos 20 pontos distribuídos. Em segundo lugar vem o PSDB, com 11,5 pontos, seguido pelo PSB, com 8,5 pontos. Os menos coesos são o DEM, que atingiu 7,5 pontos, e o PMDB, com 5 pontos.

Quadro 11 - Graus de coesão na rodada 2007/2008

	PT	PDT	PSDB	PSB	DEM	PMDB
Dimensão Econômica	0,5	0,5	0	1	1	0
Dimensão Direitos Humanos e Direitos Cíveis	5	4	4	3	3	3,5
Dimensão Representação e Sistema Eleitoral	8	9	7,5	4,5	3,5	1,5
Total	13,5	13,5	11,5	8,5	7,5	5

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”.

Já no cômputo das 18 variáveis que compõem a segunda rodada, conforme consta do Quadro 12, o PT foi o partido mais coeso, tendo obtido 13 pontos. Em segundo lugar está o PDT, com 12,5 pontos. O PSDB aparece em seguida com 10 pontos, o DEM obtém 9 pontos, o PSB 6 e, novamente, com o menor grau de coesão aparece o PMDB, que obteve apenas 2,5 pontos.

Quadro 12 - Graus de coesão na rodada 2012

	PT	PDT	PSDB	DEM	PSB	PMDB
Dimensão Econômica	3	3	0	1	2	0
Dimensão Direitos Humanos e Direitos Cíveis	4	3,5	4	4	3	0,5
Dimensão Representação e Sistema Eleitoral	6	6	6	4	1	2
Total	13	12,5	10	9	6	2,5

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”.

O Quadro 13 apresenta a soma dos resultados obtidos nas duas rodadas, o PT aparece em primeiro lugar, com 26,5 pontos, em seguida, vem o PDT, que obteve 26 pontos. O terceiro partido mais coeso é o PSDB, com 21,5 pontos, o DEM aparece com 16,5 pontos, o PSB com 14,5 e o PMDB com 7,5.

Quadro 13 - Coesão Total – Rodadas 2007/2008 e 2012

	PT	PDT	PSDB	DEM	PSB	PMDB
Dimensão Econômica	3,5	3,5	0	2	3	0
Dimensão Direitos Humanos e Direitos Cíveis	9	7,5	8	7	6	4
Dimensão Representação e Sistema Eleitoral	14	15	13,5	7,5	5,5	3,5
Total	26,5	26	21,5	16,5	14,5	7,5

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”.

Como os resultados obtidos para cada partido na primeira rodada poderiam variar de zero a 20; na rodada 2012, de zero a 18; e no cômputo das duas rodadas, de zero a 38, a análise longitudinal poderia tornar-se problemática. Para solucionar este problema, os resultados expressos nos Quadros 11, 12 e 13, a seguir, foram ajustados a uma nova escala, que varia de 0 a 1. Para tanto, o resultado que cada partido obteve foi dividido pelo número total de variáveis analisadas. No caso da primeira rodada, o resultado final de cada um dos seis partidos expresso no Quadro 11 foi dividido por 20; na segunda rodada, as somas que constam do Quadro 12 foram divididas por 18; e no cômputo das duas rodadas, a soma de pontos de cada partido, apresentada no Quadro 13, foi dividida por 38.

Quadro 14 – Índice de Coesão - Rodada 2007/2008

PT	PDT	PSDB	PSB	DEM	PMDB
0,68	0,68	0,58	0,43	0,38	0,25

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”.

Conforme é possível perceber nos Quadros 14 e 15, um fato digno de nota é a estabilidade de PT, PDT e PSDB como as legendas mais coesas em ambas as rodadas. Além disso, os graus de coesão observados para os três partidos também permanecem bastante próximos entre 2007/08 e 2012, com uma variação positiva de 0,04 pontos para o PT e de 0,01 pontos para o PDT. Já o PSDB oscila negativamente 0,02 pontos entre as duas rodadas. Especificamente em relação ao PT e ao PDT, podemos notar que eles empatam como as agremiações mais coesas na rodada 2007/08. Já em 2012, os petistas apresentam leve vantagem de 0,03 pontos sobre os trabalhistas.

Quadro 15 - Índice de Coesão - Rodada 2012

PT	PDT	PSDB	DEM	PSB	PMDB
0,72	0,69	0,56	0,50	0,33	0,14

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”.

Chama atenção, ainda, o fato de que o PMDB permanece nas duas rodadas como a agremiação que abarca deputados com posições programáticas mais heterogêneas. Outra constatação necessária quanto aos resultados relativos ao PMDB é que ele se apresenta como a segunda legenda a apresentar a maior alteração nos resultados entre as rodadas, perdendo 0,11 pontos entre 2007/08 e 2012. Os graus de coesão apresentados pela maior legenda brasileira condizem com a literatura sobre o partido, que a apresenta como uma agremiação *office-seeking* programaticamente heterogênea.

Merece destaque, ainda, o fato de que entre a primeira e a segunda rodadas, o grau de coesão do DEM aumenta, conforme esperado a partir das análises empreendidas nesta dissertação, tendo em vista a crescente ênfase do partido em elementos de ordem programática e a debandada de políticos democratas para o PSD e outras legendas governistas. Assim, o DEM aparece como o partido que apresentou a maior alteração entre as duas rodadas, aumentando em 0,12 pontos o seu grau de coesão. A mudança pela qual o DEM passa entre as duas rodadas, associada a uma queda do grau de coesão do PSB de 0,10 pontos entre as legislaturas analisadas, permitem que os democratas ultrapassem os socialistas em 2012, passando do quinto para o quarto lugar entre as legendas mais coesas.

Já a maior heterogeneidade programática do PSB pode estar associada à mudança pela qual a agremiação passou após a primeira rodada da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”. Os socialistas que, desde sua gênese, se constituíam como um dos principais aliados do polo de centro-esquerda encabeçado pelo PT, alteraram sua estratégia ao buscar uma maior aproximação com o PSDB, principal adversário petista e líder do polo de centro-direita. A mudança sofrida pelo PSB é atestada tanto por suas estratégias de composição de alianças eleitorais e governativas, quanto pelo fato de que os socialistas passam a se posicionar mais próximos dos tucanos do que dos petistas também na escala ideológica entre a primeira e a segunda rodadas da pesquisa. Além de o PSB ter se aproximado do PSDB na escala ideológica e ter ampliado as coligações

com os tucanos - ao mesmo tempo em que diminuía as alianças eleitorais com os tradicionais aliados petistas -, o candidato socialista à presidência da República em 2014 e ex-presidente da sigla, Eduardo Campos, chegou a anunciar durante a campanha presidencial, a intenção de promover um congresso partidário extraordinário para mudar o programa do partido, de modo a flexibilizar as diretrizes programáticas da agremiação, consideradas por ele como excessivamente esquerdistas. Apesar de a intenção de Campos não ter se cumprido, a flexibilização das posturas de esquerda foi perceptível a partir da análise das coligações para os governos estaduais articuladas pelo partido, pela decisão de apoiar o PSDB no segundo turno da eleição presidencial e pelo posicionamento do PSB na escala ideológica. Assim, se, por um lado, a alteração de seu programa não foi debatida em um congresso partidário como queria seu ex-presidente, nem ocorreu formalmente, por outro, a flexibilização de posturas se expressou no comportamento de suas lideranças e nas percepções dos parlamentares acerca de seu posicionamento ideológico. Portanto, as mudanças pelas quais o partido passou entre as rodadas, aproximando-se do PSDB, alterando seu discurso na esfera pública e suas estratégias eleitorais e flexibilizando suas posturas de esquerda, são condizentes com o aumento do grau de heterogeneidade programática observado entre os deputados do partido.

Já no que tange ao Índice Geral de Coesão (IGC), obtido pela divisão do total de pontos atribuídos a cada partido nas duas rodadas da pesquisa por 38, é possível notar, conforme consta do Quadro 16 a grande diferença de 0,50 pontos que separa o PT (a agremiação mais homogênea) do PMDB (o partido mais heterogêneo) em uma escala que vai de 0 a 1. Outro ponto que cabe menção – e que será discutido mais adiante - é o grau de coesão obtido pelo PDT, legenda que conta com apenas 0,02 pontos a menos que o primeiro colocado.

Quadro 16 - Índice Geral de Coesão

PT	PDT	PSDB	DEM	PSB	PMDB
0,70	0,68	0,57	0,43	0,38	0,20

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”.

Nesse momento, cabe voltar a atenção para os quatro fatores causais apresentados no capítulo 2, que, de acordo com as teorias e conceitos analisados, teriam a capacidade de, ao serem combinados, explicar os graus de coesão apresentados pelos seis partidos que compõem a nossa amostra. Os fatores causais apresentados foram os seguintes: (V1) subordinação do comportamento partidário ao seu projeto nacional – presidencialização, (V2) *office X policy-seeking*, (V3) ideologia e (V4) tempo de filiação partidária. O Quadro 17, reproduzido do Capítulo 2, mostra as pontuações obtida pelos partidos.

Para cada uma das quatro variáveis foram atribuídas três categorias, que assumiram os valores 0, 1 e 2. Quanto mais o partido atendesse às condições necessárias para apresentar um maior grau de coesão, maior deveria ser a pontuação por ele obtida.

Quadro 17 - Fatores explicativos da coesão

Partido	VI 1	VI 2	VI 3	VI 4	Total
PT	2	2	2	2	8
PDT	1	1	2	1	5
PSDB	2	1	1	1	5
PSB	1	1	2	0	4
DEM	1	1	0	1	3
PMDB	0	0	1	1	2

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Quadro 18 apresenta os índices de coesão obtidos pelos partidos e a soma total dos fatores causais para cada legenda.

Quadro 18 – Capacidade explicativa dos fatores causais da coesão

Partido	IGC	Fatores causais
PT	0,70	8
PDT	0,68	5
PSDB	0,57	5
DEM	0,43	3
PSB	0,38	4
PMDB	0,20	2

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”.

Por meio dos Quadros 17 e 18 é possível perceber que o PT foi o partido que atendeu ao maior número de condições necessárias para a obtenção de um maior grau de homogeneidade interna de preferências programáticas. O partido (1) coordena suas estratégias em torno de um projeto político nacional, (2) é aquele que reúne mais características *policy-seeking*, (3) é de esquerda e (4) possui os parlamentares com o maior tempo de filiação partidária, com 95% de seus deputados formalmente vinculados à sigla há mais de oito anos. Todas estas características reunidas, conforme esperado pela literatura, garantiram à agremiação um grau elevado de coesão programática de 0,7 pontos.

Já o PMDB foi o partido que atendeu ao menor número de condições necessárias à obtenção de um grau elevado de coesão. Quanto à primeira variável, o resultado expresso no Quadro 17 demonstra que o PMDB não apresenta um projeto político nacional coerente ao eleitor, alinhando-se ora a um, ora a outro polo estruturador da disputa presidencial. O partido também não atendeu à segunda condição necessária para a obtenção de um alto grau de coesão programática; ao contrário, o PMDB se destaca como o principal representante dos partidos *office-seeking* brasileiros. Já o fato de o PMDB posicionar-se no centro da escala ideológica garantiu-lhe um ponto, tendo em vista que o terceiro fator causal foi construído com base no argumento de que *quanto mais à esquerda um partido posicionar-se na escala ideológica, mais alto será o nível de coesão por ele obtido*. Também no quarto fator causal o PMDB obteve 1 ponto, uma vez que 69,9% de seus deputados estaduais apresentaram tempo médio de filiação superior a 8 anos. Segundo o critério adotado para a categorização desta variável, os partidos que apresentaram entre 50,1% e 70% de seus deputados com mais de oito anos de filiação obtiveram um ponto. Este fator causal foi baseado no argumento de que *quanto maior o tempo médio de filiação dos parlamentares à sua agremiação, maior o*

grau de coesão programática interna do partido. A reunião de todas estas características garantiu ao PMDB, conforme esperado pela literatura, o menor grau de coesão entre todas as legendas analisadas.

O PSDB, por sua vez, empatou com o PDT como o partido com a segunda maior pontuação na soma dos fatores causais. Na primeira variável, os tucanos obtiveram 2 pontos, uma vez que, assim como os petistas, eles coordenam suas estratégias em torno de um projeto político nacional. Em relação ao caráter *office* ou *policy-seeking* da legenda, o PSDB obteve 1 ponto, uma vez que, apesar de unificar-se em torno de um projeto político nacional coerente, o PSDB, diferentemente do PT, se distancia das características ideais de um *policy-seeking party* quando analisados seus traços organizativos. Quanto ao fator explicativo relativo à ideologia, o PSDB, que, assim como o PMDB, é uma legenda de centro, obteve 1 ponto. Com relação ao tempo de filiação partidária o PSDB também obteve 1 ponto, uma vez que o partido se enquadra na categoria que comporta as agremiações que detêm entre 50,1% e 70% de seus deputados formalmente vinculados à sigla há mais de oito anos. Assim, conforme esperado pelo somatório dos fatores causais, o PSDB se encontra entre os partidos mais coesos, com 0,57 pontos no IGC.

Conforme consta do Quadro 17, o PDT obteve 5 pontos na soma dos fatores causais. Na primeira variável, os trabalhistas obtiveram 1 ponto, localizando-se em uma categoria intermediária entre o PMDB, partido que não conta com um projeto político nacional, e o PT e o PSDB, que polarizam a disputa presidencial. A esse respeito, cabe destacar que os trabalhistas, apesar de serem incapazes de se apresentar como alternativas viáveis para o eleitorado nacional desde 1989, têm orientado seu comportamento em nível federal a partir de critérios que levam em consideração questões de ordem ideológica e programática, mantendo-se, ao longo do tempo, como aliados consistentes do polo liderado pelo PT na disputa presidencial. Em relação ao segundo fator causal, o PDT foi classificado numa categoria intermediária entre os partidos que reúnem mais características *office* ou *policy-seeking*, obtendo, assim, 1 ponto. Já no que tange ao terceiro fator causal, o PDT obteve 2 pontos por localizar-se na parte esquerda da escala ideológica. Quanto ao tempo médio de filiação dos deputados do partido nas duas legislaturas pesquisadas, 62,3% dos parlamentares trabalhistas estavam filiados há mais de oito anos. Assim, classificados na categoria que

comporta as agremiações que detêm entre 50,1% e 70% de seus deputados formalmente vinculados à sigla há mais de oito anos, os trabalhistas recebem 1 ponto.

Já o DEM, obteve 3 pontos na soma das variáveis explicativas da coesão. Quanto à primeira variável, o partido, que não apresenta vocação presidencial, mas se alia de maneira consistente ao polo de centro-direita liderado pelo PSDB, obteve 1 ponto. Em relação à segunda variável, os democratas foram classificados na categoria intermediária entre *office* e *policy-seeking*, obtendo mais 1 ponto. No que concerne à variável relativa ao posicionamento ideológico dos partidos, o DEM, localizado à direita, não pontuou. Com relação ao tempo médio de filiação de seus deputados estaduais nas duas legislaturas analisadas, o partido obteve 1 ponto, com 51,2% de seus parlamentares filiados há mais de oito anos.

Com um ponto a mais que o DEM aparece o PSB na soma dos valores relativos aos fatores explicativos da coesão. Em relação à primeira variável, o partido ocupou a categoria intermediária, uma vez que, assim como as demais legendas que integram esta categoria, os socialistas não apresentaram vocação presidencial, mas se aliaram de maneira consistente a um dos dois polos da disputa na maior parte do período analisado. Portanto, por atender apenas parcialmente à primeira condição, o partido obteve 1 ponto. Também no que tange à segunda variável em análise, o PSB marcou 1 ponto, tendo se posicionado entre os partidos *office* e as agremiações *policy-seeking*. Na variável relativa à ideologia, o PSB, legenda de esquerda, atendeu plenamente à condição necessária para garantir-lhe um grau mais elevado de coesão. Quanto ao tempo de filiação partidária, o PSB foi o partido que contou com a menor porcentagem de deputados estaduais filiados há mais de oito anos (32,9%) e, portanto, não obteve pontos nesta variável.

Ao analisar os fatores causais foi possível perceber que eles são capazes de explicar a grande distância entre PT e PMDB e o posicionamento do PSDB no IGC. No entanto, com relação à inversão de posições entre PSB e DEM e a proximidade entre PDT e PT algumas considerações ainda são necessárias.

No que concerne à posição inversa que DEM e PSB ocupam no IGC e na combinação dos fatores causais, cabe salientar que ela pode estar associada às mudanças pelas quais ambos os partidos passaram entre as duas rodadas do projeto “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”. Tais

mudanças levaram-nas a apresentar uma variação relativamente significativa no grau de coesão entre 2007/08 e 2012, fazendo com que DEM e PSB invertessem as posições por eles ocupadas no *ranking* de coesão.

Já em relação ao PDT cabe mencionar que a combinação dos fatores causais elencados não foi capaz de captar com a devida clareza o alto grau de coesão obtido pelo partido, apenas 0,02 pontos atrás daquele obtido pelo PT. A partir da metodologia empreendida para a operacionalização dos conceitos e teorias utilizados na análise causal, o índice de coesão do PDT deveria ser mais próximo daquele obtido pelo PSDB do que do valor alcançado pelo PT. Uma possível explicação para o grau de coesão dos trabalhistas pode estar em seus traços originários, que o diferenciam das demais agremiações brasileiras, isto é: a presença de um líder carismático em sua gênese associada ao peso de elementos programáticos bem definidos a unir o partido.

De acordo com Ruiz Rodriguez (2007), partidos que nascem vinculados a líderes carismáticos e a projetos personalistas podem ter maiores dificuldades de obter níveis de homogeneidade programática mais elevados. A autora chega a tal afirmação a partir do argumento de Rosas (2000), que defende que o partido carismático seria uma agremiação não-programática a exercer influência eleitoral a partir das qualidades de seus líderes. Mas no caso em questão, pelo contrário, devemos destacar que a liderança carismática de Leonel Brizola na origem do PDT foi uma das responsáveis pela definição das diretrizes programáticas nacionalistas e de esquerda da legenda. Isto é, se a legenda servia ao projeto de poder de Brizola, cabe salientar que este era um projeto de poder baseado em um programa bastante bem definido.

Além disso, em legendas que têm em sua gênese um líder carismático “a contestação aberta do líder implica a ‘excomunhão’ do opositor” (Panebianco, p.276). Isso fez com que aqueles que não compartilhavam do ideário brizolista fossem afastados da militância partidária no momento em que alçavam posições de destaque, o que impediu a perda de parte das características programáticas da legenda ao longo de sua trajetória. Assim, se não havia barreiras de ordem programática e ideológica para a filiação à legenda, as limitações começavam a se fazer presentes nos momentos em que o filiado alçava posições de poder e se opunha ao ideário do partido.

Cabe salientar, ainda, que a literatura dispensa pouca atenção ao PDT, que, ao longo dos anos perdeu importância no sistema político brasileiro, dada à sua falta de

vocação executiva e ao encolhimento de suas bancadas legislativas. O partido, que pleiteou a liderança das esquerdas no Brasil acabou por não alcançar esta condição, que acabou sendo ocupada pelo PT. Isto é, apesar de os trabalhistas terem reunido as três características necessárias para se apresentarem como uma das principais alternativas presidenciais em 1989 - a formulação de um projeto nacional, a apresentação de Leonel Brizola como candidato competitivo e a unificação em torno das duas primeiras -, a passagem do PT para o segundo turno em 1989 fez com que o eleitor de Lula não tivesse motivos para mudar seu voto para Brizola nas eleições seguintes, levando o PDT a um papel de coadjuvante na esquerda brasileira (Melo, 2010).

Assim, se os elementos programáticos fortemente presentes na formação da legenda e responsáveis pela saída de lideranças que não se sujeitavam às limitações que a organização partidária lhes impunha não garantiram ao PDT, ao longo do tempo, um papel de destaque no sistema partidário brasileiro, tais elementos foram, por outro lado, eficientes, como sugere o índice de coesão apresentado, para mantê-lo como uma das agremiações mais coesas entre as seis analisadas. Afinal, como propõe Panebianco (2005), se os incentivos coletivos presentes na fase originária do partido diminuem de importância ao longo do tempo, eles não se perdem por completo, mas se articulam com outros objetivos que passam a deter maior relevância como a garantia da permanência da organização e a distribuição de incentivos seletivos aos seus militantes.

Considerações finais

Os partidos políticos brasileiros são costumeiramente tomados por parte da literatura especializada como organizações programaticamente incoerentes com base em análises que consideram a formação de coligações eleitorais, coalizões parlamentares e a manutenção de vínculos de ordem personalista e clientelista com o eleitorado (Ames, 1995, 2003; Carey e Shugart, 1995; Geddes, 1994; Geddes e Ribeiro Neto, 1992; Hagopian, 1996; Lamounier, 1994; Lamounier e Meneguello 1986; Lima Junior, 1993; Mainwaring, 1991, 1993, 2001; Mainwaring e Torcal, 2005; Mainwaring e Liñan, 1998; Sartori, 1993; Shugart and Carey, 1992). A esses argumentos somam-se as opiniões do eleitor médio, que apresentam altas taxas de desconfiança em relação aos partidos políticos e baixa identificação partidária. Diante das percepções do eleitorado e das perspectivas analíticas apresentadas, esta dissertação apresenta evidências empíricas de que os partidos políticos brasileiros são organizações mais coesas do que parte da literatura supunha.

Ao considerar o conjunto das dimensões aqui analisadas, foi possível perceber que se o PMDB desponta como o partido mais heterogêneo, conforme esperado de maneira consensual pela literatura; PT e PDT apresentam índices de coesão bastante superiores, demonstrando que parcela significativa das elites políticas brasileiras estratificadas em partidos compartilham mais do que o interesse de ampliar seu espaço político.

Com relação à primeira dimensão examinada, que remete aos graus desejáveis de intervenção do Estado na economia, os partidos com preferências mais homogêneas nas duas rodadas foram PT e PDT, seguidos por PSB e DEM. Não marcaram pontos no índice de coesão nesta dimensão o PSDB e o PMDB.

Nesta dimensão, o grau de coesão dos partidos analisados guarda forte relação com a ideologia partidária, isto é, partidos de esquerda e de direita apresentam, de maneira condizente com as definições da literatura para a tríade ideológica, maior

homogeneidade de preferências quanto a questões econômicas do que as agremiações de centro.

No que tange aos documentos programáticos dos partidos sobre temas econômicos, pôde-se constatar que, à exceção do PMDB, todas as agremiações apresentam com bastante clareza o nível desejável de intervenção do Estado na economia. Neste sentido, é possível afirmar que a falta de clareza do PMDB condiz com a baixa coesão observada em suas bancadas quanto às questões apresentadas no *survey*. Por sua vez, o PSDB, apesar de expressar com clareza em seus documentos programáticos o nível desejável de controle do Estado sobre a economia, não apresentou relação entre seu grau de coesão na dimensão econômica e o seu programa partidário. Tal fato reforça o argumento de que os partidos que ocupam as extremidades da escala ideológica tendem a ser mais coesos quanto ao grau de intervenção do Estado na economia do que os ocupantes do centro.

Ainda no que se refere a esta dimensão, foi possível perceber que a relação entre posicionamento na escala ideológica e preferências quanto ao grau desejável de intervenção do Estado na economia é bastante clara. O partido mais à esquerda, o PT, é também aquele mais pró-Estado nas quatro variáveis analisadas nesta dimensão. Próximas do PT, com dois posicionamentos pró-Estado e duas posições intermediárias, situadas entre maior intervencionismo estatal e maior liberdade para o mercado, vêm as duas outras agremiações de esquerda: PSB e PDT. Entre o bloco de esquerda e a agremiação de direita, figuram o PSDB e o PMDB, partidos de centro, que apresentam três posicionamentos intermediários cada um. Como o partido mais pró-mercado aparece a única legenda de direita que compõe a amostra analisada: o DEM.

Já na seção referente às variáveis que compõem a dimensão Direitos Humanos e Direitos Civis, o partido mais coeso no cômputo das duas rodadas foi o PT, seguido por PSDB, PDT, DEM, PSB e PMDB. Em relação especificamente à primeira rodada, o PT também foi o partido mais coeso. Empatados, em segundo lugar, vieram PSDB e PDT. O PMDB ocupou a terceira posição, enquanto DEM e PSB empataram como os partidos com os menores níveis de homogeneidade de preferências. Já na segunda rodada, PT, PSDB e DEM empataram como os partidos mais coesos. Em seguida vieram PDT, PSB e PMDB, nesta ordem.

Ainda em relação a esta dimensão, as agremiações foram classificadas a partir do eixo progressista-conservador. Os partidos com posições mais progressistas foram

PT, em primeiro lugar, com 10 posições progressistas e uma conservadora e PSDB, com 7 posicionamentos progressistas e seis conservadores. Já as legendas mais conservadoras foram DEM, em primeiro lugar, e PMDB, em segundo. PDT e PSB apresentaram igual número de posições conservadoras e progressistas.

Também foi possível perceber que a disposição dos partidos na escala ideológica não apresenta uma relação tão clara com a distribuição das agremiações no eixo progressista-conservador como a existente entre posicionamentos econômicos e ideologia. A principal diferença se apresenta no posicionamento do PSDB, legenda de centro, que apresenta mais posições progressistas que PSB e PDT, que são agremiações de esquerda. Por outro lado, chama atenção o fato de o PT, que ocupa a posição mais à esquerda na escala ideológica, e o DEM, que ocupa a posição mais à direita, serem, respectivamente, o partido mais progressista e o mais conservador entre as seis legendas analisadas.

Quanto à dimensão Representação e sistema político, os partidos mais coesos foram, no cômputo das duas rodadas, PDT, PT, PSDB, DEM, PSB e PMDB, nesta ordem. Em relação ao índice de coesão para esta dimensão, na rodada 2007/08, o PDT também foi o partido mais coeso, seguido por PT, PSDB, PSB, DEM e PMDB. Já na segunda rodada houve um triplo empate na primeira posição do *ranking*, com PT, PDT e PSDB obtendo 6 dos 8 pontos distribuídos. Com a segunda maior pontuação no índice em 2012 veio o DEM, com 4 pontos, seguido por PMDB, com 2 pontos e o PSB, com 1.

No que tange ao comparativo dos resultados obtidos pelas seis legendas na primeira e na segunda rodada, no cômputo das três dimensões analisadas, cabe destacar a estabilidade de PT, PDT e PSDB como as legendas mais coesas. Além disso, os graus de coesão observados para os três partidos também permanecem bastante próximos entre 2007/08 e 2012. Em uma escala que vai de 0 a 1, a variação positiva do PT da primeira para a segunda rodada foi de 0,04 pontos, passando de 0,68 para 0,72. Já o PDT apresentou uma oscilação positiva de 0,01 pontos, passando 0,68 para 0,69. A oscilação do PSDB também foi pequena: ele variou negativamente 0,02 pontos entre as duas rodadas, de 0,58 para 0,56.

Chama atenção, ainda, no que concerne à análise longitudinal dos graus de coesão, o fato de que o PMDB permanece nas duas rodadas como a agremiação que abarca deputados com posições programáticas mais heterogêneas. Outra constatação necessária quanto aos resultados relativos ao PMDB é que ele se apresenta como a

legenda com a segunda maior alteração nos resultados entre as rodadas, perdendo 0,11 pontos entre 2007/08 e 2012, passando de 0,25 para 0,14 pontos. Os graus de coesão apresentados pela maior legenda brasileira condizem com a literatura sobre o partido, que a apresenta como uma agremiação *office-seeking* programaticamente heterogênea.

Merece destaque, ainda, o fato de que entre a primeira e a segunda rodadas, o grau de coesão do DEM aumenta, conforme esperado a partir das análises empreendidas nesta dissertação, tendo em vista a crescente ênfase do partido em elementos de ordem programática e a debandada de políticos democratas para o PSD e outras legendas governistas. Assim, o DEM aparece como o partido que apresentou a maior alteração entre as duas rodadas, aumentando em 0,12 pontos o seu grau de coesão, ao passar de 0,38 para 0,50 pontos. A mudança do DEM entre as duas rodadas, associada a uma queda do grau de coesão do PSB de 0,10 pontos entre as legislaturas, permitiu que os democratas ultrapasassem os socialistas em 2012, passando do quinto para o quarto lugar entre as legendas mais coesas.

Já o aumento da heterogeneidade programática do PSB, que vai de 0,43 para 0,33 em uma escala de 0 a 1, pode estar associada à mudança pela qual a agremiação passa após a primeira rodada da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”. Os socialistas que, desde sua gênese, se constituíam como um dos principais aliados do polo de centro-esquerda encabeçado pelo PT, alteraram essa estratégia ao buscar uma maior aproximação com o PSDB, principal adversário petista e líder do polo de centro-direita.

Já no que tange ao Índice Geral de Coesão (IGC), que engloba as 38 variáveis analisadas, ajustadas a uma escala que vai de 0 a 1, é possível notar a expressiva diferença de 0,50 pontos que separa o PT (a agremiação mais homogênea) do PMDB (o partido mais heterogêneo). Enquanto o PT apresenta um grau de coesão de 0,70, o PMDB fica com 0,20.

Quanto ao grau de coesão do PSDB, terceiro partido com posicionamentos mais homogêneo, cabe destacar a distância de 0,37 pontos que o separa do PMDB, legenda programaticamente heterogênea de onde saiu a maior parte de seus principais fundadores. Esses dados permitem retomar a controvérsia quanto às motivações que levaram parte das lideranças peemedebistas a fundar a agremiação tucana. Enquanto parte da literatura argumenta que os fundadores do PSDB buscavam primordialmente o

espaço político que lhes faltava no PMDB, sem que questões de ordem programática estivessem relacionadas à criação do novo partido, outra perspectiva analítica defende que o compartilhamento de ideais programáticos pelos ex-peemedebistas foi um fator saliente na criação do PSDB. Diante da controvérsia, o grau de coesão do PSDB condiz com a tese de que os fundadores do partido estavam reunidos não apenas em torno da ampliação de seu espaço político, mas também em torno de objetivos programáticos comuns.

Já em relação à posição inversa que DEM e PSB ocupam no IGC e no resultado da combinação dos fatores causais, cabe salientar que ela pode estar associada às mudanças pelas quais ambas as agremiações passaram entre as duas rodadas do projeto “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”. Tais mudanças levaram-nas a apresentar uma variação relativamente significativa no grau de coesão entre 2007/08 e 2012, fazendo com que DEM e PSB invertessem as posições por elas ocupadas no *ranking* de coesão.

No que concerne aos dois partidos mais coesos (PT e PDT), convém salientar que o fato de o PT encabeçar o *ranking* das agremiações com maior grau de convergência programática condiz com o que a literatura esperaria do partido e com os fatores causais apresentados nesta pesquisa. No entanto, a proximidade entre o grau de homogeneidade de preferências de petistas e trabalhistas, inclusive, com o PDT superando o PT na dimensão Representação e sistema político não é um fato que poderia ser esperado a partir da revisão da literatura sobre partidos.

Uma possível explicação para o grau de coesão dos trabalhistas pode estar em seus traços originários, que o diferenciam das demais agremiações brasileiras, isto é: a presença de um líder carismático em sua gênese com um ideário programático bem definido e com um grande controle sobre o partido, de modo a impedir a ascensão de políticos contrários ao seu projeto nacionalista e de esquerda. A coesão do partido em torno de elementos programáticos presentes em sua fundação, mesmo 11 anos após a morte de seu líder Leonel Brizola, e depois de 34 anos da criação do PDT, demonstra que os incentivos coletivos presentes na fase originária do partido não se perderam por completo ao longo de sua trajetória, ainda que tenham se articulado com outros objetivos como a garantia da permanência da organização e a distribuição de incentivos seletivos aos seus militantes.

Ainda no que tange à explicação dos graus de coesão programática, os resultados obtidos apontam que novos empreendimentos neste campo devem privilegiar a análise dos momentos fundacionais e das trajetórias dos partidos, uma vez que, a despeito de todas as agremiações estarem sujeitas ao mesmo arcabouço institucional, os níveis de homogeneidade encontrados foram bastante diversos.

Cabe, por fim, tomar posição no debate acerca do nível de coerência do sistema partidário brasileiro. A partir dos resultados encontrados, é possível perceber não apenas que os partidos se distinguem pelo nível de coesão acerca de temas relevantes, como também que boa parcela das elites políticas não se distribui de maneira aleatória pelos partidos. Mesmo como organizações complexas que abarcam em seu interior grupos com interesses distintos, futuras investigações sobre os partidos brasileiros não devem percebê-los *a priori* como atores incoerentes sem pautas programáticas comuns a representar.

Referências bibliográficas

ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel; FREIDENBERG, Flavia. Partidos políticos na América Latina. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. VIII, nº2, pp.137-157, 2002.

ALMEIDA, Ludmila . *PPB: Origem e trajetória de um partido de direita no Brasil*. Dissertação. USP, São Paulo, 2004.

AMARAL, Oswaldo. *As transformações na organização do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009*. Campinas, SP: 2010.

_____. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura *Revista Debates*, Porto Alegre, v.7, n.2, p.11-32, maio-ago. 2013.

_____. As transformações nas formas de militância no interior do PT: maior inclusão e menor intensidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 82, 2013.

AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION. Toward a More Responsible Two- Party System. *American Political Science Review*, V. 44, Supplement, 1950.

AMES, Barry. Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation. *American Journal of Political Science* 39: 406-33, 1995.

AMES, Barry. *Os entraves da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

ANASTASIA, Fátima. ; NUNES, F. ; MEIRA, J. F. A margem do meio da política: as coligações entre PT e PSDB em eleições majoritárias. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. (Org.). *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira: Perfis E Tendências*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer. Editora UNESP, 2010

AXELROD, Robert. *Conflict of Interest*. Chicago: Markham, 1970.

BARDI; MAIR. Os parâmetros dos sistemas partidários. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 4. Brasília, julho-dezembro de 2010, pp. 227-253.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo. Editora da Unesp, 1995

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

- BONE; RANNEY. *A política e o eleitor*. Rio de Janeiro. Ed. Presença: 1966.
- BOWLER; FARREL; KATZ. Party cohesion, party discipline and parliaments. In: _____. *Party discipline and parliamentary government*. Ohio State University, 1999.
- CAREY, John M.; SHUGART, Matthew Soberg. Incentives to Cultivate a Personal Vote: A Rank Ordering of Electoral Formulas, *Electoral Studies* 14: p. 417–39; 1995.
- CARREIRÃO, Y. S. O sistema partidário brasileiro: uma avaliação de tendências recentes. In: *36º Encontro Anual da ANPOCS, 2012, Águas de Lindóia. Trabalhos - 36º Encontro Anual da ANPOCS, 2012. v. 1. p. 1, 2012.*
- CHACON, V. *História dos Partidos Brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2ª edição, 1985.
- CORTEZ, Rafael. *Eleições Majoritárias e Entrada Estratégica no sistema partidário-eleitoral brasileiro (1989-2006)*. USP, Tese, São Paulo, 2009.
- DALTON, Russell J.; MCALLISTER, Ian and WATTENBERG, Martin P. The Consequences of Partisan Dealignment. In: DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. (Eds.). *Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*. New York: Oxford University Press, 2001.
- DOWNS, A. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo, Edusp, 1999 (1957).
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. São Paulo: J. Zahar, 1970.
- EPSTEIN, Leon. *Political Parties in Western Democracies*. London: Pall Mall, 1967.
- FERREIRA, D. P., BATISTA, C. M., STABILE, M. A evolução do sistema partidário: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. *Opinião Pública*. Campinas, V. 14, nº: 2, 2008.
- FIGUEIREDO, A. M. C. ; LIMONGI, F. . *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 1, 1999.
- FIGUEIREDO, A. C. ; LIMONGI, F. ; VALENTE, A. L. . Governabilidade e Concentração de Poder Institucional. O governo FHC. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 11, p. 49-62, 1999.
- FIGUEIREDO, A. C. ; LIMONGI, F. . Instituições Políticas e Governabilidade: Desempenho do governo e apoio legislativo da democracia brasileira. In: Carlos Ranulfo Melo; Manuel Alcântara Sáez. (Org.). *A Democracia Brasileira: Balanço e perspectivas para o Século 21*. 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, v. 1, p. 147-198, 2007.
- FUCHS, D.; KLINGEMANN, H. D. The left-right schema. In: JENNINGS, M. K. et al. *Continuities in political action: a longitudinal study of political orientations in three western democracies*. Berlin: Walter de Gruyter, 1990

GEDDES, Barbara; RIBEIRO NETO, Artur. Institutional Sources of Corruption in Brazil, *Third World Quarterly* 13: p. 641–61, 1992.

GEDDES, Barbara *Politicians' Dilemma: Building State Capacity in Latin America*. Berkeley, CA: University of California Press, 1994.

GUNTHER, Richard; DIAMOND, Larry. Species of Political Parties: A New Typology. *Party Politics*, London, v. 9, n. 2, p. 167-199, 2003.

GUTEMBERG, Luiz. José Sarney democrata humanista. Brasília: Superfoto Comunicação, *Obrito news*, 2001.

HAGOPIAN, Frances. *Traditional Politics and Regime Change in Brazil*, New York and Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

HAUPT, Andrea B. Parties' responses t economic globalization. What is Left for the Left and Right for the Right? *Party politics* V. 16. n.º.1 pp. 5–27, 2010.

HUNTINGTON, Samuel. *A ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. São Paulo. EDUSP, 1975.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. *Party Politics*, London, v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. Cadre, Catch-All or Cartel?: A Rejoinder. *Party Politics* October: 525-534, 1996

_____. The Ascendancy of the Party in Public Office: Party Organizational Change in Twentieth-Century Democracies. In: GUNTHER, Richard; MONTERO, José Ramón; LINZ, Juan (Ed.). *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*. Oxford: OUP, 2002.

KEY, V.O. *Politics, Parties and Pressure Groups*. New York: Crowell, 1964.

KOOLE (1996). 'Cadre, Catch-All or Cartel? A Comment on the Notion of the Cartel Party', *Party Politics*, 2: 50 7–34.

KINZO, Maria D'Alva Gil. Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro. Fundação Konrad Adenauer-Stifung. Pesquisa n.º. 1, 1993.

KINZO, M. D.. Partidos, deputados estaduais e a dimensão ideológica. In: KINZO, M. D.; BRAGA, M. S.. Eleitores e representação partidária no Brasil. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2007.

KIRCHHEIMER, O. The Transformation of the Western European Party Systems. In *Political Parties and Political Development*. Edited by LaPalombara, J. & Weiner, M. Princeton: Princeton University Press, 1966.

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n. 7, Apr. 2012 .

KIRKPATRICK, Evron M. "Toward A More Responsible Two-Party System": Political Science, Policy Science, or Pseudo-Science?. *The American Political Science Review*, V. 65, nº 4, pp. 965-990, 1971.

KITSCHOLT, Herbert. Party cohesion, accountability and responsiveness: democratic institutions and political economic change. *Annual meetings of the American Political Science Association*. Washington DC, 2000.

KITSCHOLT, Herbert; SMYTH, Regina. Programmatic party cohesion in emerging postcommunist democracies. Russia in Comparative Context. *Comparative Political Studies*, V. 35, nº 10 (1228-1256), 2002.

KITSCHOLT, Herbert; HAWKINS, Kirk A.; LUNA, Juan Pablo; ROSAS, Guillermo; ZECHMEISTER, Elizabeth J., *Latin American Party Systems*, Cambridge University Press, Cambridge, 2010.

LAMOUNIER, B. e MENEGUELLO, R.. *Partidos Políticos e Consolidações Demográficas: o caso Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAMOUNIER, Bolívar. A Democracia Brasileira de 1985 à Década de 90: A Síndrome da Paralisia Hiperativa, in J. P. dos Reis Velloso (coord.), *Governabilidade, Sistema Político e Violência Urbana*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1994.

LAVER; SHEPSLE. How political parties emerged from the primeval slime: party cohesion, party discipline and the formation of governments. In: Bowler; Farrel; Katz (cords). *Party discipline and parliamentary government*. Ohio State University, 1999.

LIMA JÚNIOR, O. B. *Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo: Loyola, 1993.

LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. O Processo Legislativo e A Produção Legal No Congresso Pós-Constituinte. *Novos Estudos*, v. 38, p. 3-38, 1994.

LIMONGI, F. ; FIGUEIREDO, A. Os Partidos Políticos Na Câmara dos Deputados. *DADOS*, v. 38, n.3, p. 497-526, 1995.

LIMONGI, F. ; FIGUEIREDO, A. As Bases Institucionais do Presidencialismo de Coalizão. *Lua Nova*. Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 44, p. 81-106, 1998.

LIMONGI, Fernando e CORTEZ, Rafael. "As Eleições de 2010 e o Quadro Partidário". *Novos Estudos*, no 88, pp. 21-37, 2010.

LIPSET, Seymour. *O homem político*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1967.

- LUCAS, Kevin e SAMUELS, David. “A ‘Coerência’ Ideológica do Sistema Partidário Brasileiro”, In: T. Power e C. Zucco Jr. (orgs.), *O Congresso por Ele Mesmo: Auto-percepções da Classe Política Brasileira*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2011.
- LYNE, Mona M. Parties as programmatic agents: A Test of Institutional Theory in Brazil. *Party Politics*. V. 11. nº. 2 pp. 193–216, 2005.
- MADEIRA, Rafael M. ; TAROUCO, Gabriela . Como partidos significam e legitimam suas origens? Saliency Theory e análise dos textos partidários. In: Oitavo Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2012, Gramado - RS. *Oitavo Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, 2012.
- MAIR, P. Os partidos políticos e a democracia. *Revista Análise Social*, v. 38, n. 167, 2003.
- MAIR, Peter. Party System Change. In: KATZ, Richard S.; CROTTY, William (Eds.). *Handbook of Party Politics*. London: Sage, 2006, p. 63-73.
- MAIR, Peter. Left-Right orientations. In: DALTON; KLINGEMANN. *The Oxford Handbook of political behavior*. Oxford: Oxford University Press, 2007
- MANIN, Bernard. Metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 29, p. 2-30, 1995.
- MAINWARING, Scott. Políticos, partidos e sistemas eleitorais. *Novos Estudos*, nº 29, pp. 34-58, 1991.
- MAINWARING, Scott. Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. *Lua Nova*, n 23/24, p. 21-73, 1993.
- MAINWARING, Scott e LIÑAN, Aníbal Pérez. Disciplina partidária: o caso da Constituinte. *Lua Nova*, São Paulo, 44, 1998.
- MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, R.; POWER, T. *Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- MAINWARING, Scott. Sistemas Partidários em novas democracias: O Caso do Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto. Rio de Janeiro: FGV. 2001.
- MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. *Opin. Publica*, Campinas, v. 11, n. 2, Oct. 2005.
- MAINWARING, Scott; ZOCO, Edurne. Political Sequences and the Stabilization of Interparty Competition: Electoral Volatility in Old and New Democracies. *Party Politics*, v. 13, n.2, p. 155-178, 2007.

MARENCO DOS SANTOS, André. *Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998)*, TESE. Rio Grande do Sul. UFRGS. 2000.

MAY, John. Opinion Structure of Political Parties: The Special Law of Curvilinear Disparity. *Political Studies*, 21 (2): 135-151, 1973.

MAYER, Rodrigo . PSDB: Trajetória Política (1988-2008). In: I Seminário Nacional Sociologia & Política - UFPR - 2009, 2009, Curitiba/PR. *I Seminário Nacional Sociologia & Política*, 2009.

MADEIRA, Rafael. *Arena ou arenas?: A coesão partidária da legenda do regime em três estados brasileiros*. Dissertação UFRGS Porto Alegre, 2002.

MELHEN, Célia S. . *Política de botinas amarelas: dinâmica eleitoral e organização partidária do MDB/PMDB paulista de 1965 a 1988*. São Paulo, Hucitec, 1998.

MELO, Carlos Ranulfo. *Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985/1998)*, Tese. UFMG: 1999.

MELO, Carlos Ranulfo de. *Retirando as Cadeiras do Lugar, Migração Partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004.

MELO, Carlos Ranulfo. Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para a análise do sistema partidário brasileiro. In: Carlos Ranulfo Melo; Manuel Alcántara-Saez. (Org.). *A Democracia Brasileira: balanço e perspectivas para o século 21.* , v. 1, p. 267-302. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

MELO, Carlos Ranulfo; NUNES, F. . Ideologia e distância de preferências: uma comparação dos governos Lagos e Lula. In: Magna Inácio; Lucio Rennó. (Org.). *Legislativo Brasileiro em perspectiva Comparada*. V. 1, p. 381-407. 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

MELO, Carlos Ranulfo. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, p. 13-41, 2010.

MELO, Carlos Ranulfo . Individualismo e partidarismo em doze estados brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, p. 57-71, 2011.

MELO, Carlos Ranulfo; Câmara, Rafael . Estrutura da competição pela Presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 55, p. 71-117, 2012.

MELO, Carlos Ranulfo; SANTOS, M. L. . E la nave va: o segundo ano do governo Dilma Rousseff. *Revista de Ciência Política*. Santiago, v. 33, p. 55-81, 2013.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UNB, 1982.

- MIRANDA, Geralda. *O Comportamento dos partidos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (1991-2007)*. Tese. UFMG. Belo Horizonte, 2008
- MULLER, Wolfgang; STROM, Kareen. (Ed.). *Policy, office or votes?: how political parties in Western Europe make hard decisions*. Cambridge: CUP, 1999.
- NORRIS, Pippa. A tese da "nova clivagem" e a base social do apoio à direita radical. *Opin. Publica*, Campinas, v. 11, n. 1, Mar. 2005
- PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de Partido*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PIZZORNO, Alessandro. [1966]. Introducción al Estudio de la Participación Política. In: Alessandro Pizzorno, Marcos Kaplan & Manuel Castells. *Participacion y Cambio Social en la Problemática Contemporânea*. Buenos Aires: Siap-Planteos, 1975.
- PRZEWORSKI, Adam; SPRAGUE, John. *Paper Stones: A History of electoral socialism*. Chicago: University of Chicago Press, 1986.
- PRZEWORSKI, Adam. A social-democracia como fenômeno histórico. *Lua Nova*, São Paulo, n. 15, Oct. 1988.
- REIS, F. W. *Tempo Presente: do MDB a FHC*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
- RIBEIRO, Ricardo Luiz Mendes. Decadência longe do poder. Refundação e crise do PFL. *II Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, Mesa Eleições e Partidos Políticos*, 2012.
- RIKER, William H.. *The Theory of Political Coalitions*. New Haven CT: Yale University Press. 1962.
- ROMA, Celso; PERES, Paulo S. Programa Partidário e Ação Estratégica das Lideranças: PT e PSDB em perspectiva comparada. In: *3º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)*, 2002.
- ROMA, Celso. Mensurando preferências individuais: a votação nominal na Câmara de Deputados, 1989-1998. In: *XXVI Reunião da ANPOCS, 2002*, Caxambu - MG. XXVI Reunião da ANPOCS, 2002.
- ROMA, Celso. A Institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *RBCS* Vol. 17 n° 49 junho. 2002
- ROMA, Celso. Partidos políticos, ideologia e coesão: a lógica da votação nominal na Câmara dos Deputados. In: *XXVII Reunião Anual da ANPOCS, 2003*. XXVII Reunião Anual da ANPOCS. Caxambu - MG: ANPOCS, 2003.
- ROMA, Celso. Agenda, ideologia e coesão partidária na Câmara dos Deputados. In: *XXX Encontro anual da ANPOCS, Caxambu - MG. XXX*. Encontro anual da ANPOCS, 2006.

ROSAS, Guillermo. Policy Preferences, Political Competition, and Ideology in Latin American Legislatures, Apresentado na *LASA* (Latin American Studies Association), Washington, 2000.

RUIZ RODRÍGUEZ Leticia M.; MONTERO, Mercedes García. Coerência partidária nas elites parlamentares latino-americanas. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. VIII, nº2, pp.189-229, 2002.

RUIZ RODRÍGUEZ Leticia M. La coherencia programática en los partidos políticos. In: Alcántara SAEZ, Manuel (org.). *Políticos y política en América Latina*. Madrid: Fundación Carolina, 2006.

_____. La coherencia partidista en américa latina: Parlamentarios y partidos. Madrid: *Centro de Estudios Políticos y Constitucionales*, 2007.

SANDES-FREITAS, Vítor Eduardo Veras de. Alianças contextuais ou nacionalizadas? Análise das coligações nas eleições para prefeito em 2012. *Cadernos Adenauer XIV* nº2, 2013.

SARDICA, José Miguel. Os partidos políticos no Portugal oitocentista (discursos historiográficos e opiniões contemporâneas). *Análise Social*, Lisboa, v. xxxii (142), nº. 3, pp. 557-601. 1997.

SARTORI, G. *Partidos e Sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed. UnB, 1982.

SARTORI, Giovanni. *Nem Presidencialismo, nem Parlamentarismo*. Novos Estudos Cebrap, nº 35, 1993.

SARTORI, Giovanni. Engenharia Constitucional. *Como mudam as constituições*. Brasília, Ed. UNB, 1996.

SELIOS, Lucía; VAIRO, Daniela. Elecciones 2009 en Uruguay: permanencia de lealtades políticas y accountability electoral. *Opin. Publica*, Campinas, v. 18, n. 1, June 2012.

SINGER, A. V. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 88, p. 89-111, 2010.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil, 1930 a 1964*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976.

STROM, Kareen. A Behavioral Theory of competitive political parties. *American Journal of Political Science*. V 34. Issue 2. Maio, pp. 565-598, 1990.

TAVARES DE ALMEIDA, Maria Herminia e MOYA, Maurício. A Reforma Negociada: O Congresso e a Política de Privatização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº. 34, Vol 12, 1997.

TAROUCO, Gabriela; MADEIRA, Rafael. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um *expert survey*. *XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste -Pré-Alas Brasil*. UFPI, Teresina-PI, 2012.

TAROUCO; MADEIRA. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.7, n.2, p.93-114, maio-ago. 2013

TSEBELIS, George. Processo decisório em sistemas políticos: veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 89-117, jun., 1997.

VOLKENS, Andrea. Policy Changes of European Social Democrats,1945–1998, In Giulio Bonoli and Martin Powell (eds) *Social Democratic Party*, 2004.

WEBER, M. *Economia e Sociedade I e II*. São Paulo: Ed. UNB, [1922] 1978.

WOLINETZ, S. B..Beyond the catch-all party: approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies In: GUNTHER, Richard; MONTERO, Jose; LINZ, Juan. *Political Parties: Old Concepts, New Challenges*. Oxford: OUP, 2002.

ZUCCO, Cesar. *Poor Voters vs. Poor Places: Persisting patterns in presidential elections in Brazil*, 2010 mimeo.
<http://www.fgv.br/professor/cesar.zucco/files/UNPUBpoorplaces.pdf>

ANEXO

Todas as tabelas apresentadas no Anexo foram elaboradas a partir dos dados da pesquisa “Trajetórias, perfis e padrões de interação de legisladores em doze unidades da federação”.

ANEXO I

Primeira Dimensão: Estado x Mercado – Rodada 2007/08

Tabela 27 - Nível de intervenção do Estado na economia: distribuição das respostas e fragmentação por partido (2007/08)

	Mercado	2	3	4	Estado	Total	Índice de fragmentação
PMDB	18	13	29	1	13	74	0,73
PSDB	25	18	33	7	3	86	0,72
PDT	9	3	13	3	2	30	0,70
PT	2	3	29	27	19	80	0,70
DEM	25	15	13	1	1	55	0,66
PSB	0	1	14	6	1	22	0,52

Mediana=0,7

Primeira Dimensão: Estado x Mercado – Rodada 2012

Tabela 28 - Nível de intervenção do Estado na economia: distribuição das respostas e fragmentação por partido (2012)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Índice de Fragmentação
PSB	2	2	2	5	8	4	2	3	0	2	0,85
PSDB	2	2	2	4	11	10	3	12	1	4	0,84
PMDB	3	1	2	1	11	11	7	5	1	2	0,83
PT	20	1	18	13	23	3	3	1	1	2	0,80
PDT	5	0	2	1	6	0	1	5	0	9	0,79
DEM	0	1	1	1	0	2	1	2	0	6	0,76

Mediana=0,82

Tabela 29 - Nível de controle do Estado sobre a gestão dos serviços públicos: distribuição das respostas e fragmentação por partido (2012)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Índice de Fragmentação
DEM	1	3	2	0	2	1	1	2	0	2	0,86
PSDB	6	2	3	6	15	1	3	3	4	7	0,84
PMDB	6	5	4	2	14	3	3	5	1	1	0,83
PSB	9	3	4	1	8	1	1	0	0	3	0,80
PDT	9	2	1	0	10	1	1	2	0	3	0,76
PT	35	12	12	9	11	2	0	1	1	2	0,76

Mediana=0,82

Tabela 30 Nível de controle o Estado sobre os recursos naturais como gás, petróleo ou os minerais: distribuição das respostas e fragmentação por partido (2012)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Índice de Fragmentação
PSDB	8	6	4	7	10	3	5	4	0	4	0,87
PMDB	8	3	8	6	12	2	0	3	2	0	0,83
DEM	3	0	0	1	5	1	0	1	1	2	0,79
PSB	12	4	2	2	5	1	1	0	0	3	0,77
PDT	16	0	2	0	7	1	0	2	0	1	0,63
PT	51	7	12	3	7	2	2	0	0	1	0,60

Mediana=0,78

ANEXO II

Segunda dimensão: Direitos Cíveis e Direitos Humanos – rodada 2007/08

Tabela 31 - União civil de pessoas do mesmo sexo: distribuição das respostas e Rice por partido (2007/08)

	A favor	Contra	Total	Índice de Rice
PMDB	35	31	66	0,06
PSB	12	10	22	0,09
DEM	31	22	53	0,17
PSDB	47	31	78	0,21
PDT	17	11	28	0,21
PT	69	8	77	0,79

Mediana= 0,19

Tabela 32 - Eutanásia: distribuição das respostas e Rice por partido (2007/08)

	A favor	Contra	Total	Índice de Rice
DEM	23	28	51	0,10
PDT	11	14	25	0,12
PSDB	31	42	73	0,15
PT	23	39	62	0,26
PMDB	22	39	61	0,28
PSB	5	12	17	0,41

Mediana=0,21

Tabela 33 - Descriminalização do uso de drogas: distribuição das respostas e Rice por partido (2007/08)

	A favor	Contra	Total	Índice de Rice
PT	37	37	74	0
PSDB	17	65	82	0,59
PDT	5	21	26	0,62
DEM	9	40	49	0,63
PSB	3	19	22	0,73
PMDB	8	60	68	0,77

Mediana=0,63

Tabela 34 - Experiência com células tronco-embrionárias: distribuição das respostas e Rice por partido (2007/08)

	A favor	Contra	Total	Índice de Rice
PSB	18	3	21	0,71
PT	66	7	73	0,81
PMDB	64	6	70	0,83
DEM	47	4	51	0,84
PDT	26	2	28	0,86
PSDB	78	5	83	0,88

Mediana=0,84

Tabela 35 - Proibição da venda de armas de fogo: distribuição das respostas e Rice por partido (2007/08)

	A favor	Contra	Total	Índice de Rice
PDT	13	13	26	0
PMDB	32	39	71	0,01
PSB	11	9	20	0,1
DEM	21	30	51	0,18
PSDB	55	25	80	0,38
PT	69	8	77	0,79

Mediana=0,14

Tabela 36 - Redução da maioria penal: distribuição das respostas e Rice por partido (2007/08)

	A favor	Contra	Total	Índice de Rice
PSB	11	9	20	0,10
PSDB	54	29	83	0,30
PDT	20	10	30	0,33
PMDB	52	24	76	0,37
DEM	38	16	54	0,41
PT	6	74	80	0,85

Mediana=0,35

Tabela 37 - Pena de morte. Distribuição das respostas e Rice por partido (2007/08)

	A favor	Contra	Total	Índice de Rice
DEM	13	36	49	0,47
PSDB	17	58	75	0,55
PSB	4	16	20	0,60
PMDB	13	53	66	0,61
PDT	5	22	27	0,63
PT	3	77	80	0,93

Mediana=0,61

Tabela 38 - Aborto: distribuição das respostas e fragmentação por partido (2007/08)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total	Índice de frag.
PMDB	15	5	8	8	13	3	5	6	2	10	75	0,87
DEM	14	2	5	5	8	4	3	5	0	7	53	0,85
PT	22	10	6	8	13	2	6	3	2	6	78	0,85
PSDB	18	5	7	4	22	1	8	3	2	15	85	0,83
PDT	9	2	3	3	1	1	1	1	1	7	29	0,81
PSB	5	0	1	1	4	2	0	3	0	6	22	0,81

Mediana=0,84

Segunda dimensão: Direitos Civis e Direitos Humanos - Rodada 2012

Tabela 39 - Redução da maioria penal: distribuição das respostas por partido e índice de Rice (2012)

Partido	Contra	A Favor	Total	Índice de Rice
DEM	5	9	14	0,29
PSB	9	20	29	0,38
PMDB	12	29	41	0,41
PDT	6	22	28	0,57
PSDB	9	39	48	0,63
PT	72	11	83	0,73

Mediana=0,49

Tabela 40 - União civil de pessoas do mesmo sexo: distribuição das respostas por partido e índice de Rice (2012)

Partido	Contra	A Favor	Total	Índice de Rice
DEM	8	6	14	0,14
PDT	12	16	28	0,14
PSB	12	17	29	0,17
PMDB	16	23	39	0,18
PSDB	11	34	45	0,51
PT	5	74	79	0,87

Mediana=0,18

Tabela 41 – Pena de morte: distribuição das respostas por partido e índice de Rice (2012)

Partido	Contra	A Favor	Total	Índice de Rice
PSDB	33	16	49	0,35
PMDB	27	11	38	0,42
DEM	10	4	14	0,43
PDT	22	6	28	0,57
PSB	28	1	29	0,93
PT	82	2	84	0,95

Mediana=0,5

Tabela 42 - Eutanásia: distribuição das respostas por partido e índice de Rice (2012)

Partido	Contra	A Favor	Total	Índice de Rice
PT	42	33	75	0,12
PMDB	23	15	38	0,21
PDT	16	10	26	0,23
PSDB	26	16	42	0,24
DEM	7	4	11	0,27
PSB	19	5	24	0,58

Mediana=0,24

Tabela 43 - Descriminalização do uso de drogas: distribuição das respostas por partido e índice de Rice (2012)

Partido	Contra	A Favor	Total	Índice de Rice
PSB	18	10	28	0,29
PT	52	25	77	0,35
PMDB	33	10	43	0,53
PSDB	37	11	48	0,54
PDT	22	5	27	0,63
DEM	10	1	11	0,82

Mediana=0,54

Tabela 44 - Proibição da venda de armas de fogo: distribuição das respostas por partido e índice de Rice (2012)

Partido	Contra	A Favor	Total	Índice de Rice
PDT	14	14	28	0,00
PMDB	18	24	42	0,14
PSB	10	19	29	0,31
PSDB	15	35	50	0,40
DEM	3	11	14	0,57
PT	12	73	85	0,72

Mediana=0,36

Tabela 45 - Legalização do aborto: distribuição das respostas por partido e índice de Rice (2012)

Partido	Contra	A Favor	Total	Índice de Rice
PT	39	37	76	0,03
PMDB	22	14	36	0,22
PSDB	28	15	43	0,30
PDT	17	9	26	0,31
DEM	9	4	13	0,38
PSB	21	5	26	0,62

Mediana=0,31